



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA -
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

**CONVENTO DOS ORATORIANOS DE SÃO FILIPE NÉRI:
LEITURAS ARQUEOLÓGICAS DE UM CONVENTO QUE VIROU
SHOPPING EM RECIFE -PE**

TEREZA CRISTINA SIMIS

**RECIFE
2005**

Tereza Cristina Simis

**CONVENTO DOS ORATORIANOS DE SÃO FILIPE NÉRI:
LEITURAS ARQUEOLÓGICAS DE UM CONVENTO QUE VIROU
SHOPPINGEM RECIFE -PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - Conservação do Patrimônio da UFPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia - Conservação do Patrimônio.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suely Cristina Albuquerque de Luna.

RECIFE
2005

Simis, Tereza Cristina

**Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri
leituras arqueológicas de um convento que virou
shopping, em Recife-PE / Tereza Cristina Simis. –
Recife : O Autor, 2005.**

120 folhas : il., fig.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2005.**

Inclui bibliografia e apêndices.

**1. Arqueologia histórica – Vestígios
arquitetônicos. 2. Convento dos Oratorianos – Dados
arqueológicos e arquitetônicos. 3. Evolução do
Bairro do Recife – Patrimônio cultural. 4. Sítios
históricos – Intervenção arquitetônica. I. Título.**

**904
930.1**

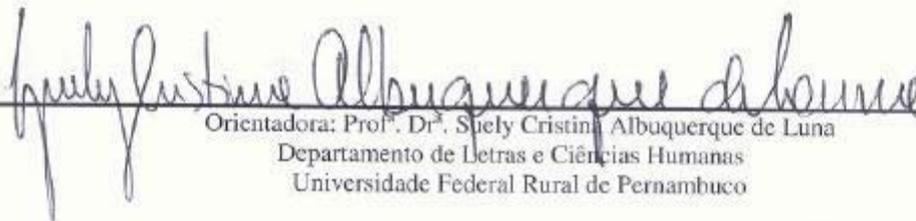
**CDU(2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-432**

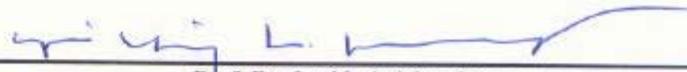
**CONVENTO DOS ORATORIANOS DE SÃO FILIPE NÉRI:
LEITURAS ARQUEOLÓGICAS DE UM CONVENTO QUE VIROU
SHOPPING EM RECIFE -PE**

Tereza Cristina Simis

**Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos
seguintes professores:**



Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suelly Cristina Albuquerque de Luna
Departamento de Letras e Ciências Humanas
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pernambuco



Prof.^a Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Departamento de História
Universidade Federal de Pernambuco

Dissertação aprovada no dia 28/07/2005

DEDICATÓRIA

À memória do meu pai, Hélio Marques Nogueira, e das fortes mulheres que continuam a iluminar o meu caminho e dos meus filhos, as matriarcas avós: Ignês Filomena de Sá, Betty Simis e Yvonne Borsoi.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Arqueologia – Conservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco, pelo suporte e incentivos que me deram nos últimos dois anos.

Em especial, serei eternamente agradecida a minha orientadora Dra Suely Luna, pela compreensão, dedicação, sabedoria e, além de tudo, pela sua amizade.

Ao Professor José Luiz Mota Menezes, agradecimento em reconhecimento à valiosa contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Armando Souto Maior, por acreditar e investir no meu potencial desde o início, por se manter presente, mesmo estando distante, no aprendizado e no crescimento profissional.

Ao Instituto Ouricuri, cujos arquivos me foram colocados à disposição, em especial, ao historiador e arqueólogo, Luiz Severino da Silva Junior, pelo inestimável auxílio na aplicação das técnicas de análises dos dados.

A CAPES, que me concedeu uma bolsa de estudos.

Aos amigos, Ádison Sebá, Luiz Carlos Pessoa, Luiz Augusto Assis, Luiz Evaldo, José Octávio Mello, Luciana Menezes, Melânia Forest, Vera Menelau, Leonardo Ferreira, Anderson Fonseca, Rafael Souto Maior, Fernando Rieck, Marly Messeder Koblitz, aos quais guardo grande gratidão, pelo estímulo, colaboração e apoio em diversas fases de elaboração dessa dissertação.

A minha mãe querida, minha família, meus filhos Fanny, Iaron, Bonna e meu marido, Marco Antonio, minhas desculpas pela aparente ausência neste período.

RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo sobre os elementos histórico-culturais das distintas fases construtivas do edifício que abrigava o Convento dos Padres Oratorianos, a partir dos primórdios da implantação, no século XVII, até quando se configura o atual Edifício do Paço Alfândega e da historicidade desse Convento na Cidade do Recife no estado de Pernambuco. Para realização desse estudo, investigou-se e traçou-se um panorama histórico construtivo da edificação. Foram analisados dados arqueológicos encontrados na escavação realizada a partir da compreensão dos elementos arquitetônicos e foram identificados traços de correlação com as indicações dos dados históricos estudados. Como conclusão desse estudo, a autora apresenta uma reflexão sobre os aspectos teóricos e metodológicos próprios da arqueologia histórica, relacionando-os com a história, antropologia, patrimônio cultural e arquitetura. Nele, discute-se os seus limites e as suas validade em função do uso atual, para outros estudos, que venham a ser realizados dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

Palavras-chave: Convento – Arqueologia - Patrimônio – Arquitetura

ABSTRACT

This research deals of a study about the significate constructive fases of the building that was the shelter of the Oratorian Priest Convent of the origen since the primordial implantation, until it configurates the Building of Paço Alfandega and the history of this Convent in the City of Recife, in Pernambuco State.

For the accomplishment of this research, an investigation was done and a historical panorama was sketched about the constructive of the edification of the building.

Archeological data found at the escavation done were analyzed since the comprehension of the architectonic elements, where were identified traces of correlations with indication of historical elements studied.

As a conclusion of this study, the author shows a refletion about the theoric and methodology aspects of its own historical archeology relating them to the history, anthropology, cultural and architectural patrimony, and the arguments of its limits and validity to other studies that could eventually de realized in a interdisciplinary perspective.

Word-key: Convent - architectural - patrimony

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 01	Mapa do Bairro do Recife – atualizado em 1998.....	09
Figura 02	Aquarela do Recife (1766).....	10
Figura 03	Detalhe da figura 02.....	10
Figura 04	Fernanbuck – aquarela.....	11
Figura 05	Detalhe da figura 04.....	11
Figura 06	Panorama de Pernambuco -1826/1832.....	12
Figura 07	Detalhe da figura 06.....	12
Figura 08	Porto do Recife por Emil Bauch.....	13
Figura 09	Alfândega do Recife em cromolitografia.....	13
Figura 10	Mapa do Recife por volta de 1760.....	14
Figura 11	Mapa da evolução do Bairro do Recife (1648).....	15
Figura 12	Mapa da evolução do Bairro do Recife (1733).....	16
Figura 13	Mapa da evolução do Bairro do Recife (1733 – 1920).....	17

LISTA DE FIGURAS

PRIMEIRO CAPÍTULO

Figura 01	Mapa do Brasil - Tratado de Tordesilhas.....	36
Figura 02	Mapa do Recife – Pharnambucq – 1641 (C.B. Golyath).....	37
Figura 03	Detalhe - Pharnambucq – 1641 (C.B. Golyath).....	37
Figura 04	Mapa do Bairro do Recife em 1630.....	38
Figura 05	Mapa do Bairro do Recife em 1637.....	39
Figura 06	Mapa do Bairro do Recife em 1733/Diogo da Silveira Veloso....	40
Figura 07	Mapa do Bairro do Recife em 1766/ Biblioteca de Évora.....	41
Figura 08	Mapa do Bairro do Recife em 1808/Jose Fernandes Portugal.....	42
Figura 09	Mapa do Bairro do Recife em 1906/ Douglas Fox.....	42
Figura 10	Mapa do Bairro do Recife em 1733/ Manuel de A. Fortuna.....	43
Figura 11	Plano de Villa de Santo Antonio 1759/ Padre José Caetano.....	44
Figura 12	Detalhe da Figura 11- Plano de Villa de Santo Antonio 1759.....	44
Figura 13	Plano de Villa de Santo Antonio 1771/ Biblioteca de Évora.....	45
Figura 14	Detalhe da Figura 13- Plano de Villa de Santo Antonio 1771.....	45
Figura 15	Mapa do Bairro do Recife – José Fernandes Portugal – 1808.....	46
Figura 16	Detalhe – José Fernandes Portugal.....	47
Figura 17	Evolução do Edifício segundo cartografia - 1733/1766.....	48
Figura 18	Evolução do Edifício segundo cartografia – 1808/1906.....	49
Figura 19	Configurações das paredes do Convento / Alfândega.....	50

LISTA DE FIGURAS

TERCEIROCAPITULO

Figura 01	Compatibilização dos dados da pesquisa.....	68
Figura 02	Plano Geral da Pesquisa arqueológica.....	69
Figura 03	Corte, detalhe e elevação das janelas conventuais.....	70
Figura 04	Planta baixa, elevação e detalhes em perspectivas.....	71
Figura 05	Foto da Janela conventual.....	71
Figura 06	Detalhe da Janela Conventual.....	72
Figura 07	Parede conventual –Ala leste.....	72
Figura 08	Cercaduras entaipadas.....	72
Figura 09	Cercaduras em arco entaipadas.....	72
Figura 10	Provável Claustro – foto durante obras.....	72
Figura 11	Cercaduras entaipadas na fachada leste - foto antes da obra.....	72
Figura 12	Cercaduras na ala leste – foto durante obra.....	72
Figura 13	Cercaduras portas e janelas na ala leste – foto durante obra.....	72
Figura 14	Detalhes das janelas conventuais em cantaria.....	73
Figura 15	Arco de pedra – foto durante a pesquisa.....	74
Figura 16	Arco de pedra – foto durante a obra.....	74
Figura 17	Arco de pedra – foto detalhe aduela.....	74
Figura 18	Elevação do arco com adorno.....	74
Figura 19	Detalhe cantaria de Topo.....	74
Figura 20	Detalhe cantaria de Cutelo.....	74
Figura 21	Croqui – circulação com arcada.....	75
Figura 22	Esquema Planta Alfândega – circulação conventual.....	75
Figura 23	Esquema Planta Alfândega – circulação conventual.....	76
Figura 24	Croqui do eixos dos arcos.....	76
Figura 25	Mapa da Alfândega – indicadores da pesquisa arqueológica.....	77
Figura 26	Foto – escavação ala oeste – durante pesquisa arqueológica.....	78

Figura 27	Esquema – situação do piso antes da pesquisa arqueológica.....	79
Figura 28	Foto – espessura do concreto.....	79
Figura 29	Foto – espessura do concreto.....	79
Figura 30	Piso do século XIX – Pedra Lioz.....	80
Figura 31	Foto - Piso do século XIX – Pedra Lioz.....	80
Figura 32	Foto - Piso do século XIX – Pedra Lioz com ferragem de porta..	81
Figura 33	Foto - Piso do século XIX – Pedra Lioz –assentamento.....	81
Figura 34	Foto - Piso do século XIX – Pedra Lioz –assentamento.....	82
Figura 35	Negativo de piso do século XVIII.....	83
Figura 36	Foto - Negativo de piso do século XVIII.....	83
Figura 37	Foto - Negativo de piso do século XVIII.....	84
Figura 38	Foto - Negativo de piso do século XVIII- detalhe.....	84
Figura 39	Foto - Calha de escoamento em pedra.....	85
Figura 40	Foto - Calha de escoamento em pedra.....	85
Figura 41	Foto - Calha de escoamento em tijolo.....	86
Figura 42	Croqui - Calha de escoamento em tijolo.....	86
Figura 43	Foto - Calha de escoamento em tijolo.....	86
Figura 44	Arco da torre sudeste – soleira.....	87
Figura 45	Arco da torre sudeste – soleira e negativo de piso.....	87
Figura 46	Embasamento da parede conventual.....	88
Figura 47	Embasamento da parede conventual.....	89
Figura 48	Pacote sedimentar – aterro retilíneo.....	90
Figura 49	Pacote sedimentar – aterro retilíneo.....	90
Figura 50	Pacote sedimentar – aterro retilíneo.....	91
Figura 51	Pacote sedimentar – aterro retilíneo.....	91
Figura 52	Croqui – detalhe da base da pilastra.....	92
Figura 53	Foto base da pilastra.....	92
Figura 54	Croqui – detalhe da base da pilastra.....	92
Figura 55	Embasamento escalonado do mirante sudoeste.....	92

**Todas as fotografias foram realizadas por Luiz Severino da Silva Junior e compõe o acervo do Instituto Ouricuri.*

LISTA DE FIGURAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 01	Planta da Primeira etapa construtiva.....	97
Figura 02	Planta da Segunda etapa construtiva.....	98
Figura 03	Planta da Terceira etapa construtiva.....	99
Figura 04	Estudo volumétrico da primeira etapa construtiva.....	100
Figura 05	Estudo volumétrico da segunda etapa construtiva.....	100
Figura 06	Estudo volumétrico da terceira etapa construtiva.....	100

LISTA DE SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco

SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
Lista de siglas	
Lista de figuras	
Dedicatória	
Agradecimentos	
INTRODUÇÃO.....	01
PRIMEIRO CAPÍTULO	18
Considerações teórico-metodológicas	
1. Questões relevantes do Patrimônio Cultural e Arqueológico.....	31
SEGUNDO CAPÍTULO	51
Convento dos padres oratorianos de São Filipe Néri	
1. Considerações preliminares.....	51
2. Edificações conventuais.....	55
3. O Convento dos padres oratorianos de São Filipe Néri.....	56
TERCEIRO CAPÍTULO	
Identificação, compatibilização e análise dos dados.....	59
CONSIDERAÇÕES	93
FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES	
Apêndice 01 a 09 - Plantas antigas da Alfândega.....	117

INTRODUÇÃO

Procuramos através deste trabalho, por um enfoque histórico-cultural a compreender e estabelecer uma cronologia explicativa das fases históricas de nosso objeto de estudo, o prédio da Alfândega. O edifício está localizado às margens do Rio Capibaribe, pelo Cais da Alfândega, Rua da Madre de Deus e Rua da Alfândega (Travessa da Madre de Deus). Situado em Zona Especial de Preservação ZEP-09 - Setor de Preservação Rigorosa. O terreno mede 3.400,00 metros quadrados de área e a área construída perfaz 5.600,00 metros quadrados. O projeto arquitetônico do Shopping Paço Alfândega é de autoria do Arquiteto Carlos Fernandes Pontual.

Foram muitos os usos de utilização diferenciados e diversas modificações que a edificação passou ao longo do tempo. A edificação abrigou um convento, a Alfândega, Santa Casa de Misericórdia do Recife, e estacionamento até torna-se o atual shopping do Paço Alfândega. A Santa Casa não utilizou todo o edifício. Ela alugou partes dele a terceiros. A Usina Catende instalou-se na ala do lado da Rua da Madre de Deus, e descaracterizou menos esta porção da edificação. Outros escritórios usaram pequenos trechos para guarda de mercadorias, tais como cordas, arquivos mortos e outros objetos. Um dos usuários, aproveitando os espaços que já se encontravam destruídos, decorrentes da retirada e dos pisos assoalhados que marcavam os andares, transformou esses espaços em garagem para veículos.

O edifício foi inicialmente destinado para fins religiosos, e construído pelos padres da Congregação de São Filipe Néri, os Oratorianos. Com o crescimento desta Congregação, a casa do Recife foi ampliada e teve lugar a construção de um grande convento, ao qual se anexava à Igreja da Madre de Deus.

Depois da Independência do Brasil em relação a Portugal, convento foi, então ocupado pelo governo e transformado em Alfândega. Aproveitaram e adequaram, assim, a edificação por medida de economia. Mas, por não atender a funcionalidade alfandegária exigida, passa por ser um dos bens da extinta Ordem dos Padres Oratorianos de São Felipe Néri, para a Santa Casa de Misericórdia do Recife.

Quando o Convento da Congregação do Oratório de São Filipe Néri é ocupado pelo governo para nele instalar a Alfândega, a edificação se encontrava, como era comum as edificações conventuais, colada à Igreja da Madre de Deus, formando um conjunto. O

uso da parte conventual para alfândega impedia que o edifício continuasse com a disposição original. A solução encontrada para a separação foi a de isolar as duas partes, convento e igreja, através da abertura de uma rua. Assim, definitivamente separou-se o convento da Igreja da Madre de Deus, na rua foi construída uma nova fachada para a tal rua.¹

Em 1922, o edifício sofreu um incêndio. Foram realizadas obras que transformaram sensivelmente o exterior do prédio da antiga Alfândega. As modificações mais perceptíveis deram-se com relação aos quatro torreões que marcavam os ângulos principais da edificação. Demoliram-se dois pavimentos dos dois torreões voltados para a Igreja da Madre de Deus e um pavimento em cada torreão do lado contrário (MENEZES, 2000, p. 13).

Com a data de 1906, um cartão postal nos mostra a fachada principal do edifício com esse corte nos dois torreões situados defronte à lateral da Igreja e ainda em uso como Alfândega.

Esses períodos não serão objeto do nosso estudo, por configurar a instalação e a adequação da alfândega. A delimitação do corte epistemológico do assunto abordado, foi definido pelo período conventual.

Para tanto, nos valem de estratégias como proposição de uma reconstituição volumétrica do antigo Convento dos Oratorianos através do estabelecimento de uma evolução construtiva a partir das distintas técnicas construtivas identificadas. Com isso, buscamos compreender não só o processo evolutivo do próprio prédio da Alfândega, mas também, efetuar correlações entre a espacialidade deste com a da evolução urbana do Bairro do Recife, bem como os mecanismos e as mudanças ocorridas desde processo durante as épocas coloniais e o início do Império do Brasil.

Dentre os vários prédios do Bairro do Recife, o atual edifício do Shopping Paço Alfândega, é o objeto desta pesquisa, foi escolhido devido às polêmicas intervenções por ele passadas, pela importância ressaltada na memória coletiva da população, pelos vestígios ainda presentes e da sua localização no perímetro tombado do Bairro do Recife (Fig. 01).

A bibliografia e iconografia consultadas, permitiram identificar as características morfológicas, desde a sua gênese e o impacto sobre o espaço urbano da cidade, tendo

¹ Relatório arqueológico: Prospecção Arqueológica no Edifício do Paço Alfândega. Recife, 2000, José Luiz Mota Menezes.

como referência a dinâmica das relações político-sociais e econômicas, e a produção do espaço ao longo do tempo.

Contudo, o acervo documental existente mostrou-nos algumas imprecisões e vazios históricos, para analisar as etapas das intervenções arquitetônicas ocorridas no Convento dos padres da Congregação dos Oratorianos, edificação conventual que sofreu várias intervenções construtivas ao longo do tempo. Apesar da existência de quase dois séculos, não se priorizou o estudo da Congregação do Oratório², mas não perderemos de vista as conjunturas mais significativas e explicativas da produção cultural fruto da ação humana, que “se atribuem como puramente político - religiosas, mas que de fato atuam como elementos ativos do aparelho de Estado, tanto na área urbana do açúcar, como no pastoreio no sertão, e não só, como uma instituição destinada a salvar almas e de converter gentios” (MEDEIROS, 1981, p. 22).

Nessa diversidade, as informações cartográficas foram guias essenciais para a compreensão e o aferimento dos dados históricos da pesquisa: o Atlas Histórico Cartográfico de Recife, do arquiteto e professor Dr. José Luiz Mota Menezes, um rico documento cartográfico de mapas antigos, fruto de pesquisas da evolução urbana da cidade do Recife; o livro e o cd-rom com o título *Imagens do Brasil Colonial* de Nestor Goulart Reis Filho; e o livro de Gilberto Ferrez “*Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife (1755/1855)*”. A maioria dos dados escritos pesquisados já trazia referências da obras de Francisco Augusto Pereira da Costa, intitulada de *Anais Pernambucanos*, trata da História de Pernambuco em cinco mil páginas, publicado em 1923.³ Embora não indique as fontes, são importantes indicadores textuais que situam a nossa história no tempo.

Estimulados por essa constatação, passamos a concentrar nossa atenção na correlação dos dados históricos do Convento dos Oratorianos com os dados arqueológicos trabalhados na análise, fontes primárias fornecidos pela escavação arqueológica realizada intitulada “*Alfândega do Recife: Resgate Patrimonial*”, autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN) e apoiada pela parceria efetuada entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Instituto Ouricuri, instituição interventora e geradora de fontes de pesquisa. Atua sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento científico e educacional.

2 A Congregação do Oratório foi fundada em Roma por São Filipe Néri, na igreja de Santa Maria in Vallicella, com o nome de ORATÓRIO. Introduzida em França pelo Cardeal de Bèrulle em 1611, e em Portugal em 1668 por iniciativa do Padre Bartolomeu do Quental, pregador e confessor da Capela Real.

³ *Anais Pernambucano* de Pereira da Costa. Atualmente disponibilizado no site: Pergunte a Pereira da Costa. <http://www.liber.ufpe.br/pc2/index.jsp.a>

Aliado aos dados arqueológicos, acrescentou-se o estudo da prospecção e paginação das paredes, levantamento fotográfico, análise de documentos oficiais, literatura sobre arquitetura conventual e entrevistas com os consultores do Projeto do Shopping Paço Alfândega.⁴

Procurou-se identificar, ainda que de forma sumária, o modo pelo qual as características de implantação dos edifícios religiosos são determinadas, tendo em vista a maneira, segundo a qual se insere no quadro político-social. A igreja e as ordens religiosas tiveram um papel importante na estruturação das cidades, e no caso do Recife, influenciaram nas etapas construtivas do Convento dos Oratorianos, e, conseqüentemente, da evolução urbana do Recife.

A pesquisa histórica requer, portanto, interagir com as outras disciplinas na busca do conhecimento pleno da edificação ao longo de sua existência, deste modo, os levantamentos arquitetônicos e arqueológicos, plantas históricas, serviram de base para a interpretação da evolução da edificação, e assim teremos como o produto final elaborado, as chamadas plantas cronológicas – o registro gráfico em planta e em elevação que ilustram as alterações devidamente datadas, que a edificação sofreu. Acompanha ainda, uma perspectiva volumétrica, para o esclarecimento didático dos resultados formais em suas diferentes etapas.

Assim, o trabalho teve como fontes primárias, os dois relatórios das pesquisas arqueológicas⁵ e prospecções arquitetônicas⁶, realizados na intervenção do empreendimento no Sítio Histórico do Bairro do Recife.

No ano de 1980, o escritor e historiador Flávio Guerra, publica um livro, sobre “uma construção Portuguesa do Século XVIII - Alfândega de Pernambuco”, contendo plantas encontradas da edificação. As explicações pareciam insuficientes para o esclarecimento dos projetos, e muito menos, das etapas construtivas.

Neste sentido, a Arqueologia Histórica não só supri a ausência de dados bibliográficos, como também dialoga com os documentos escritos existentes. O resultado

⁴ Os Arquitetos José Luiz Mota Menezes e Luciana Menezes.

⁵ SILVA JR., Luiz Severino da. Alfândega do Recife: resgate patrimonial. Relatório da Pesquisa Histórica. Recife: Instituto Ouricuri, 2002.

⁶ MENEZES, José Luiz Mota. Relatório arqueológico: prospecção arqueológica no Edifício do Paço – Alfândega. Recife, 2000

da escavação dirime as dúvidas que haviam sido levantadas, ou reserva os dados para uma posterior e futura pesquisa.

Atualmente, o Shopping Paço Alfândega expõe alguns elementos construtivos na composição das suas paredes e ainda guarda em sua origem, as estruturas construtivas do Convento dos padres da Congregação de São Filipe Néri, os Oratorianos. Hoje, temos uma idéia e conhecemos os seus vários momentos através das ilustrações demonstradas (Fig. 08 e Fig. 09), imagens já consolidadas na memória coletiva. Mas, em termos de ocupação do lugar, em material cartográfico conhecido, somente duas imagens da Cidade do Recife, apresentam o convento antes da reforma, para que nele fosse adaptada a alfândega. (Fig. 02 a 04). Neste material é possível, uma melhor observação, ao aproximar a imagem nos detalhes de suas torres. No primeiro momento, somente uma torre (Fig. 03) e no segundo momento, com as duas torres (fig. 05), bem como na ilustração do Panorama do Recife (Fig. 06 e Fig. 07) no detalhe ampliado do Convento.

O convento evoluiu, ao longo do tempo, até os dias atuais. Estas mudanças, para cada uso e época diferenciada, representaram uma alteração no desenho original da edificação. A justaposição das informações, na maioria das vezes, quando decorre de modificações ao longo do tempo, torna-se confusa e incipiente a leitura arquitetônica sujeita a puras analogias de tipologias conventuais. Lançou-se mão, então do livro de Germain Bazin, sobre a Arquitetura religiosa entre outros dicionários dos elementos conventuais que fundamentaram a pesquisa. A história da edificação sugere a leitura do seu volume e as diversas etapas. Mas, paralelamente, torna-se imprescindível à compreensão da evolução da Igreja da Madre de Deus, porque, até determinado momento, motivou toda a história dos padres Oratorianos em Pernambuco.

A investigação da historicidade do adensamento urbano, via sucessivos aterros e modificações, coaduna com a responsabilidade de esclarecer dados sobre os nossos antepassados, como se deu o processo de apropriação do espaço ao longo do tempo pelos diversos grupos humanos. Deste modo, só uma escavação segue sendo o método principal da arqueologia histórica, já que é o que permite o reconhecimento da maior quantidade de informação sobre um sítio urbano (MARTINEZ, 1990, p. 47).

Como foi visto, os aterros eram feitos, geralmente, em pontos marginais às áreas já ocupadas, aumentando aqueles espaços, ocupado pelas casas e, ruas, ou também, em direção ao leito do rio e do mar (Figuras 11, 12 e 13). Podemos observar claramente nos

aterros sucessivos na parte oeste da coroa – banco de areia,⁷ próximo à Ponte do Recife, que ainda possuía 03 casas térreas, doadas a então Congregação do Oratório de São Filipe Néri, e do outro lado da coroa, os padres construíram o seu convento.

Como poderemos visualizar a forma volumétrica de uma edificação conventual no contexto atual? No intuito de definir a imagem e as diversas etapas construtivas da edificação do Convento dos padres da Congregação de São Filipe Néri, o problema da pesquisa, então, consiste em identificar quais são as estruturas conventuais restantes e como se deu a evolução do antigo convento da Congregação do Oratório antes do volume do atual Paço Alfândega.

Seguindo-se as descrições dos Anais Pernambucanos de A. Pereira Costa, confrontou-se com a cartografia e com a planta baixa do atual edifício. Essas correlações revelam algumas observações a mais no mapa do Engenheiro Diogo da Silveira Veloso, (Fig. 12), tal como: a indicação do convento, e a construção depois da drenagem da coroa de areia a partir da construção da Fortaleza do Matos.

Então se partiu da seguinte hipótese: A evolução gradual da edificação foi se processando sem intenção programada, sendo o convento construído por etapas em função dos sucessivos aterros que foram efetuados, e que, mudaram a sua configuração espacial, como também a da ilha do Recife, mais, efetivamente, no seu extremo sul.

Os dados fornecidos pela arquitetura não foram suficientes para afirmar, com absoluta segurança, se o convento era maior ou menor do que a atual construção, ou, onde ele tinha o seu limite sul, apesar da existência de uma parede contínua, transversal, na altura do atual armazém central,⁸ assim, as pesquisas arqueológicas realizadas foram esclarecedoras, em relação a esta questão.

Pretende-se contribuir para a os estudos da evolução do Bairro do Recife, e abrir espaço para uma reflexão dos critérios das intervenções nos sítios históricos. A intervenção em áreas urbanas com vistas à sua preservação, envolve uma série de operações que conforme o caso, vão desde a conservação pura e simples de algumas estruturas, até a execução de complexos projetos de reabilitação. Atingem tanto o espaço urbano – no que diz respeito ao seu funcionamento, acessibilidade, uso e papel na estrutura da cidade – quanto o tecido social.

⁷ Essa parte da coroa pode ser vista nos desenhos e pinturas de Frans Post.

⁸ Essa hipótese é levantada pelo arquiteto José Luiz Mota Menezes ao elaborar parecer na reforma do shopping Paço Alfândega.

Procura evidenciar a pertinência de uma pesquisa arqueológica e arquitetônica conjunta, que acrescenta a compreensão da aplicação de uma metodologia específica, fornecendo subsídios para o estabelecimento de critérios na conservação do nosso patrimônio cultural, acrescentando-lhe mais elementos e valores.

No primeiro capítulo, denominado de considerações teóricas – metodológicas, apresentamos um panorama do processo colonizador contextualizando a América Portuguesa, em função de sua estrutura de poder, não como a idéia de um fenômeno aleatório, extrativista, mas como os portugueses haviam imprimido à urbanização no Brasil, durante todo o período colonial. Inicialmente, a grande ocupação do território se deu ao longo da costa, de acordo com as limitações impostas pelo Tratado de Tordesilhas, pela catequese e ação "civilizatória" dos missionários e pela intenção de conquista de território, tanto ao Sul como ao Norte, cujo processo resultaram grandes núcleos separados pela distância. Esse isolamento potencializou a identidade regional, marcando todas as diferentes manifestações culturais.

Também se enfatizou a metodologia da pesquisa e as diretrizes geradoras que a conduziu no processo de intervenção. As explicações foram montadas a partir da análise de estruturas histórico-culturais. Além disto, percebeu-se que as correntes do patrimônio cultural, parecem insuficientes para a defesa da preservação do patrimônio tangível e intangível nas diversidades que a edificação oferece.

No segundo capítulo, traçou-se, de forma geral, considerações preliminares da relação da Igreja e a Colônia, e a influência desta na arquitetura religiosa, destacando: o convento, os seus elementos arquitetônicos, os construtivos e os decorativos. Principalmente, como elemento estruturador urbano muito importante na formação das cidades, lembrando que, no período colonial, a ampliação urbana quase que, obrigatoriamente, dava-se ao lado de uma obra eclesiástica. A igreja dos Oratorianos, não foi uma exceção. Enfocou-se o Convento dos Oratorianos no Recife, em Pernambuco, desde a sua origem, até o seu declínio para melhor ilustrar as diversas etapas de sua construção relacionadas ao crescimento, e a sua relação na evolução urbana do Bairro de Recife.

No terceiro capítulo, tratamos de evidenciar a identificação e a compatibilização dos dados arqueológicos com os dados arquitetônicos, onde são tomadas as variáveis evidenciadas nos capítulos anteriores. A superposição dos dados encontrados e a análise dos mesmos, levaram a confirmação da hipótese.

E por último, a conclusão, onde se discute o resultados da hipótese da pesquisa, e ainda arrisca sugerir uma reformulação no direcionamento dos projetos de intervenção nas áreas urbanas de interesse histórico e cultural na Cidade do Recife.

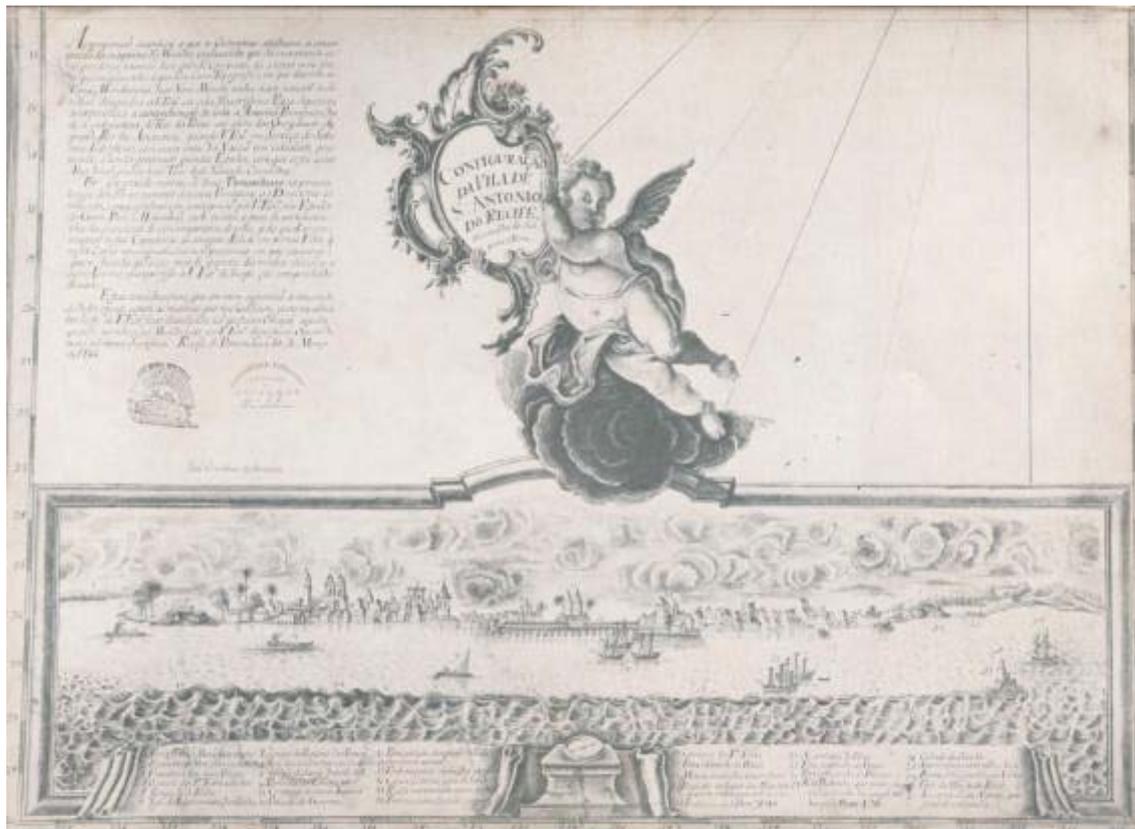


FIGURA 02

Configuração da Villa de Santo Antônio do Recife, observado do Sul para o Norte. Aquarela (1766). Acervo do antigo Arquivo Militar de Lisboa, datado e assinado José Gonsalves da Fonseca, em Recife de Pernambuco.

FONTE: Ferrez, G. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife - 1755 - 1855. Recife.1984



FIGURA 03

Detalhe figura 02 - Aquarela (1766).

Notar torre única do Convento dos Padres Néri (19) e ao fundo a Igreja Madre de Deus, Forte do Matos (20) observando do Sul para o Norte.

FONTE: Ferrez, G. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife - 1755 - 1855. Recife.1984



FIGURA 04

FERNAMBUCK

Acervo da Biblioteca Nacional, aquarela original em duas folhas assinada no centro, na parte mais baixa da fachada do corpo central da Igreja da Madre de Deus - R. Schmidt.

FONTE: Ferrez, G. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife - 1755 - 1855. Recife.1984



FIGURA 05

Detalhe figura 04 - Detalhes das torres do Convento dos Oratorianos.

FONTE: Ferrez, G. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife - 1755 - 1855. Recife.1984



FIGURA 06

Panorama de Pernambuco - 1826/32 aquatinta.

Desenho de R. Schmidt, editado por Steinmann e gravado em aquatinta por Frederico Salathé.

No primeiro plano as duas torres do convento e a Igreja de Madre de Deus, no Bairro do Recife.

Ver extensão da ala Oeste, o claustro e o volume.

FONTE: Ferrez, G. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife - 1755 - 1855. Recife.1984

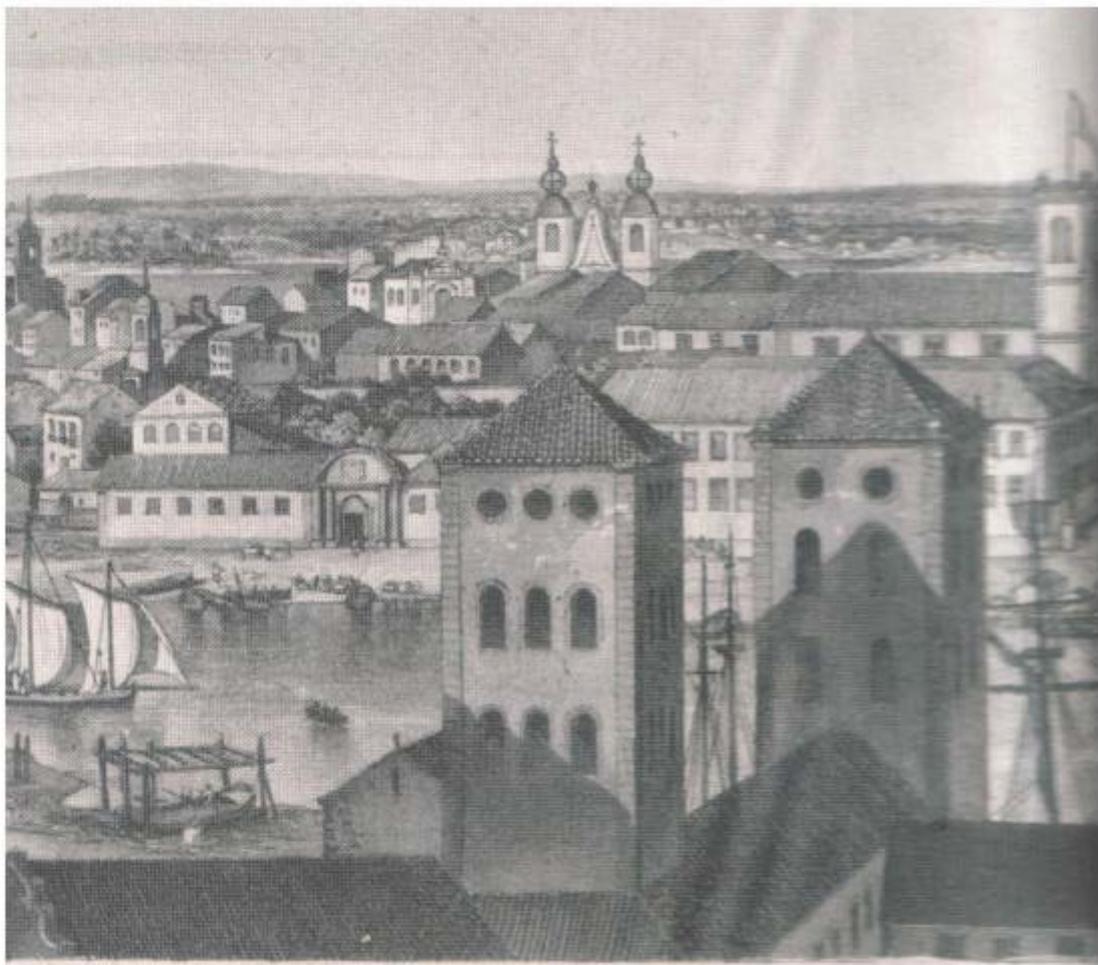


FIGURA 07

Observar o alinhamento da Torre sudoeste com a ala sul e a ala oeste anterior a Torre.

Ver também o lamarão.

FONTE: Ferrez, G. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife - 1755 - 1855. Recife.1984



FIGURA 08

Porto do Recife - Guache provavelmente de Emil Bauch - A Alfândega instalada no edifício conventual com os quatro mirantes.

FONTE: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz da Mota Menezes.



FIGURA 09

Alfândega em 1852 - Cromolitografia, segundo aquarela de Emil Bauch, realizada a partir de fotografia.

FONTE: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz da Mota Menezes.



FIGURA 10

Imagem sem título [Recife].

autor: não identificado.

Original manuscrito da Direcção dos Serviços de Engenharia - Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Lisboa. A forma de representação é muito especial pois os principais edifícios têm suas fachadas rebatidas sobre a planta. A ponte e o aterro ligando Boa Vista a Santo Antônio nos permitiram supor que o desenho mostra a situação do Recife por volta de 1760 ou pouco mais, pois nas plantas seguintes já não comparece o aterro (MENEZES - 1988), que corresponde a uma diretriz anterior da ponte.

FONTE: In: FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

O Recife em 1648

Ruas e edificações segundo o mapa de S. Golijath - 1648

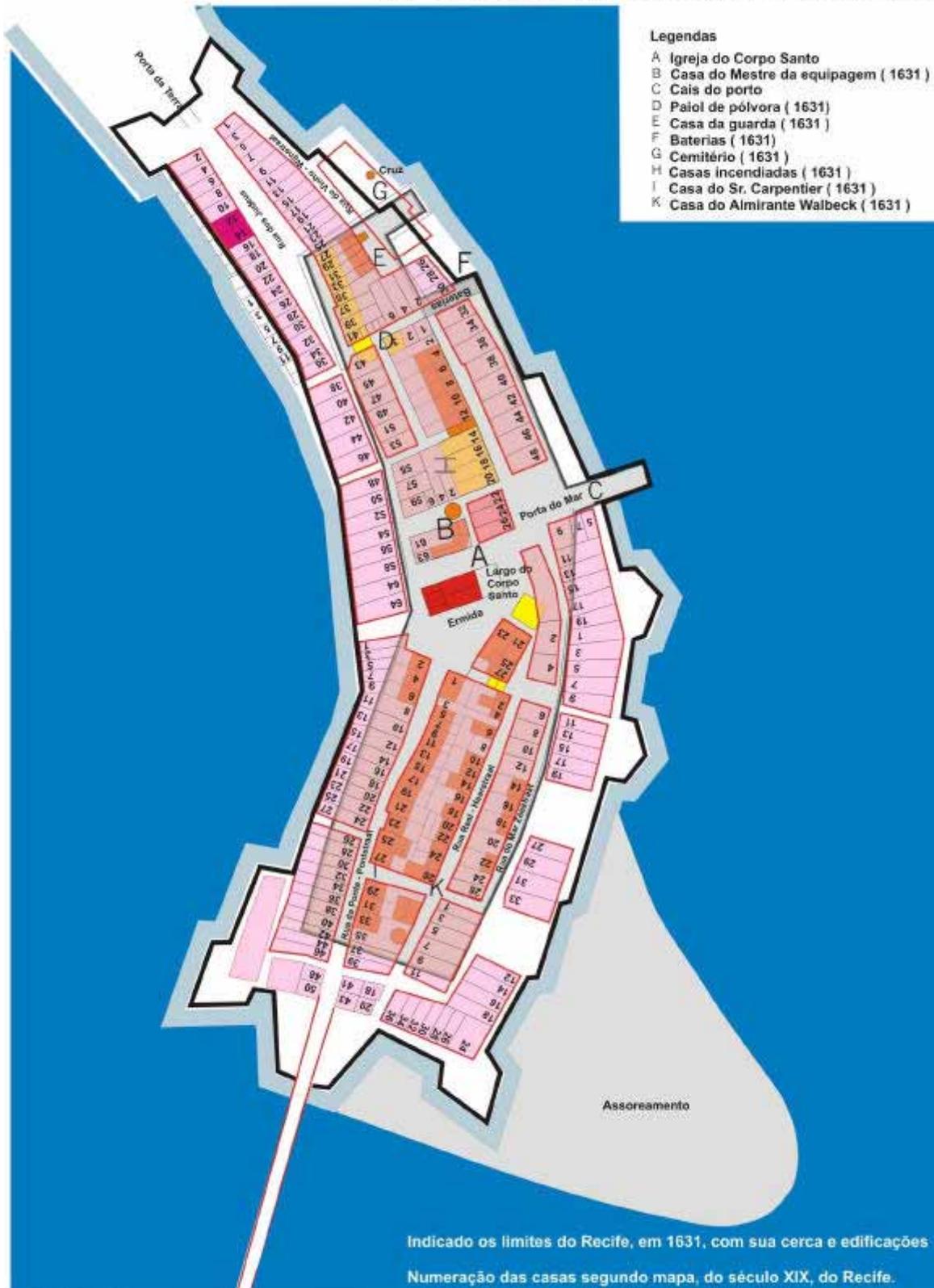


FIGURA 11

FONTE: Cedida pelo Prof. Dr. José Luiz da Mota Menezes.

O Recife 1733

Ruas e edificações ,segundo o mapa de Velloso / Corte Real 1733

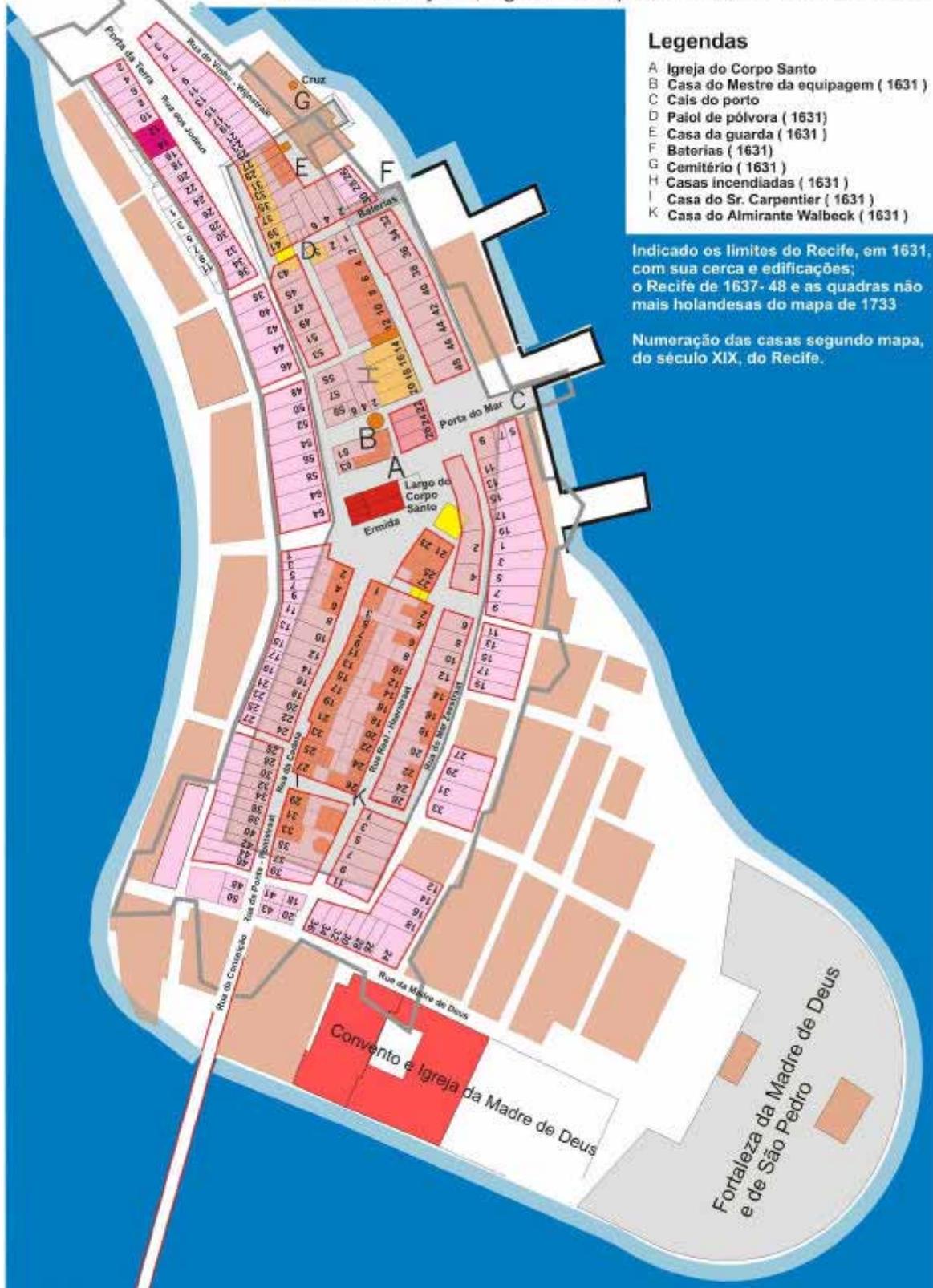


FIGURA 12
FONTE: Cedida pelo Prof. Dr. José Luiz da Mota Menezes.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Considerações teórico-metodológicas

Neste capítulo se trabalha o enfoque histórico-cultural descritivo, que se constitui a base teórica que norteia toda a nossa pesquisa. Com isso adotamos a postura de aplicar alguns dos métodos de análise da arqueologia, que é a da leitura das estruturas remanescentes como forma de correlacionar estes vestígios com os elementos arquitetônicos nas suas diferentes fases e conseqüentes usos diferenciados.

Neste sentido, insere-se a pesquisa em uma perspectiva histórico-cultural descritiva, no campo das ciências humanas, com o objetivo determinado, para permitir uma compreensão cronológica e comparativa, oferecendo um banco de dados e seqüências de compilações.

A bibliografia e iconografia consultadas permitiram identificar as características morfológicas essenciais do edifício, buscando a compreensão de uma situação específica, desde a sua gênese e o impacto sobre o espaço urbano da cidade, tendo como referência a dinâmica das relações sociais e a produção do espaço. A importância desta reflexão teórica é fundamental para arqueologia na medida em que permite a reprodução intelectual da realidade, pois o fenômeno só é explicado se reduzido à sua essência. A compreensão da realidade é fundamental para oferecer uma nova perspectiva à prática, com o objetivo de dar conta das relações sociais e a sua inter-relação com a construção da paisagem colonial.

A opção, por restringir a temática em uma situação específica, visa possibilitar o aprofundamento analítico da questão e, ao mesmo tempo, correlacioná-la com a investigação. Disso dependerá um grande acúmulo de conhecimentos multidisciplinar.

As formações urbanas das cidades brasileiras devem ser objeto de interesse científico, por não constituir um conjunto de dados aleatórios, mas são partes de uma dinâmica muito maior do que imaginamos. O processo de urbanização está sujeito a outros processos de origem política social - que determina o aparecimento daquelas formações, cuja explicação exige o conhecimento do sistema social colonial, no qual se desenvolve a política de colonização portuguesa, mais necessariamente, como foi a prática da política urbanizadora no Recife.

Uma análise da evolução do desenho urbano do Bairro do Recife permite identificar as mudanças, as permanências históricas do uso e a ocupação do solo, além de identificar aqueles espaços em que ocorreu os significativos fenômenos sociais.

Antecedentes históricos

A primeira tentativa oficial da colonização portuguesa na América, bem como a implantação de um modelo civilizatório para o Novo Mundo já fora testado pelos próprios portugueses nas ilhas do Atlântico (os Açores e Madeira). No Brasil as grandes áreas eram chamadas de Donatarias ou Capitânicas Hereditárias. Foram repartidos em quinze lotes, e distribuídos a doze donatários que deveriam colonizar com os recursos próprios. Transformara a terra conquistada em colônia de exploração, sob o esteio do Tratado de Tordesilhas e de várias bulas pontifícias, estando assim, inserido esse sistema colonial no chamado mercantilismo. (Fig. 01).

Mesmo sem ter um planejamento geral que definisse todas as linhas de colonização, Portugal tinha uma experiência anterior de cultivo de cana-de-açúcar e de produção do açúcar, mas as condições financeiras não favoreciam um empreendimento que se desenvolvesse às custas do Estado português.

As novas terras descobertas – colônias - ocorridas entre os séculos XV e XVI serviram como fomento à extensa relação comercial, com a qual estabeleceria uma intrincada rede de circulação de mercadorias entre as metrópoles européias e as suas respectivas colônias. Essa concorrência entre nações européias tornaria necessária a ocupação mais efetiva das terras como elemento fundamental que garantisse os direitos sobre elas.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda reconstituiu a fragilidade do litoral brasileiro e o desrespeito ao Tratado de Tordesilhas, no advento da captura da nau *Pèlerine*⁹ em 1532, além de outras ameaças, que podiam levar ao fracasso, e conduziram a uma única solução: colonizar o Brasil. Assim a política de colonização, tinha como uma de suas linhas mestras, “ocupar sem gastos” transferindo para a iniciativa particular o

⁹ Pertencia a esquadra francesa do Mediterrâneo, carregada de 15 mil toras de pau-brasil, 3 mil peles de onças, 600 papagaios e 1,8 toneladas de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras minerais; extraídos da feitoria portuguesa instalada em Igarassu no litoral pernambucano, no período de apenas quatro meses de estadia. Relatado por Eduardo Bueno, em seu livro *Capitães do Brasil*, 1999.

ônus do empreendimento das terras brasileiras. Para Portugal cabia apenas a incumbência de administrar os prováveis lucros advindos do novo empreendimento. As cidades fundadas pela Coroa portuguesa eram de maior dimensão que as outras vilas e cidades fundadas por iniciativa dos donatários, eram planejadas e construídas por arquitetos e engenheiros militares e, a maior parte delas, adotava traçados regulares.

No entanto, muitos colonos faliram diante das dificuldades não só no contato com os índios¹⁰, mas também, das safras deficientes, dos poucos recursos e do mau gerenciamento de suas terras, ficando assim abandonadas. No entanto, os que permaneceram no Brasil, tentam buscar os mecanismos para contornar as suas dificuldades e garantir a continuidade do direito da posse da terra, tais como o engajamento de uma parcela da população colonial que ficava à margem do sistema escravista de mão - de - obra, tais como fidalgos decadentes ou não, degredados, contrabandistas, soldados aventureiros, entre outros (ANDRADE, 1997, p.146).

Consciente da necessidade de unir esforços para a preservação do vasto território brasileiro, a coroa, alia-se à Igreja, por meios de ações sacerdotais, e das Entradas e Bandeiras. Como poder privado e estatal, partem em busca da “salvação da almas para Deus”. A colonização, então, passa a ser um bom empreendimento sob do ponto de vista econômico.

Este projeto urbanizador era uma componente fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território. Quer se tratasse da fundação de novas vilas e cidades ou da refundação de aldeamentos missionários, existia sempre uma preocupação com o ordenamento do plano, com o alinhamento de ruas e de fachadas e com a normalização da arquitetura dos novos edifícios. Este ordenamento urbano era expressão da cultura racional européia que se pretendia implantar. Nestas cidades, uma praça habitualmente quadrada e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas, e estruturava-se o conjunto da malha urbana. Por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça, destinadas a funções distintas, afirmando a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas (REIS, 1968, p. 30).

10 Para melhor entendimento do contato de aprendizado mútuo entre os homens nesse período ver “ A presença portuguesa e africana diante dos índios”, texto de Maria do Socorro Ferraz Barbosa in “O mundo que o Português criou”. As trocas dos homens da “terra”, uma sociedade fundada na ordem natural, e os que chegavam se baseavam no direito da conquista e se fundamentava na superioridade – tecnológica, cultural e filosófica.

Outra influência importante que se verificou no Brasil foi a presença dos holandeses, que ocuparam o Pernambuco a partir de 1630 até 1654. Na figura 02, é possível ver a característica do Recife bastante irrigado com os rios e os canais. Na figura 03, já registrado, observa-se o banco de areia formado na extremidade sul da ilha, onde mais tarde, verificou-se o crescimento da área urbana da cidade. Também, os holandeses, planejaram e construíram uma parte do Recife, a chamada cidade Maurícia, destruída após a grande restauração, no que hoje é o atual bairro de Santo Antônio, de acordo com os princípios da tratadista renascentista, que se traduziram em um traçado, absolutamente, regular e geometrizado. Apesar das destruições que se seguiram à capitulação holandesa, o traçado da cidade permaneceu.

O povoado que deu início ao Recife é quase tão antigo quanto as primeiras tentativas portuguesas de fixação em sua colônia no ultramar. Qualquer pessoa diria que o assentamento humano naquele lugar era, no mínimo impróprio.(Fig. 02) Em Olinda, cujos costumes e paisagem foram descritos pelo Frei Manoel Calado, “tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso” (O Valeroso Lucideno). Mas, para os chefes holandeses, a segurança era prioritária, e falava mais alto, “por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa” (Diogo Lopes Santiago - História da Guerra de Pernambuco). Daí fixar-se no Recife e na ilha de Antonio Vaz que “são lugares próprios para fundação de uma cidade e penso que ninguém que da Holanda vier para cá, quererá ir morar em Olinda”.(Adolph van Els) As opiniões e a proibição de quaisquer construções no perímetro urbano da antiga capital, favoreciam a escolha do Recife como sede. Com estratégia política, decidem incendiar Olinda, a sede da Capitania de Pernambuco e escolhem Recife como sede.

Olinda ficou com um pequeno porto no rio Beberibe, até onde subiam as pequenas embarcações, enquanto no porto natural, ergueu-se uma pequena povoação que, até nos fins do século XVI, era formada apenas por armazéns de açúcar, tavernas e prostíbulos. Era um povoado pobre, de portuários, pescadores e prostitutas - o Recife (ANDRADE, 2003, p. 18).

O Bairro do Recife tem a sua origem histórica em uma antiga povoação surgida na extremidade meridional do antigo istmo litorâneo contíguo e estendido a partir de Olinda. Inicialmente uma “minguada língua de terra”, espremida entre o mar e o estuário dos rios, abrigava poucas casas e alguns armazéns, que serviam para estocar mercadorias

comercializadas entre a colônia e a metrópole além mar, configurando neste momento um traçado urbano de feição irregular, adaptado à sua geografia peculiar.(Fig.04 e Fig.05)

O então “Arrecife dos Navios”, inicialmente, aparece mencionado no chamado Foral de Olinda, de 1537, indicando o seu surgimento na decorrência do porto. Local, também, originalmente, denominado “*Porto dos Navios*”, “*Povo dos Arrecifes*”, ou “*Ribeira Marinha dos Arrecifes*”, consolida-se a partir do século XVI, como ponto de pescadores, de oficiais e de gente ligada ao porto, e, principalmente, como um “seguro ancoradouro defendido da impetuosidade dos mares e ventos pela extensa linha de arrecifes, que corre ao longo da costa”, assim descreve Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos.¹¹

Essa vocação portuária foi desde muito cedo definida pela sua geografia natural, conforme o historiador José Antonio Gonsalves de Mello, no livro Tempo dos Flamengos – Influência da Ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil, reforça a necessidade de expansão territorial, quando observa “uma população enorme, calculada em mais de 7.000 pessoas, teve que se comprimir no Recife e em Antonio Vaz”(MELLO, 1987, p. 72).

Assim, quando os holandeses chegaram à área e conquistaram Olinda e Recife, “como um povo de comerciantes e já livres do ataque dos indígenas, elegeram o povoado portuário como sede de seu governo e destruíram, já que não podiam conservar as duas, a bela capital Duarteina” (ANDRADE, 2003, p. 18).

No regimento do Governo das praças conquistadas à Companhia das Índias Ocidentais, datado de Haia, em 1629, permitia-se aos que residiam nas terras aonde viesse a se estabelecer a soberania holandesa, quer fossem espanhóis, portugueses e nativos, católicos ou judeus, para “que não sejam molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casa particulares”. A ocupação holandesa entre 1630 e 1654, contudo, muda a fisionomia local. No entanto, para a instalação dos novos governantes faltava tudo: alojamento, materiais de construção e o terreno eram escassos. Os possuidores de sesmarias iniciaram na área um sistema de loteamento, que devido à necessidade premente de espaço, tornou-se bastante lucrativo.¹²

11 A grande parte da bibliografia lida, baseia-se nos Anais de Pereira da Costa. Atualmente disponibilizado no site: <http://www.liber.ufpe.br/pc2/index.jsp>.

12 Os lotes tinham em média de cinco a seis metros de largura ocasionando a tipologia dos sobrados compridos.

A exigüidade espacial induz os holandeses a expandirem pelas ilhas adjacentes e ao mesmo tempo drenam, aterram, e canalizam as águas do rio e do mar, na tentativa de criar terras para ocupação, intervindo na paisagem. Embora o Recife se tornasse maior centro populacional do que Olinda e ampliasse a porção insular com aterros, os recursos disponíveis e a técnica da época, bem inferior à holandesa, não permitiam uma grande expansão. Daí, a formação de ruas estreitas, curvas fechadas e numerosas e a construção de casas com vários andares.

Recife sempre precisou de pedras. A câmara de Amsterdã enviou em 1639, mais de 300.000 tijolos e entre 1641 e 1643 foram importados 1.540.550 unidades de tijolos e ladrilhos. Além de pedra e cal, era usada muita madeira pelos mais pobres que construíam *casas terreiras e sobrados magros* de dois andares ou montavam casas pré-fabricadas, trazidas da Holanda, como registra a Generale Missiva ao Conselho dos XIX, no Recife, a 23/05/1636 (MELLO, 1987, p. 79).

A Mauritzstadt, criada por Peter Post, incluía a ilha do Recife, juntamente com a de Antonio Vaz, e estabelecia os primeiros projetos de urbanização e execução de serviços públicos, tais como: pavimentação, sucessivos aterros, drenagem do sítio, delineamento regular de ruas e quadras - além da primeira distribuição hierárquica e simbólica das funções públicas e privadas na estrutura urbana. Este documento configura a interferência governamental na organização da cidade, e o controle das pessoas ao morar na estreita faixa de terra da zona portuária do Recife em 1635.¹³

Para melhor controle do território conquistado, Nassau procurou fazer uma política de contemporização com os portugueses que se dispusessem a colaborar com o invasor e consentiu na liberdade de cultos, no momento em que protestantes e católicos lutavam na Europa.

A área urbana da povoação do Recife foi fechada com as trincheiras e os bastiões, com apenas três portas de acesso, o que deu origem à expressão “fora das portas”, e aí se distinguia os moradores de dentro e os de fora da cidade.

Com a expulsão dos holandeses e a volta do domínio português, Recife e Olinda estavam em grande parte destruídas, a primeira, porém, tinha muito mais condições de exercer a hegemonia sobre a colônia açucareira. Logo, haveria uma disputa entre os chamados nobres, senhores de engenho, e os burgueses, comerciantes, denominados de

¹³ Para melhor apreensão ver “Uma comunidade judaica na América Portuguesa”, de Leonardo Dantas Silva. In “O mundo que o Português criou” CNPq/ FJN - Organizado por Manuel Correia de Andrade, Eliane Moury Fernandes e Sandra Melo Cavalcanti em 1997.

forma depreciativa, de mascates. Os primeiros queriam reconstruir Olinda que era, legalmente, a vila, e lá, instalar o Governo da Capitania, enquanto as pessoas ligadas ao comércio e grande parte da população mais pobre preferiam que o governo continuasse no Recife.

A favor dos mascates entraram a maior parte do cabido, os oratorianos e os carmelitas de Goiana e do Recife, os jesuítas e os franciscanos agiram com prudência, não se imiscuindo na luta. Escreveu Cônego Barata em seus apontamentos¹⁴ (MUELLER, 1984, p. 57).

No entanto, contrariamente aos interesses das ordens e confrarias, o alto clero secular corroborou a decisão da elite pernambucana, uma vez que, possuidoras de residências na vila de Olinda, garantiram a confirmação da permanência da sede do poder episcopal em Olinda no ano de 1676.¹⁵

Apesar da característica comercial continuar dominando, o espaço urbano sofreu novamente as conseqüências da administração lusitana. Permanece e aumenta também a questão da ampliação do espaço, já que a região era plana, entrecortada por rios e canais, solos alagados, que eram empecilhos ao desenvolvimento da cidade além da dificuldade de encontrar os materiais construtivos. Os vazios deixados no comércio pela saída, diante da derrota dos holandeses em 1654, de muitos judeus e outras gentes vinculadas aos flamengos, foram de muita utilidade para aqueles que se deslocaram de Portugal.

Em Pernambuco, na segunda metade do Século XVII, quando expulso os holandeses, seguiu-se o desmantelamento da agro-manufatura do açúcar, provocado inclusive pela disputa da propriedade dos engenhos tomada aos invasores. A Igreja enquadrou-se, perfeitamente, nos objetivos da Metrópole: o Rei doava terras, mas não doava escravos, cujo comércio constituía uma das principais fontes da receita da Fazenda Real e a maior fonte de lucros do capital mercantil.¹⁶

Com o início da estabilização das vilas, que fora favorecida pelo processo de consolidação da presença efetiva do Estado Português, juntamente com a Igreja, o comércio e as suas redes de abastecimento, possibilitou o surgimento da demanda por uma mão-de-obra qualificada, capaz de executar as construções dos mais diversos tipos

¹⁴ Ver Histórias Eclesiástica de Pernambuco. In Revista do Instituto Histórico Pernambucano, 1922 p.364 nota 64.

¹⁵ BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1956, vol. 1, p. 26.

¹⁶ Para melhor entendimento consultar ACIOLI, Vera Lúcia Costa – Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII – Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

como capelas, igrejas, residências, palácios, pelourinhos, chafarizes, pontes e calçamentos das vias mais importantes da vila marcada por uma arquitetura da cantaria¹⁷. Substituir materiais, adequar projetos e técnicas construtivas e treinar a principal força de trabalho disponível na Colônia, os escravos, foram alguns dos desafios lançados aos pedreiros, canteiros e carpinteiros portugueses.

A segunda metade do século XVII no Recife é caracterizada por inúmeras ações, a maioria delas muito em acordo com a importância comercial decorrente da presença de inúmeros mercadores, mestres de ofícios, aventureiros vindos da corte para a capitania de Pernambuco.

Desde o início, então, era preciso “conquistar os alagados”, “levantar a terra”, “afastar as águas” e “criar um chão”. Segundo a documentação histórica a extremidade do Bairro do Recife, só passou efetivamente a ser ocupada a partir de 15 de fevereiro de 1684, quando foi lançada a primeira pedra para a construção de uma fortaleza, e o acúmulo de solo de aluvião era tão excessivo que o governador D. João de Sousa, com autorização da Câmara de Olinda, permitiu ao maior empreiteiro do fim do século XVII, o português Antônio Fernandes de Matos¹⁸, construir com os recursos próprios, uma fortificação para defender o extremo sul da povoação do Recife. Além disso, foi dado a ele o direito de explorar e construir as novas terras que surgissem entre a fortaleza e a Vila do Recife. A fortificação construída foi no começo, chamada de Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, e depois ficou conhecida pelo nome do construtor (MELLO, 1957, p. 29).

Antônio Fernandes de Matos foi nomeado capitão de sua fortaleza e obteve terras para a construção de várias casas. O Forte do Matos, como era chamado, não teve a sua cortina de cantaria completada na parte da terra. Assim, na maré alta a água terminava por entrar na fortificação logo depois do meio baluarte do lado oeste, formando-se grande alagado, ou camboa, e uma praia ou sítio do Lamarão, em mapa de 1729 de Manuel de Almeida Fortuna. (Fig.10) Depois, o local foi aterrado para a expansão do convento inicial.

17 A técnica da cantaria consistiria na rocha beneficiada, aparelhada e lavrada em formas geométricas para ser aplicada em construções como parte estrutural ou ornamental e, muitas vezes, às duas funções podem ser satisfeitas na obra.

18 Antônio Fernandes de Matos, português, nascido no Minho, chegando, em tempo não bem determinado a Pernambuco teve êxito como contratador de obras, uma vez que tinha por ofício o de pedreiro. Ativo na segunda metade do século XVII no Recife, ele foi responsável por um grande número de construções, erigidas depois de 1654, nessa povoação. O nome dele aparece em vários contratos e o seu tino para negócios o fez enriquecer rapidamente.

Com isto, no século XVIII, novos quarteirões surgiram na povoação do Recife, como mostra os estudos do Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes¹⁹ (Figuras 06, 07, 08 e 09) baseado nos mapas dos engenheiros militares, holandeses ou portugueses²⁰, mostram-nos com os detalhes, a forma de expansão da península em direção àquela coroa de areia.

Em cada um desses quatro mapas foi superposta a atual planta baixa do térreo da Alfândega, que foi erguida a partir de uma reforma sobre as estruturas da última fase do Convento do Oratório. Com a sobreposição foi possível realizar uma confrontação com a forma da ocupação referida, e observar como se deu o aproveitamento no trecho do lado oeste da península, próximo à Ponte do Recife, e as três casas térreas doadas à congregação do Oratório de São Filipe Néri.

O engenheiro Dogo da Silveira Veloso sobre o Matos, expressa-se, em 1713:

[...] a princípio, intentou Antônio Fernandes de Matos fazer um cais de pedra que principiasse da ponte que divide estas povoações (do Recife e Santo Antônio) e fosse acabar no forte do Brum, com o pretexto de lhe darem toda a terra que entulhasse; neste cais recebia esta vila e o mesmo rio uma grande utilidade, e como assim fosse lhe proibiu o Senado da Câmara de Olinda (que então dominava) a fundação dele, talvez por não verem o Recife mais aumentado, ainda que o aparente pretexto foi outro; como alcançar terreno para fazer moradas de casas, ofereceu fazer o dito forte à sua custa, com que veio a ficar senhor de tanta, que fez nela mais de trinta moradas, e não foi outro o fim com que fez o dito forte. (MELLO, 1957, p. 29).

No outro lado, em parte desse trecho da coroa, devidamente drenado, de propriedade de Antonio Matos e também doada, os padres do Oratório construíram o seu convento no Recife. Em 1679 contava a congregação doze padres²¹, sendo que seis estavam sempre em missões, e os outros nos trabalhos locais de religião. Enfim, os missionários foram instrumentos preciosos no uso da mão-de-obra indígena e essencial para continuidade da formação da sociedade nos sertões nordestinos (PIRES, 2003, p. 47).

¹⁹ Revista *Oceanos*, de número 41, impressa em abril de 2000 em Portugal.

²⁰ Os mapas pesquisados foram três holandeses e um de origem luso-brasileira, este último, confeccionado depois de 1654 por Diogo da Silveira Veloso.

²¹ Nação Caboclos de Língua Geral, Goyana (Aratagui), Caboclos de Língua Geral Freguesia do Araroba (Araroba) – Nação Xukuru. Nação Caboclos de Língua Geral, Goyana (Aratagui), Caboclos de Língua Geral Freguesia do Araroba (Araroba) – Nação Xukuru.

A cartografia e as ilustrações da época são raras, mas é possível reconhecer nelas a configuração da área objeto, através de coleções públicas e privadas. Mas, somente, no final do século XVIII, é que as informações de imagens e mapas sobre a Vila do Recife, denotam a presença do Convento dos Padres Oratorianos de São Filipe Néri, com a maior nitidez na conformação da quadra. Não se pode precisar, e nem visualizar o volume de uma edificação conventual no contexto, pelos documentos escritos. No entanto, fica claro que o atual prédio da antiga Alfândega, hoje Shopping Paço Alfândega, foi erguido e formado a partir das construções do antigo Convento dos Padres Oratorianos.

A delimitação do período da pesquisa foi determinada pelos seguintes marcos referenciais: quando visualizamos o Convento dos Oratorianos, em aquarela de José Gonsalves Fonseca, datada de 1766, (Fig.02), do sul para o norte, observa-se sua volumetria com apenas um mirante. Pode-se ver a construção da parte oeste do atual edifício, totalmente edificada em 1840, com os quatro torreões, segundo litografia de W. Bassler. Esse período não será objeto do nosso estudo, por configurar a instalação e a adequação da alfândega.

Em sua pesquisa, o Professor e Arquiteto José Luiz Mota Menezes, que estudou exaustivamente a cartografia do Bairro do Recife, e mapas de outros lugares do Recife (Fig.06, 07, 08 e 09) lançou a hipótese de que o convento dos Padres Oratorianos, era de dimensões menores que a do atual edifício, baseado nos documentos escritos e fundamentado nos mapas de fontes primárias.

A leitura da prospecção realizada nas paredes do prédio, indica que do Convento dos padres de São Filipe Néri restam as duas torres, antigos mirantes, na parte do Sul, os quais perderam um andar. Nestes, evidenciam-se os elementos em cantaria dos seus antigos cunhais e as cercaduras dos vãos de portas e janelas. Os mirantes estão, em seus aspectos conventuais, visíveis em estampa litografada do segundo quartel do século XIX. Na fachada voltada para o sul, segundo o Professor José Luiz, ainda “se pode ver as cercaduras de pedra dos antigos vãos dos dormitórios dos padres”. Da mesma maneira, no pátio, vãos de cantaria são vistos em parte da fachada interna da ala da Rua da Madre de Deus. Da antiga Alfândega, as arcadas da fachada voltada para a lateral da Igreja da Madre de Deus, embora tendo algumas entaipadas, ainda são fáceis de serem identificadas. Outra visualização do volume, é observada nos diversos mapas na junção e comunicação com a igreja, e com a sua evolução, quando em configuração final, foi demolida para a abertura da atual rua da Alfândega.

Os aterros eram feitos, geralmente, em pontos marginais às áreas já ocupadas, aumentando o espaço ocupado pelas casas e ruas, ou também em direção ao leito do rio (Figuras 02, 05, 06, 07 e 08). Nos aterros sucessivos na parte oeste da ilha, avista-se, claramente, o banco de areia, próximo à Ponte do Recife.

No intuito de definir a imagem volumétrica e as diversas etapas construtivas da edificação do Convento dos padres da Congregação de São Filipe Néri, que é o problema da pesquisa, torna-se consistente a identificação das estruturas conventuais restantes, e como se deu a evolução do antigo Convento da Congregação do Oratório até o volume do atual Paço Alfândega.

O historiador Flávio Guerra descreve, uma das suas etapas construtivas, em 1766, e remete a leitura do que “para se ter uma idéia do tamanho do Convento da Madre de Deus e sua área, basta que hoje visualizar seus traços arquitetônicos iniciais” com as obras efetuadas em 1841, porém com as mesmas linhas mestras da sua fundação.²²

Muito se tem destacado o papel civilizador das ordens e congregações religiosas, sobre as quais teceremos algumas considerações no capítulo seguinte.

Seguindo-se as descrições dos Anais Pernambucanos de A. Pereira Costa, adicionando a confrontação da cartografia com a planta baixa do atual edifício, revela-se mais algumas observações no mapa do Engenheiro Diogo da Silveira Veloso, (Fig. 09), como a indicação do convento e, a sua construção, depois da drenagem da coroa de areia e a partir da construção da Fortaleza do Matos. A evolução gradual da edificação em função dos aterros sucessivos devido a oferta dos materiais oriundos do próprio solo, ficando o convento construído por etapas em sua forma definitiva contribuindo assim, com a configuração espacial da ilha do Recife.

A igreja e Convento de Santo Amaro de Água Fria, por serem pequenos não atendiam as necessidades de uma ação cada vez maior dos religiosos, e com o apoio do reino iniciam a construção de um hospício²³ no Recife. Recebem terreno, por doação do Antônio Fernandes de Matos no extremo Sul da península, uma área conquistada ao rio que se juntou a outra que foi um antigo depósito de armas durante o período holandês.

Brevemente se concluiu toda a fábrica do dito hospício, por ser feita de taipa, de uns tijolos simples com uns paus, constando a Igreja de uma capela-mor e

²² Ver no apêndice 01, os projetos idealizados para a reforma da alfândega, depois da saída dos oratorianos.

²³ Casa de religioso.

dois altares colaterais pequenos, forrada de esteira, porem toda pintadinha e devota e a todo possível proporcionada para o intento. (MELLO, 1984 p. 56)

As etapas foram seguidas conforme as necessidades prementes e aumento do programa da congregação. Sendo assim, supostamente descritas:

A primeira etapa construtiva deu-se quando a então congregação instalou-se no Brasil e em Pernambuco. Não é possível precisar a sua formação inicial, mas sabe-se que se segue ao lado da pequena Igreja Madre de Deus, até que se inicie a obra já autorizada do Convento.

Não é apontada pelos historiadores a época da construção do Hospício e da Igreja da Madre de Deus, que tal foi a invocação que teve a casa dos Congregados no Recife. O Padre Sacramento, fundador e Prepósito da Congregação, em carta escrita em 5 de agosto de 1680 ao Príncipe Regente de Portugal, refere que já "pedira a Vossa Alteza quizesse tomar debaxo (sic) da sua proteção Real aquella(sic) Congregação, dando-lhe licença para fazer Igreja e caza (sic) na praça do Recife, por ficar aquella(sic) de Santo Amaro, em hum retiro muy(sic) distante e já tinhão(sic) dado principio com licença da Camara a titulo de Hospicio e suposto tinhão(sic) já Igreja feita, ainda que limitada e alguns agazalhos, não tinhão(sic) comtudo porta aberta, por esperarem que Vossa Alteza lhes faça a mercê de mandar se abra, sem impedimento, sendo Vossa Alteza seu Padroeiro. (MELLO, 1957 p. 40)

Antônio Fernandes de Matos foi o construtor desse primeiro hospício que tiveram no Recife os Padres de São Filipe de Néri. A construção inicial, como se vê, era muito modesta.

Transferido de fato para o Recife o centro econômico e político da Capitania - apesar das constantes determinações régias em contrário e da ação da Câmara de Olinda - os Congregados perceberam que a sua permanência na Ermida de Santo Amaro os mantinha afastados do maior núcleo de população da Capitania, onde a sua atividade sacerdotal se fazia mais necessária. (VALLE, 1992, p. 29)

A segunda etapa construtiva aparece quando, com o passar do tempo e o crescimento da Congregação, a casa do Recife foi ampliada e teve lugar a construção de um grande convento, ao qual se anexara melhor a igreja. A comunidade muda-se de Santo Amaro de Água Fria para o Recife e a casa antiga servirá de lugar de repouso para os

Oratorianos. A atual Igreja da Madre de Deus teve o seu início de construção a 15 de julho de 1706, mas só em 1715 ocorreu a primeira missa e ainda em construção, estando a Igreja pela metade. Em 1720 conclui-se o frontispício. “De parte do Evangelho está o Convento, que faz quadra perfeita com um espaçoso claustro” (MELLO, 1984, p. 57).

Na terceira etapa construtiva, ao observar o mapa de Diogo da Silveira Veloso (Fig. 06) a indicação do convento não nos revela, com absoluta segurança, onde ele tinha o seu limite sul, mas era de dimensão menor que a quadra atual.

Sabe-se que o lado da quadra, que forma parte da Rua da Madre de Deus para o Sul e no seu extremo foi erguido um mirante, visto em aquarela de José Gonsalves Fonseca datada de 1766²⁴. Depois, a nova edificação seguiu para o oeste e então foi construído um segundo mirante, visto em litografia de 1826.²⁵

As ilustrações de Emil Bauch²⁶, juntamente com os documentos escritos, revelam que, em 1852, a edificação não era mais de uso dos Oratorianos, e sim, nela estava instalada a Alfândega, configurando a quarta etapa construtiva. Nesta fase, tem-se a abertura da rua, que separa o convento da igreja da Madre de Deus.

No entanto, o estudo iconográfico não responde a todas as proposições levantadas. Como exemplo podemos citar o caso da construção dos dois mirantes que já poderia estar construído desde fins do século XVIII.

Segundo a pesquisa documental empreendida por Luiz Severino da Silva Jr.²⁷, esta possibilidade, deve-se ao fato do século XVIII ter sido um período de intensa atividade construtiva nos grandes conventos religiosos, tanto nas vilas do Recife, como em Olinda. Pois, tendo como marcos temporais as datas da documentação iconográfica dos anos de 1766 e 1826, temos na verdade um grande vácuo documental que é apenas um indicativo. Entretanto, Luiz Severino da Silva Jr. propõe:

O Convento do Oratório não fugiria a dinâmica construtiva da segunda metade do século XVIII, quando os grandes conventos das vilas do Recife e Olinda efetuaram ampliações arquitetônicas e ornamentais em suas Igrejas. É o caso das Igrejas dos Conventos do Camo e São Francisco, em Olinda e Recife, e, da Igreja do Convento de São Bento, em Olinda. As datas

²⁴ Ver na figura 02, na introdução desse trabalho.

²⁵ Ver na figura 06, na introdução desse trabalho.

²⁶ Figuras 08 e 09, na introdução deste trabalho.

²⁷ SILVA JR., Luiz Severino da. Alfândega do Recife: resgate patrimonial. Relatório da Pesquisa Histórica. Recife: Instituto Ouricuri, 2002.

de intervenções, nas igrejas, apresentadas por Pereira da Costa, nos dão um indicativo das atividades construtivas nos templos, demonstrando a capacidade de aplicação de recursos no período.

Além disto, todos estes grandes conventos de ordens religiosas possuem perfil básico. O primeiro seria o fato de serem conventos colados, ou seja, dividiam as paredes com os templos. Segundo, possuíam fachadas, principal, com no mínimo dois pavimentos. Terceiro, todos possuem pátio interno, retangular, formado por claustro delimitado por arcos. No entanto, neste último caso, o Convento do Oratório, em Pernambuco, foi o único a possuir um elemento distinto, o fato de ter tido dois pátios internos. Outro elemento arquitetônico exclusivo do Convento do Oratório foi o fato de possuir dois mirantes, só comparável ao Mirante do Convento do Carmo do Recife, mas, esse é um dado limitado, uma vez que o mirante do Convento do Carmo pode ter sido parte²⁸ do Antigo Palácio da Boa Vista, do século XVII, que teria sido integrado ao convento em função das ampliações.

Questões relevantes do Patrimônio Histórico e Arqueológico

A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade, seja no Brasil ou no exterior, exige a revisão de conceitos fundamentais, tal como a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas, e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. Seja pelo fato destas áreas terem admitido diferentes utilizações em função do crescimento das cidades, seja pelos usos, que hoje os edifícios tombados assumem na trama urbana. O uso dado aos imóveis tombados pelo patrimônio histórico, muitas vezes leva a uma elitização de sua fruição; e por vezes é difícil negar sua incompatibilidade com o crescimento voraz da cidade. Por este motivo, impõe-se a questão da reinterpretação do passado.

O Plano de Revitalização do Sítio Histórico do Bairro do Recife (Lei Municipal no 16290/97) explicita nos termos da Lei, em seus diversos capítulos, artigos e parágrafos,

²⁸ Tomemos como exemplo as datas de intervenções em três destes templos. No Carmo do Recife, temos intervenções nos anos de: 1767, da Costa, nos apresenta as seguintes datas de intervenções: 1746/1750, instalação de tribunas; 1750/1753, construção da torre do campanário; 1760/1763, ampliação do frontispício; 1770, demolição da sacristia; 1778/1780, ampliação da capela-mor e construção de uma nova sacristia e 1783/86, construção do atual altar-mor. E no caso da igreja do Convento de São Francisco do Recife as seguintes datas: 1753, ampliação da primitiva capela da Casa dos Exercícios e 1770, construção de um novo templo. SILVA JR., Luiz Severino da. Alfândega do Recife: Resgate Patrimonial. Relatório da Pesquisa Histórica. Recife: Instituto Ouricuri.

que o seu objetivo é assegurar a valorização dos elementos morfológicos que caracterizam o bairro, respeitando as suas diversidades, os elementos de revestimento de fachada e cobertura bem como os valores paisagísticos. Todos esses aspectos podem ser identificados no Capítulo 2, Art. 6º e 7º (tratam da morfologia e volumetria); no Capítulo III, o Art. 9 e 18, tratam dos elementos de revestimento e do impacto do empreendimento em relação ao conjunto.

Para o reconhecimento de uma cidade como um Patrimônio Mundial, pelo Comitê da UNESCO de Proteção ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ela precisa demonstrar que possui, pelo menos, um valor universal no campo da cultura, da arte ou da ciência. O valor universal do Recife poderia ser reconhecido na significação da produção do açúcar para a formação urbana. Ou seja, o valor universal estaria associado à civilização do açúcar, conforme os documentos escritos, mas, o mais difícil, relacionado a esse fato, é passar no teste de autenticidade.

Tomando Olinda como exemplo, o seu valor universal deveu-se à influência por ela exercida nos séculos XVI e XVII, dentro de uma área cultural determinada, assim como ao desenvolvimento da arquitetura e da organização do espaço. Sua autenticidade está assegurada pela permanência do traçado urbano, das tipologias arquitetônicas e pela relação existente entre as edificações, terreno topografia e vegetação. No caso do Bairro do Recife, o critério de autenticidade é de difícil comprovação.

A reforma urbana do início do século XX rompeu com o traçado urbano colonial e destruiu parte significativa do seu acervo arquitetônico. A partir da década de 1970 foi introduzido o tipo de edifício vertical, que trouxe novas características volumétricas e morfológicas, a exemplo dos tipos edificadas da Prefeitura do Recife, do Banco do Brasil, do BANDEPE, entre outros. Ainda na década de 1970, parte significativa do casario localizado mais ao norte da ilha foi demolida e deram lugar à contemporânea Favela do Rato. A revitalização do pólo Bom Jesus, se por um lado assegurou a restauração das fachadas, por outro, destruiu os partidos de planta originais.

A noção de autenticidade exige a manutenção da morfologia e a tipologia (volumetria, partido de planta, sistema estrutural e elementos de revestimento). Do exposto, fica claro que passar no teste da autenticidade é tarefa difícil e exige muito poder de argumentação.

O patrimônio, noção que em Roma definia apenas o direito de herança, adquire o seu caráter público a partir do Renascimento, valorizador da herança artística legada pela

Antigüidade; e o seu caráter de direito de memória, quando o Estado, a partir do século XIX, registra a materialidade do passado e estabelece a identidade nacional. Já a noção de patrimônio urbano, preconizada em países como a Itália apenas a partir da década de 60 do século XX atinge o status de bem de significação cultural e humana a ser conservado e restaurado (Carta de Veneza, 1964), embora práticas difusas de preservação já existissem, também no Brasil, desde a década de 1910, incrementadas com a rápida urbanização do início do século.

A preservação do patrimônio surge como uma necessidade exatamente no momento de desaparecimento dos traços urbanos do passado. O mundo enfrentou o processo de industrialização acelerada que descaracterizava, demolia e alterava as conformações das antigas cidades. Os países Europeus foram os primeiros a proclamarem a necessidade de "proteger" edifícios e regiões do desmedido crescimento da cidade que demandava mais e mais espaços. Segundo Françoise Choay, a Inglaterra preconizou ainda no início do século XIX, o movimento pela preservação de edifícios, em um processo que conquistaria a participação do grande público durante o fenômeno das demolições maciças dos anos 1960 e 1970.

A compreensão do patrimônio está atrelada à compreensão da idéia de monumento histórico. O monumento é uma interpelação da memória; não apresenta, nem carrega em si, uma informação neutra, mas traz uma memória viva. O sentido inicial do monumento é o de rememoração, para uma comunidade de indivíduos, de outras gerações de pessoas, eventos, ritos, crenças; faz o passado vibrar dentro da existência do presente, é um universo cultural, cuja função é mobilizar a memória coletiva e afirmar a identidade do grupo.

Entretanto, essa função de memória vai sendo progressivamente apagada, e o monumento torna-se a partir do século XIX, primordialmente uma experiência estética.

Os estudos históricos da evolução do Bairro do Recife permitiram refletir e conhecer sobre a sua permanência assim como de toda obra, que pertence ao seu passado nos dias atuais e como ainda parte integrante da vida e do desenvolvimento da sociedade. Assim, o patrimônio só se torna histórico quando se considera que ele pertence ao mesmo tempo a dois mundos: um mundo presente, e dado imediatamente, e outro passado, inapreensível.

A identificação e a interpretação do patrimônio passam, então, por uma série de intermediários, entre o poder público e a sociedade, e incluem universidades e institutos

de pesquisa, capazes de fornecer o conhecimento científico e a compreensão do significado do patrimônio à medida que avançam os conhecimentos históricos, arquitetônicos e arqueológicos.

O patrimônio como registro arqueológico está no presente, portanto é contemporâneo, não compõe-se de símbolos, palavras ou conceitos, compõem-se dos restos de materiais e distribuição de matérias. Desta forma, o único modo de entendimento é a investigação da matéria, verificando como foi a sua formação, a sua composição, as suas transformações até os dias atuais. Por isso, a matéria possui um valor monumental de contemporaneidade.

Essa investigação arqueológica dependerá de um grande acúmulo de conhecimentos multidisciplinar, relacionando às atividades humanas, caracterizadas por dinâmicas e vestígios de materiais as estáticas. (BINFORD, 1978. p. 120) Para Binford esse conhecimento é necessário para que o objeto não seja desviado do seu contexto, o que levaria a uma compreensão incompleta. Desta forma, os patrimônios históricos não só significam heranças locais e memórias de várias gerações, como também representam as mudanças através do tempo, caracterizando os seus tempos de permanência física, de continuidade social e os desdobramentos de suas atividades. Nesse sentido, na presente pesquisa, foi possível trabalhar com os dois tipos básicos de vestígios arqueológicos: as estruturas arquitetônicas (paredes, pisos e fundações) e as estruturas sedimentares (pacotes sedimentares formados pela ação humana) impregnados de fragmentos materiais da cultura.

Uma das grandes questões a que os arqueólogos procuram então dar a resposta, é a de saber como se organizava o espaço vital do homem no passado, reconstituir as atividades que tiveram no lugar (BINFORD, 1983, p.179). Nesse sentido, as leituras de paredes produziram dados mais imediatos. Enquanto que as estruturas sedimentares e os fragmentos materiais forneceram dados do cotidiano e do uso das distintas épocas.

Neste estudo, adotou-se a postura científica da arqueologia, de que, cada etapa do projeto, haverá uma construção de um novo problema, no qual o arqueólogo deve procurar recuperar o máximo de informações, com o uso dos meios técnicos e econômicos disponíveis.

Toda escavação arqueológica consiste na reconstrução de um processo que levou a formação do registro. Este pode ser visível por estarem situados sobre a terra, ou não

visíveis, porque estão encobertos por camadas sedimentares que se formaram ao longo do tempo.

Direcionando-se para o objeto de estudo, nas intervenções, no Bairro do Recife, buscam-se a construção da imagem, e para isto, favoreceu o Edifício do Paço Alfândega pela sua imagem ser mais forte na memória coletiva pernambucana. Reforçar a importância histórica da contribuição dos padres do Convento dos Oratorianos para Pernambuco,²⁹ agrega valores ao bem histórico, que o torna um patrimônio intangível.

Segundo Pesez, (2001, p.179) a interpretação dos dados arqueológicos depende da compreensão do comportamento presente dos humanos, e, particularmente, de como esse comportamento se reflete na cultura material. Daí porque, a cultura material é a materialização dos pensamentos dos homens, e são expressos nos vestígios arqueológicos que, por sua vez, podem ser considerados como os indicadores das suas ações e comportamentos culturais.

Entre os procedimentos antecedentes da pesquisa, tomou-se o conhecimento das diretrizes básicas da escavação. Além de conhecer o histórico da área de pesquisa, foi fundamental conhecer os condicionantes da pesquisa, bem como, as expectativas que os arqueólogos coordenadores³⁰, encontraram no local, por se tratar de uma intervenção de grande porte no sítio histórico do Bairro do Recife.

No entanto, o processo de escavação arqueológica do prédio da Alfândega teve um caráter de resgate arqueológico, pois, não obteve condições de ser um trabalho sistemático, uma vez que, o trâmite legal levado a efeito pelo órgão nacional de preservação, o IPHAN, aprovou primeiro o projeto arquitetônico, e só, em uma segunda etapa, a solicitação de um trabalho arqueológico para identificar os bens arqueológicos.

Essa situação, obrigatoriamente, limitou a atuação dos arqueólogos que não puderam propor grandes alterações em um projeto já aprovado. Conseqüentemente, este diminuiu a interface entre as estratégias de intervenções arquitetônicas e a preservação de algumas estruturas posteriormente encontradas, como por exemplo, manter preservados, pisos e pacotes sedimentares.

²⁹ Ver Dissertação de Mestrado em História Maria do Céu Medeiros,. “Os oratorianos de Pernambuco: uma congregação a serviço do Estado Português”, UFPE, 1981, p. 100.

³⁰ Arqueólogos coordenadores: Dra Ana Nascimento, Dra. Suely Luna e o Prof. Luiz Severino da Silva Junior.



FIGURA 01
 Mapa do Brasil dividido, existente no cód. da Biblioteca da Ajuda (fim do século XVI)
 Reproduzido da "História da Colonização Portuguesa do Brasil"
FONTE: Governo do Estado da Bahia 1978
 A Grande Salvador, Posse e Uso da Terra.



FIGURA 02

“de haven van Pharnambucq (1), Maritius Stad (2), Recif in (3) de Stad Olinda”.

autor: Cornelis Bastiaensz Golyath.

Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia.

É um trabalho cartográfico, que inclui as plantas de Olinda e Recife e os planos de desenvolvimento deste. Esta versão, sem data, sem assinatura e sem a legenda, corresponde à mais completa, existente na Biblioteca Nacional da Áustria, em Viena, que Gonsalves de Mello estudou detalhadamente (GONSALVES DE MELLO - 1976, cap. quatro).

Segundo esse autor a versão de Viena, datada de 1648, corresponde à situação do Recife no ano da partida de Golyath para a Europa, isto é, 1641.

(PERNAMBUCO - 79).

FONTE: In: FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.



FIGURA 03

Detalhe figura 02

Notar traçado regular e geométrizado.

O Recife em 1630

Ruas e edificações segundo o mapa de J.Teixeira Albarnaz I 1630-1631

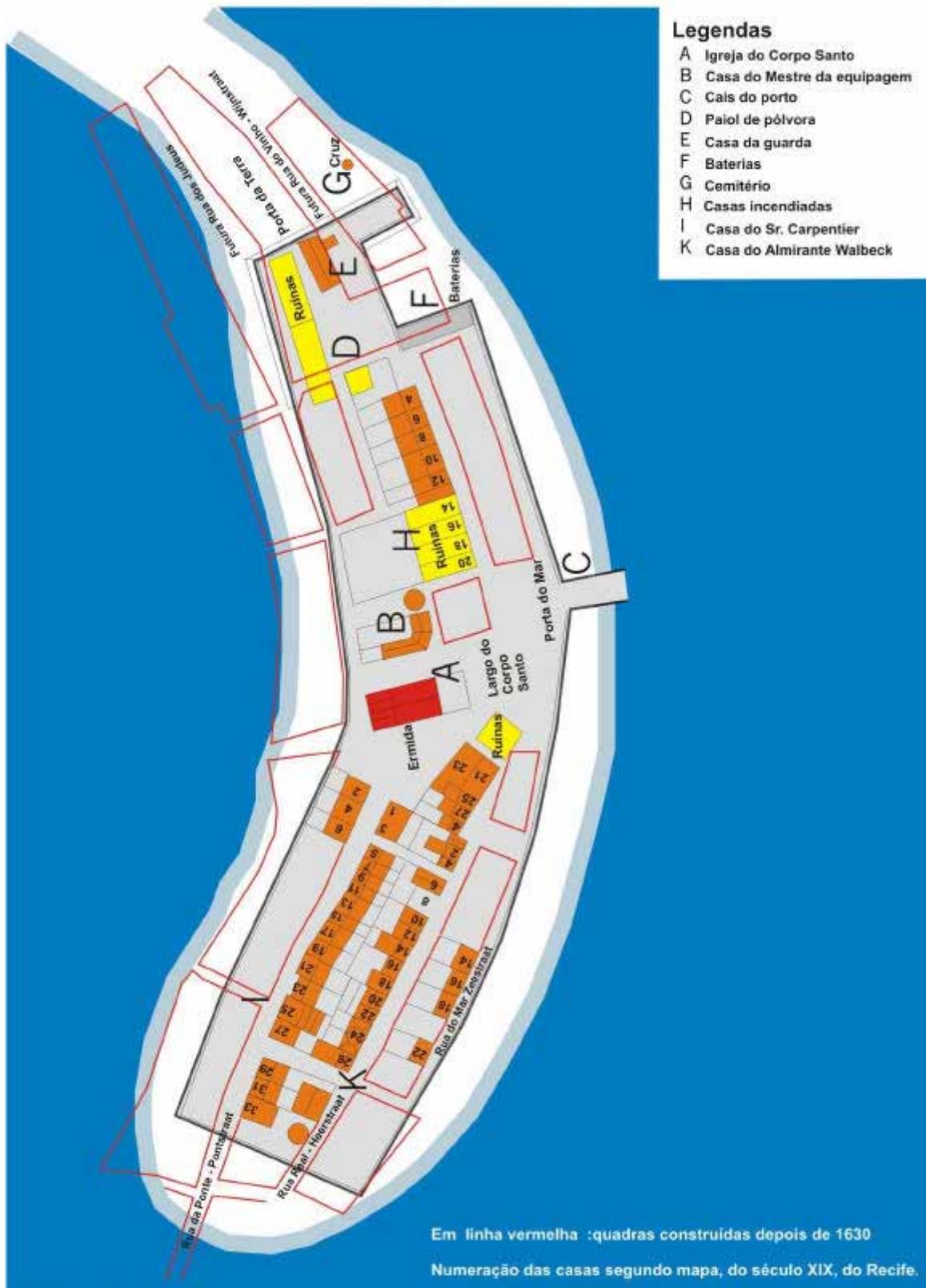


FIGURA 04

Fonte: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.

O Recife em 1637

Ruas e edificações segundo o mapa do Livro de G.. Barléus 1637

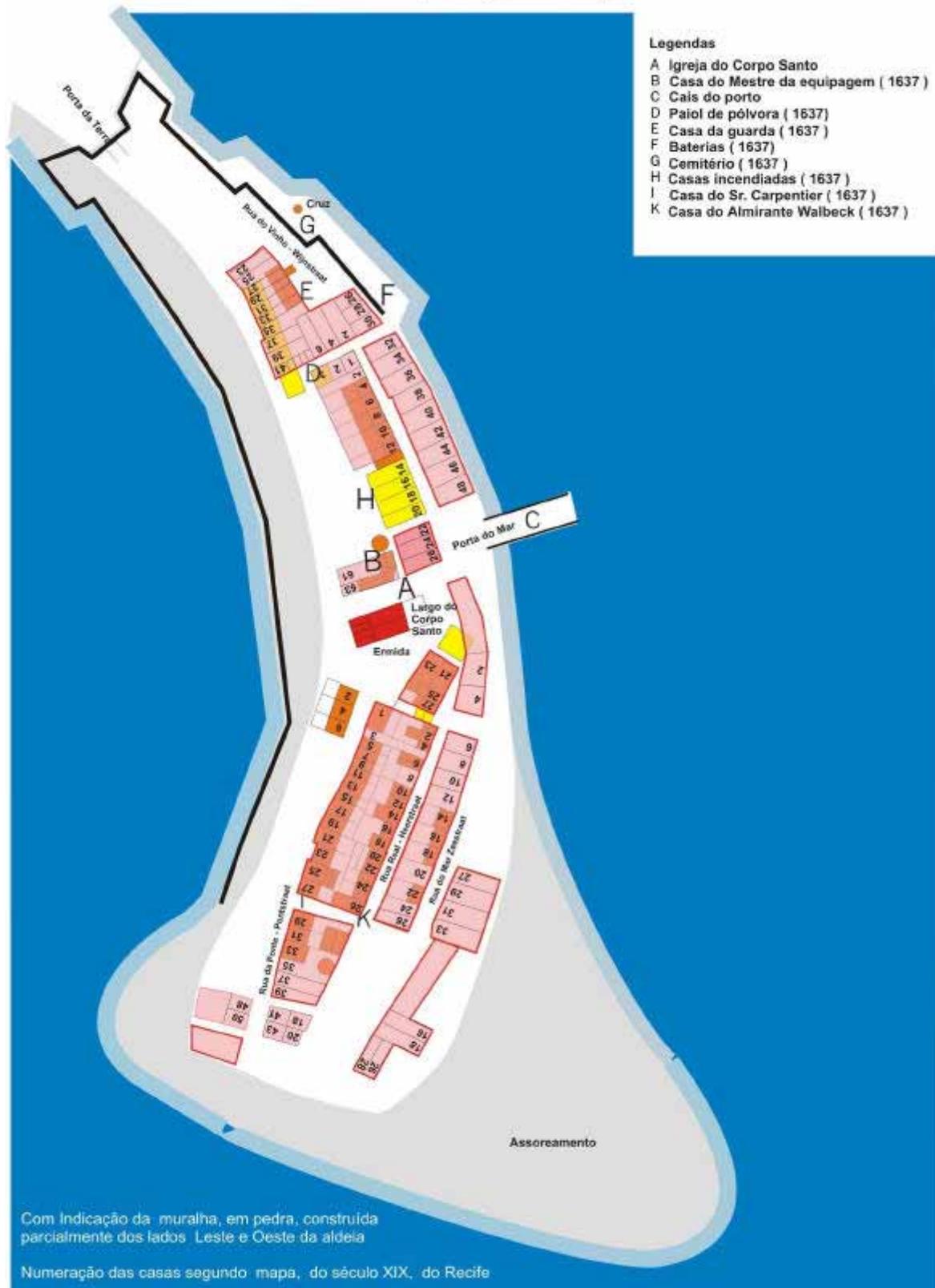
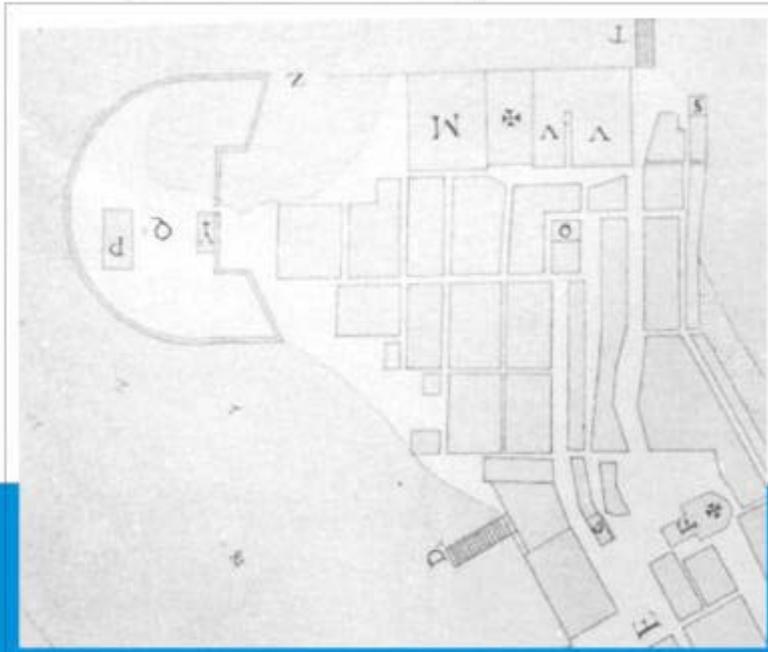


FIGURA 05

Fonte: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.

Evolução do edifício - cartografia



mapa de Diogo da Silveira Veloso / J.M CorteReal 1733

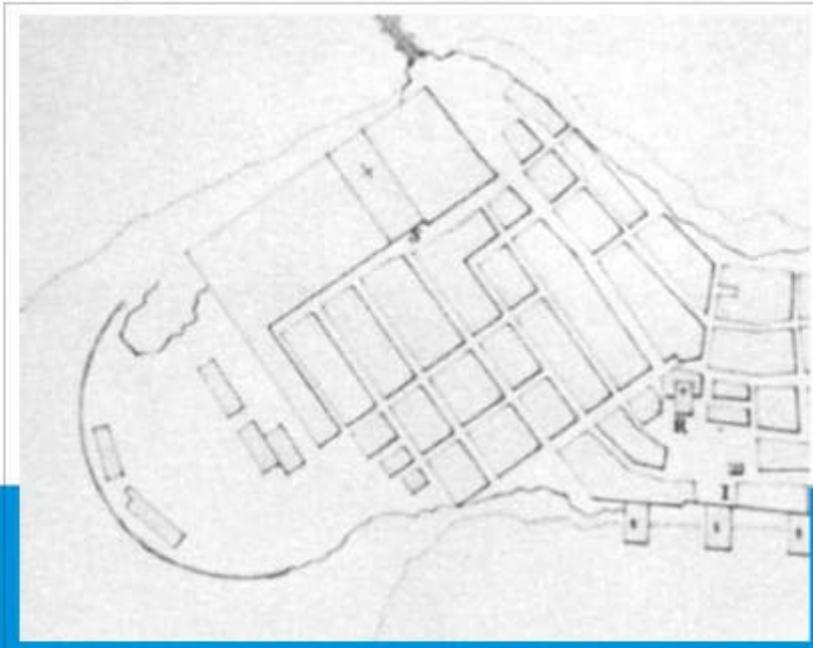


FIGURA 06

O Convento dos Oratorianos em 1733 - mapa de Diogo da Silveira Veloso /J.M Corte Real.

Fonte: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.

Evolução do edifício - cartografia



mapa de autor desconhecido - B. de Évora - Portugal - 1766

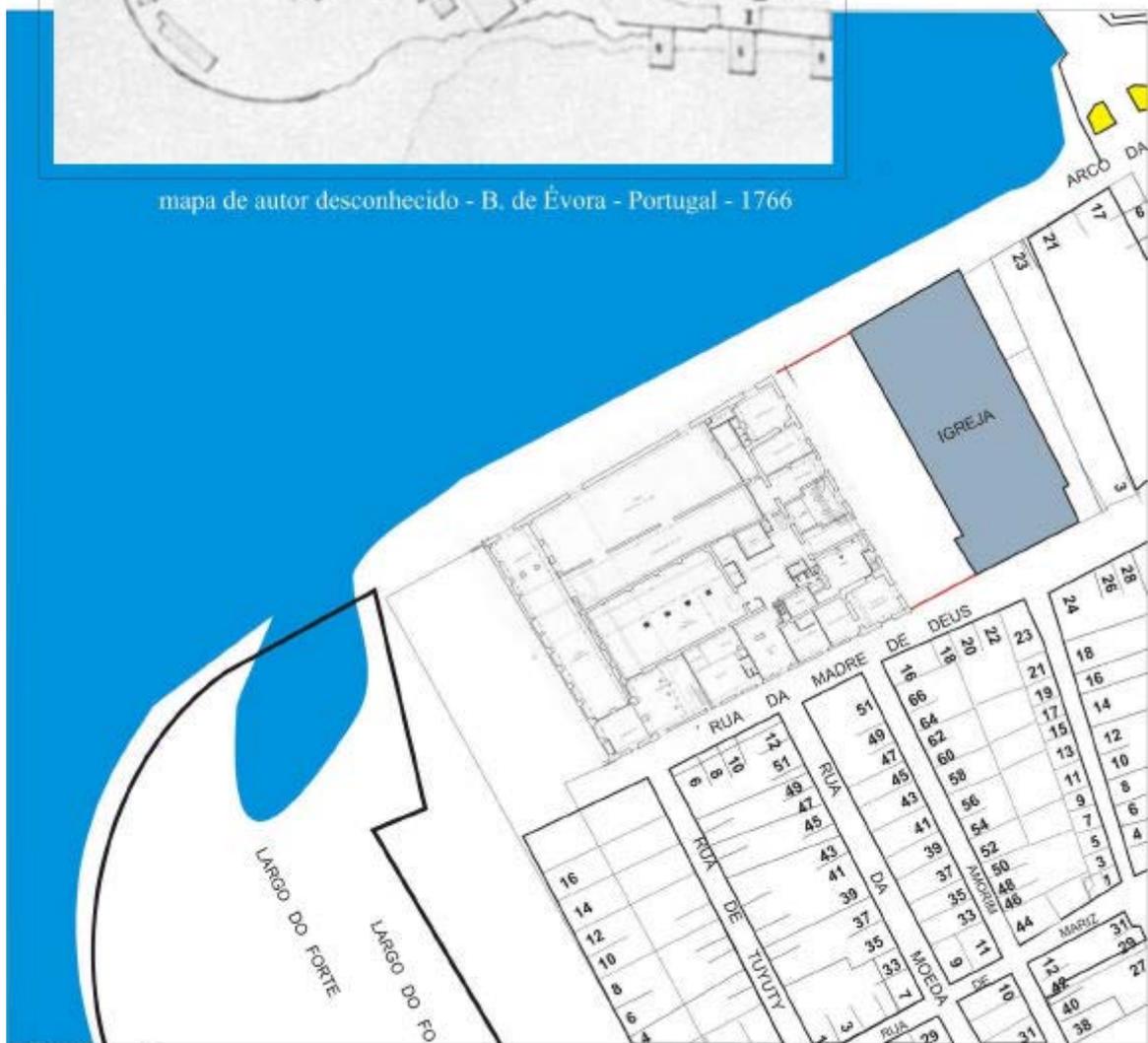
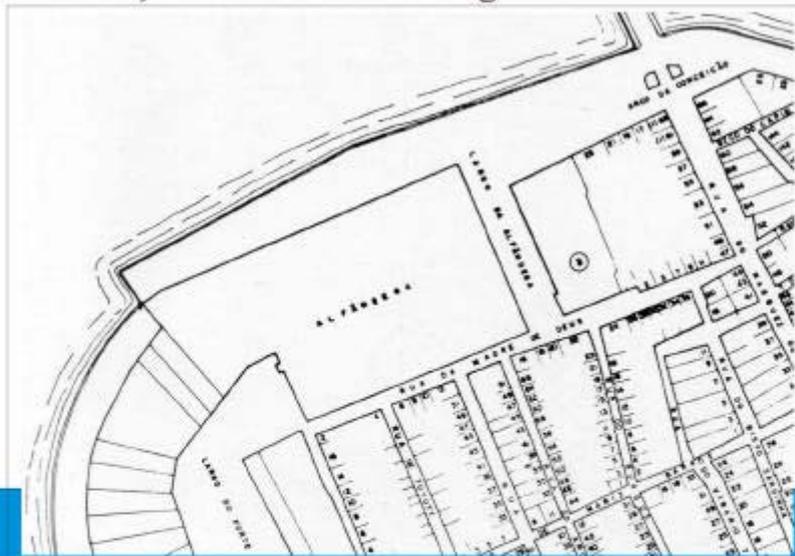


FIGURA 07

O Convento dos Oratorianos em 1766 - mapa de autor desconhecido - B. de Évora - Portugal

Fonte: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.

Evolução do edifício - cartografia



mapa de Douglas Fox- 1906



FIGURA 09
O edifício da Alfândega em 1906 - mapa de Douglas Fox.
Fonte: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.

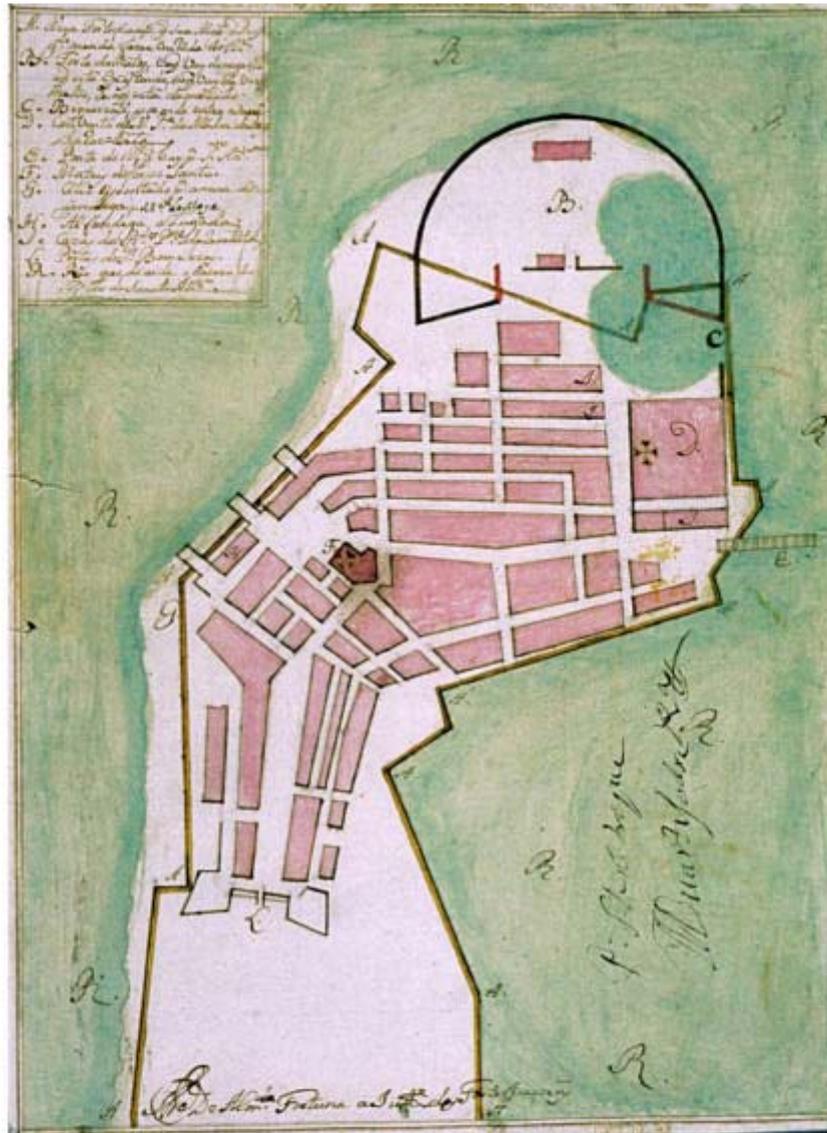


FIGURA 10

Recife - 1733

Imagem sem título [Planta do bairro do Recife].

autor: Manuel de Almeida da Fortuna.

Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Mostra o bairro do Recife, quase 80 anos após a expulsão dos holandeses, com suas ampliações.

O desenho traz uma linha de cerca ou muro pelo lado externo, o projeto de uma meia-lua fortificada, em área até então alagadiça e, na extremidade oposta, a porta, com seus baluartes, remanescentes de um projeto mais antigo.

Manoel de Almeida da Fortuna, que se assina tenente de fortificações, era provavelmente um auxiliar de João de Macedo Corte Real e aluno de Diogo da Silveira Velloso, na Aula de Fortificação (Aula Militar de Arquitetura) que existiu em Pernambuco nesse tempo.

FONTE: In: FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*.

São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.



FIGURA 11

Recife - 1759

“Planta e plano da Villa de Santo Antonio do Recife Pernambuco”.

autor: Do original, Padre José Caetano; da cópia, não identificado.

Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Esse desenho, do Arquivo Histórico do Exército, é importante por se tratar de um exemplar do levantamento do Pe. José Caetano, realizado em 1759, e incluído por Luís dos Santos Vilhena como ilustração de suas “Notícias Soteropolitanas e Brasilicas”, cujos originais estão na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

FONTE: In: FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.



FIGURA 12

Detalhe da figura 11 - Observa-se as duas torres do Convento dos Padres Oratorianos.



FIGURA 13

Recife - ca. 1771

Plano da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco situado em 8 graos e 4 minutos de Latitude e 348 graos e 46 minutos de longetude na America Meridional".

autor: não identificado.

Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

É um desenho que guarda estreita relação com o levantamento existente no Arquivo Distrital de Évora (PERNAMBUCO - 98) e com o original de Antonio Albino de Amaral, de 1775, existente no Arquivo Histórico do Exército - RJ, especialmente este último.

FONTE: In: FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

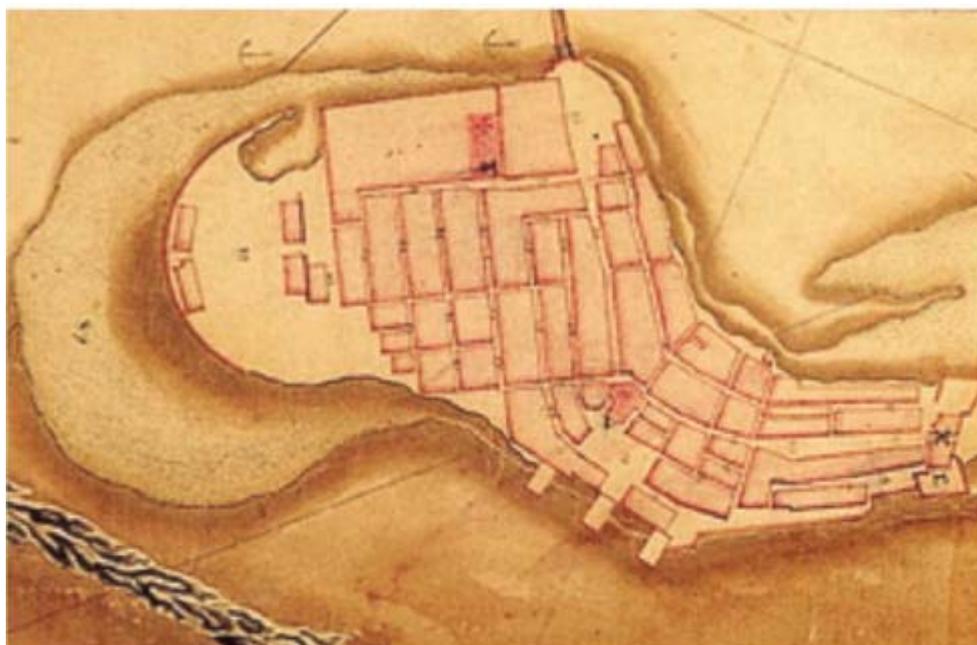


FIGURA 14

Detalhe figura 13 - Observamos o banco de areia e a grande ocupação da quadra do Convento dos Oratorianos no lado Oeste da Ilha do Recife.



FIGURA 15

Plano do Porto e Praça de Pernambuco por José Fernandes Portugal, Piloto que serviu n'Armada Real. Anno de 1808 - detalhe.

Evolução do edifício - cartografia - Mapa de José Fernandes Portugal 1808

Em cor laranja o edifício do convento antes da abertura da Rua da Alfândega

Em azul a Igreja da Madre de Deus e cinza quadra com as casas doadas pelo contratante Antônio Fernandes de Matos

FONTE: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.



FIGURA 16

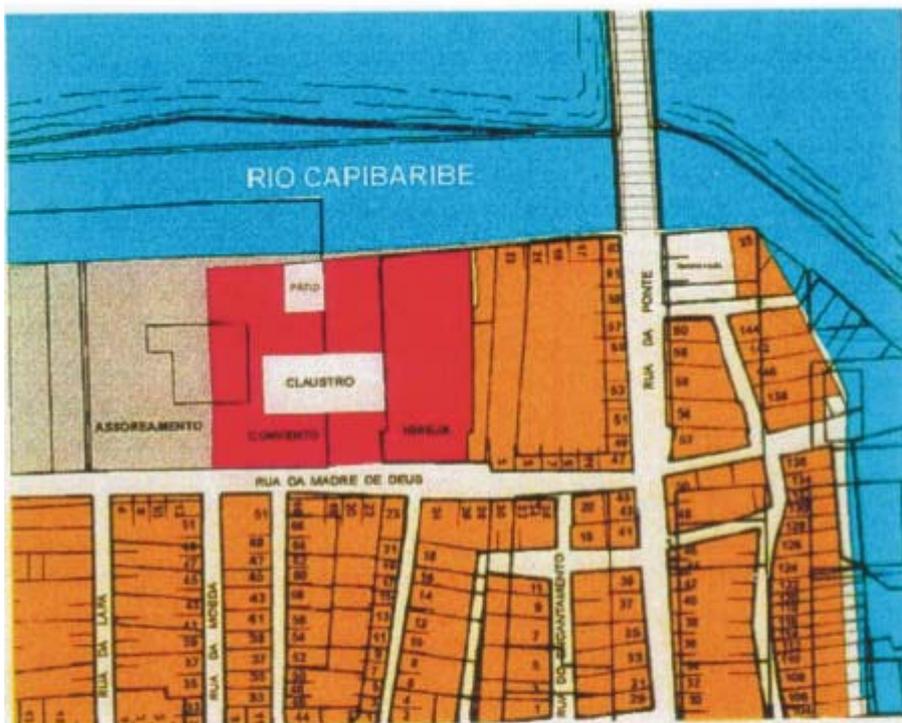
Evolução do edifício - cartografia

Mapa de José Fernandes Portugal 1808

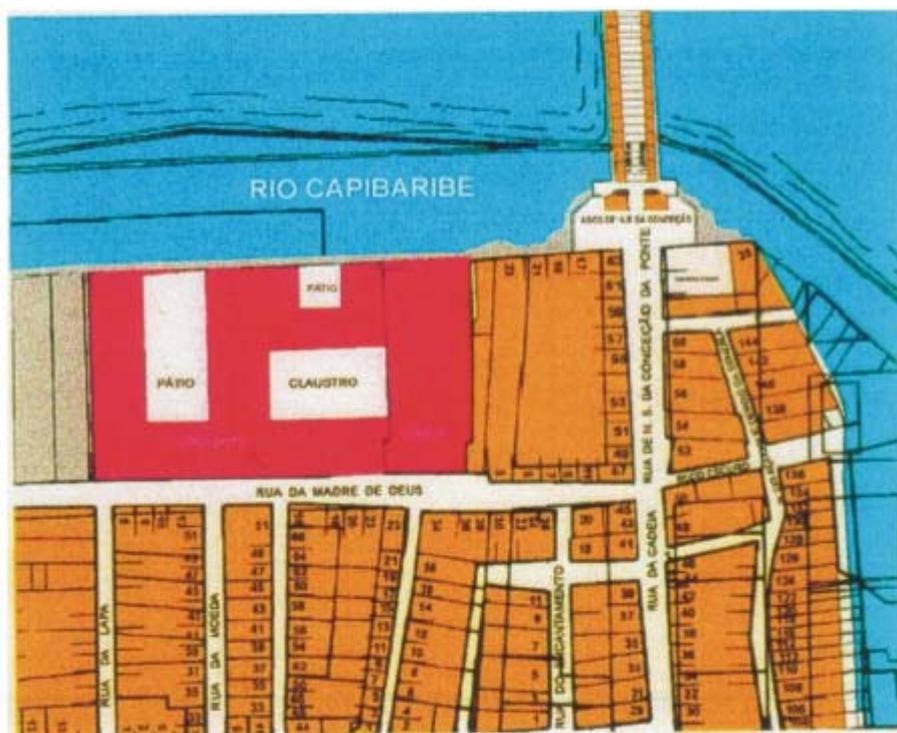
Cor laranja: edifício do convento antes da abertura da Rua da Alfândega

FONTE: Cedida pelo prof. Dr. José Luiz M. Menezes.

Evolução do Edifício - cartografia



O Convento dos Oratorianos em 1733 - mapa de Diogo da Silveira Veloso / J.M Corte Real



O Convento dos Oratorianos em 1766 - mapa de autor desconhecido - B.de Évora - Portugal

FIGURA 17

Evolução do Edifício - segundo cartografia - 1733 / 1766

Fonte: Cedida pelo Prof. Dr. José Luiz da M. Menezes

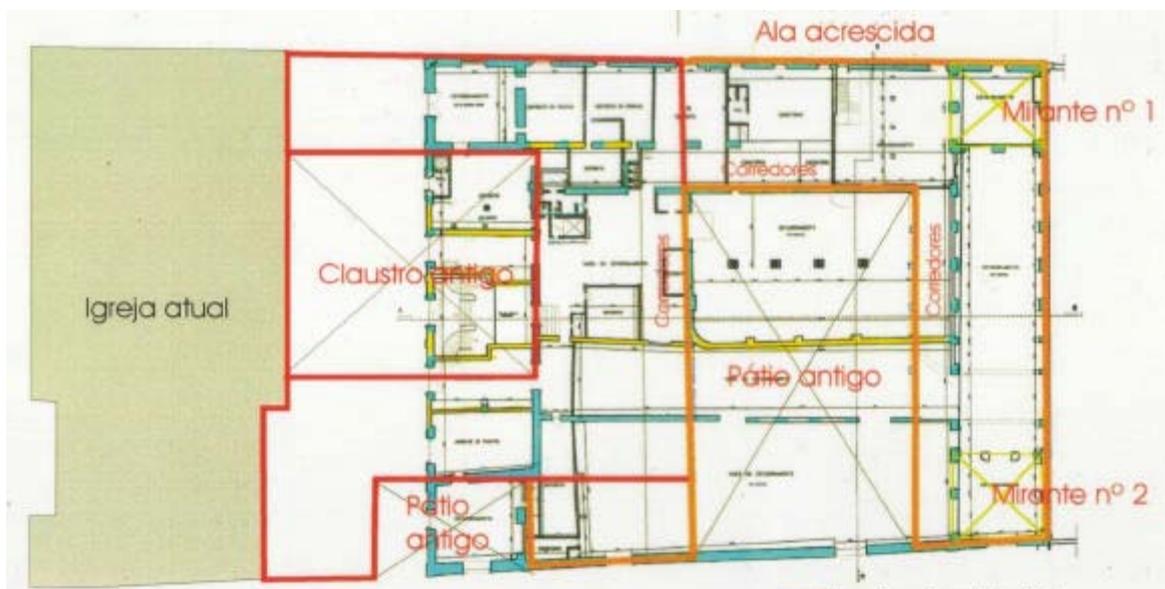


FIGURA 19
 Configuração das paredes do Convento / Afândega.
 Fonte: Cedida pelo Prof. Dr. José Luiz da M. Menezes.

- Em azul paredes estruturais do Convento / Afândega
- Em amarelo paredes de fechamento de vãos ou novas

SEGUNDOCAPÍTULO

Convento dos padres oratorianos de

São Filipe Néri

1. Considerações preliminares

A compreensão da ação da catequese dos indígenas empreendida pelos jesuítas no Brasil Colonial requer um entendimento das relações da Igreja e o seu projeto evangelizador e o Estado português e o seu projeto colonizador.³¹

A empresa colonizadora comportava em seu bojo a atividade da catequese e a doutrinação dos índios pelos padres. A propagação da fé inspirava o Estado português a salvar almas além-mar e montar seu arcabouço de exploração econômica das riquezas da colônia (VALLE, 1992 p. 09).

O Estado português obteve assim o suporte ideológico que lhe permitiu a exploração econômica do Brasil sem incorrer no julgamento de que sua ação conquistadora tenha devastado as populações indígenas em prol da utilização econômica das terras.

O compromisso entre a Igreja de Roma e o Governo de Portugal se evidencia através das atribuições religiosas que foram conferidas nos séculos XV e XVI aos monarcas portugueses que passaram a exercer o governo civil e religioso das colônias e domínios de Portugal.

O projeto evangelizador parece que convergia perfeitamente com o projeto colonizador ao qual estava vinculado por força do exercício da jurisdição espiritual mantida pelos reis de Portugal.

O compromisso Igreja de Roma/Coroa portuguesa expressa no Padroado possibilitou a expansão da fé católica junto com a expansão territorial portuguesa. Tal compromisso que garantiu o cargo de Grão-Mestre das ordens religiosas aos reis de Portugal, estendeu ao poder real o regime espiritual, não só uma intromissão do poder

³¹ Para melhor compreender o assunto, ler a Dissertação de Mestrado “A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no Século XIX”, UFPE, 1992 de Sarah Maranhão Valle.

civil no negócio eclesiástico, pois o padroado foi uma concessão feita pela Igreja. (VALLE, 1992, p.11).

Dentre as ordens religiosas, os jesuítas ocuparam o cume da influência e prestígio dentro da Igreja e diante da coroa portuguesa, podendo bem representar tanto a fé quanto a política da fé na expansão ultramarina portuguesa.

As missões na empresa colonial mantiveram um importante papel de viabilizar a colonização através da subjugação do indígena, da sua cooptação para o trabalho seja a seu serviço, seja sob a sua jurisdição para utilização pelos colonos nos engenhos nos séculos XVI e XVII e posteriormente na atividade pecuária, a partir de meados do século XVII.

O projeto régio de Dilatação da Fé e do Império trouxe ao Brasil além dos pioneiros Jesuítas (1549) outras ordens religiosas como os Beneditinos (1581); os Carmelitas (1583); os Franciscanos (1584), nesse primeiro movimento missionário que acompanhou a conquista e a ocupação do litoral brasileiro.

No segundo movimento missionário ligado a ocupação do interior brasileiro, na segunda metade do século XVII, destacaram-se os Oratorianos com uma grande atividade no Nordeste do Brasil.³²

A catequese dos índios no Brasil foi uma necessidade da Coroa portuguesa. A Igreja partilhava essa necessidade e endossava a motivação cristã da tarefa temerária de iluminar as almas indignas infieis para trazer a “indiaría pagã” à civilidade religiosa.

A integração do indígena como mão-de-obra na economia colonial açucareira era ensejada pelos senhores de engenho por ser fácil aquisição e de mais baixo preço que os escravos africanos, cuja oferta até 1570 ainda não havia se regularizado. Assim era o indígena, numeroso, visto com cobiça para a utilização no trabalho dos engenhos.

A atividade missionária no século XVII em Pernambuco ocorreu simultaneamente à interiorização da atividade pecuária e ao povoamento colonizador do agreste e sertão. As Missões e Aldeamentos dirigidos por padres eram responsáveis junto com as fazendas de criação de gado pelo desbravamento e povoamento colonizador do interior e, responsáveis também, missionários e fazendeiros, por ação ou omissão, pela escravização

³² Ver Dissertação de Mestrado em História Maria do Céu Medeiros,. “Os oratorianos de Pernambuco: uma congregação a serviço do Estado Português”, UFPE, 1981, p. 100.

e extermínio da quase totalidade dos índios que habitavam primitivamente as regiões agrestina e sertaneja.

As zonas do litoral e da mata em meados do século XVII, já estavam exaustivamente ocupadas e distribuídas pelo sistema de produção açucareiro, que impunha a divisão da terra em grandes propriedades monocultoras do açúcar. Com a ocupação do litoral / mata exclusiva dos açucarocratas latifundiários e excluída por lei a atividade pecuária nas dez léguas marítimas reservadas para a agricultura em 1701, o interior vinha-se apresentando a única possibilidade para desenvolver-se o pastoreio, sufocado na zona da mata pelas grandes propriedades cultivadoras do açúcar.

A Resolução Régia de distribuição de terras em 1654, que doava sesmarias aos que se destacaram na luta pela Restauração de Pernambuco, e que era feita em forma de ordenações, não continha informações a respeito da área, favorecendo sesmeiros que recebiam até 200 léguas de terras ou mais. Um dos que foram agraciados por sesmarias em Pernambuco, João Fernandes Vieira, é quem dá início à colonização do agreste, onde recebeu dez léguas de terra "em redondo" e se comprometeu a conquistá-la aos índios e povoá-la. Foi também, já rico o doador de muita terra aos padres Oratorianos que na área desenvolveram Missões e fazendas. (VALLE, 1992 p. 11).

2. A Congregação do Oratório de São Filipe Néri.

Os padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri foram responsáveis pela atividade missionária de maior destaque em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII e representam exemplarmente a ação extra-religiosa dessas Missões e sua relação com a atividade pecuária, que ampliou a fronteira econômica colonial.

A obra missionária em Pernambuco na segunda metade do século XVII é parte do movimento missionário condicionado à ocupação do vasto interior, o sertão brasileiro. Aqui em Pernambuco teve seu início após a expulsão dos holandeses do território brasileiro em 1654 e ocorreu paralelamente à interiorização provocada pela expansão da pecuária e distribuição de terras interioranas.

Criou El Rei a Junta das Missões, órgão regulador de todas as atividades missionárias, em 1681. No entanto, esta só foi instalada e a funcionar em 1692. A Junta das Missões tinha controle sobre todas as Missões dos territórios compostos pelo governo civil da capitania de Pernambuco: Alagoas, Itamaracá e Paraíba.

Foi nesse espírito de grande dedicação ao serviço de catequese e para dar conhecimento aos gentios da lei divina, que vindo de Portugal, desembarcou em Pernambuco em fins de 1659, o padre João Duarte do Sacramento e o padre João Rodrigues Vitória. Nesses primeiros tempos de sua obra, cria o padre Sacramento um Recolhimento ou Congregação "...aonde se criassem sujeitos para missionários, e para que nesta casa se assim eles como os mais Padres que viessem das missões..."

Confirma o papa Clemente X em 17 de julho de 1671, por autorização ordinária, a Congregação do Oratório de São Filipe Néri, criada em Pernambuco pelo padre João Duarte do Sacramento na Ermida de Santo Amaro de Água Fria, sendo os seus estatutos aprovados na reunião dos padres da casa de Nossa Senhora da Apresentação de Lisboa, em 12 de janeiro de 1670. Sua igreja no Recife fica pronta em 1706 e a primeira missa é celebrada em 1716, só ficando concluído todo o conjunto, atual concatedral da Madre de Deus, em 1720.³³

A atividade missionária dos padres Oratorianos³⁴ dirigida pelo padre Sacramento vem a se tornar uma das mais influentes em Pernambuco com suas missões de aldeias e missões de ambulatórias. Em 1684, por provisão de 20 de janeiro aceita o Rei D. Pedro II o título de protetor da Congregação do Recife, "enquanto houver nos ditos padres o fervor de penetrar os sertões e trazer os índios ao grêmio da Igreja e obediência às leis cívicas".³⁵

Os Oratorianos só perderam o seu lugar entre os privilegiados coloniais por ocasião da Independência do Brasil, quando fiéis a Coroa portuguesa, passaram a ser malquistos pelos brasileiros (MEDEIROS,1981p. 245).

Em 1825, o Convento da Madre de Deus foi requisitado para a repartição da Alfândega³⁶ por Aviso do Ministério da Fazenda. Nesta altura já haviam se dispersado os congregados, agora sem o apoio do poder da metrópole, constando a comunidade de apenas quatro padres e alguns leigos.³⁷

Em 1829 é dado um parecer das comissões de constituição e eclesiástica da Assembléia Geral Legislativa sobre a Congregação do Oratório São Filipe Néri da cidade do Recife, nele é dito ser necessário se administrar os bens da Congregação em virtude da

³³ COSTA, F.A. Pereira da. Op. Cit., v.4 p.45

³⁴ chamados ainda de padres da Madre de Deus, Manigrepos e Sacos de Carvão

³⁵ COSTA, F.A. Pereira da. Op. Cit., v.4 p.48

³⁶ Ibidem, v.9 p. 185

³⁷ Ibidem, v. 9 p. 378

denúncia³⁸ dirigida ao Governo pelo também padre João Dias, acarretando então, disputa do prepósito e um clérigo sobre a renda da congregação.

Em vista dos acontecimentos, a Assembléia Geral Legislativa autoriza o Governo a arrecadar e por em administração a casa e os bens da extinta congregação de São Filipe Néri na Província de Pernambuco.

Em 1830, a Carta de Lei de 9 de dezembro extingue a Congregação. Quanto aos seus bens que em 1767 contavam “80 prédios térreos ou de sobrados e 21 sítios de terras mais ou menos extensos e situados em localidades diversas”, afirma Pereira da Costa estar esse patrimônio em proporções duplas por ocasião da extinção.

Edificações conventuais.

A periodização do estudo do Brasil colonial tenta, para explicar como “homens imbuídos da forma mentis européia” conseguiram, num meio físico e social diferentes de sua origem, realizar com materiais e sistemas construtivos disponíveis, o programa a que se propunha. Segundo Sylvio de Vasconcellos, para entender o contexto do Brasil Colonial nas edificações religiosas, é preciso estabelecer os três momentos vivenciais. O primeiro momento condiz com a impossibilidade material de se construir no padrão europeu, embora fossem exigentes na necessidade espiritual, a arquitetura religiosa aparece nesse período extremamente simples, como diria Glauco Campello³⁹. No segundo momento a possibilidade material se estabeleceu, permanece a necessidade espiritual, e por último no terceiro momento, não há entrave materiais, mas, também, não há necessidade da estrutura espiritual trazida da Europa.

Nesse sentido, a Igreja e as ordens religiosas tiveram um papel importante na estruturação das cidades, as edificações religiosas na urbanização da cidade, implantação de uma ermida ou de uma capela deu por vezes origem a aldeias e vilas, e os locais de implantação dos edifícios religiosos no interior da cidade tornaram-se habitualmente focos polarizadores do crescimento urbano associados às igrejas e conventos, tornaram-se com o tempo praças urbanas integradas na cidade e importantes elementos estruturadores do espaço urbano.

³⁸ denúncias que demonstravam o estado de deprecação física e moral da casa de oração.

³⁹ Ver o livro O Brilho da Simplicidade – Dois Estudos Sobre Arquitetura Religiosa no Brasil Colonial. Glauco Campello.

O empreendimento das construções religiosas era quase sempre atribuídos por adjudicação. Uma vez que os projetos eram aprovados pela mesa administrativa. É indiscutível que a igreja universal constituiu uma força dominante durante a Idade Média. Não somente era a guia da vida comunitária diária, como também deu continuidade a um mundo fragmentado. Seu centro espiritual permaneceu em Roma, a cidade eterna, sua linguagem seguiu como sendo o latim, linguagem universal e sua arquitetura eclesiástica continuaram baseando-se nas tradições romanas.(SCHOENAUER, 1984, p. 260) Deste modo podemos nos surpreender como a planta basilical que rege os projetos de igrejas e conventos na Europa, o pátio central com peristilo⁴⁰ que se fecha em claustro⁴¹ no centro dos mosteiros e conventos, esteja presente em todo o mundo cristão.

A disposição dos conventos permaneceu imutável durante todo o decorrer do século XVIII, e como a ornamentação dessas construção é muito sóbria, pode-se dizer que a arquitetura monástica mantém uma austeridade inalterável durante os dois grandes séculos da arquitetura barroca. Independente da ordem que pertença, os claustros são semelhantes. Todos possuem pilares quadrangulares rodeados de uma imposta ou ladeados por duas pilastras⁴² toscana que apoiavam as arcadas (BAZIN, 1986, p. 121). Ainda reforça a particularidade dos conventos portugueses e brasileiros no que se refere ao mirante, que é uma torre de vários pavimentos, cujas janelas servem de mirante, de belvedere⁴³, algumas vezes com grades. Essa configuração esta claramente evidenciada no Convento dos Oratorianos no Recife, na ilustração de José Gonsalves da Fonseca de 1766, pode-se ver a imagem do primeiro torreão do convento, situado na frente da torre da igreja da Madre de Deus.

O convento dos Oratorianos

O edifício da Igreja da Madre de Deus foi destinado inicialmente para fins religiosos, sendo construída pelos padres da congregação de São Filipe Néri, os oratorianos. Os padres oratorianos quando decidiram vir para o Brasil, particularmente para Pernambuco, se instalaram inicialmente em lugar retirado do centro do Recife e

⁴⁰ Zake Tacla define peristilo: Colunata que circunda um edifício ou pátio interno.

⁴¹ Pátio interno descoberto em um convento, rodeado de passeio coberto e guardado de arcadas. Segundo Dicionário Zake Tacla – O Livro da Arte de Construir.

⁴² Elemento arquitetônico saliente da parede como um contraforte, com a forma parcial de um pilar ou coluna, e que tem funções de composição, reforço estático ou suporte de arco, viga, etc.

⁴³ Terraço, torre ou pavilhão situado em lugar elevado de um edifício para o desfrute da vista em redor.

exerceram trabalhos religiosos no sertão tendo a casa de Santo Amaro como local de permanência quando vinham para o litoral.

Brevemente se concluiu toda a fábrica do dito hospício por ser feita de taipa de uns tijolos simples com uns paus, constando a igreja de uma capela-mor e dois altares colaterais pequeno forrada de esteira, porem toda pintadinha e devota e a todo possível proporcionada para o intento A construção inicial, como se vê era muito modesta (FLAVIO GUERRA, 1967, p.94).

Era, entretanto, insegura a construção da igrejinha da Madre de Deus, levantada que fora de tijolos grossos, sem estarem cozidos, mas simplesmente secos ao sol, a que chamavam de adobes, mais ou menos idênticos àquilo que hoje empregamos em construções de taipa. Além do mais era bem pequena, sem conforto, não comportando o número sempre crescente de fiéis e ameaçando ruir. Seu próprio quintal, em 1691, pelo abandono em que se achava, quando de uma epidemia que devastou quase toda a capitania, serviu de cemitério público, sendo mesmo conhecido como O Cemitério da Madre de Deus.

Com o passar do tempo e crescimento da congregação a casa do Recife foi ampliada e teve lugar a construção de um grande convento, ao qual se anexará também melhor igreja.

A comunidade muda-se de Santo Amaro para o Recife e a Casa antiga servirá de lugar de repouso para os Oratorianos. A atual igreja de Madre de Deus teve seu início de construção a 15 de Julho de 1706.

A 12 de janeiro de 1711, nova provisão foi baixada para auxiliar as obras da nova igreja e do hospício, com cinco mil cruzados pelo tempo de cinco anos. Os trabalhos foram concluídos em 1712. E só em 1715 ocorreu a primeira missa. Estava então a construção da igreja pela metade. Em 1720, conclui-se o frontispício

No convento da Madre de Deus vendem almanaques, estampas, histórias da Virgem e dos Santos e outras da mesma espécie, tamanho reduzido, impressos em Lisboa. (KOSTER, dando suas impressões sobre o Recife, visitado por ele em 1810)

Em 1689, por concessão régia, passou o hospício para a categoria de casa principal da congregação, reduzindo-se a de Santo Amaro, a uma simples colônia de recreio, ou

férias, para curativo e convalescença dos padres. E quando em carta régia de 5 de abril de 1707 foi autorizada oficialmente a denominação de Igreja da Madre de Deus aquele mesmo padre antes referido, João Duarte do Sacramento, prepósito da congregação, deliberou apressar a demolição da pequena igreja, para em seu lugar levantar-se um templo majestoso, que fizesse jus àquela honraria de proteção régia, visto que já em março de 1706, tinha sido colocada a primeira pedra da obra, que foi dada por pronta em 24 de março de 1720, quando concluído o frontispício⁴⁴.

Para isto dispunham os padres de alguns recursos e mais o auxílio que o rei soberano português tinha mandado dar, desprendendo-se primeiro o dinheiro das esmolas que se tinha e a despesa necessária para a sua conclusão. O governador Sebastião de Castro Caldas ordenou que o engenheiro da capitania examinasse o estado das obras, e fizesse o orçamento do necessário ao andamento final da construção do templo.

Como visto anteriormente, para a construção da nova igreja os padres de São Filipe Néri aproveitaram um banco de areia que ficava no extremo sul da península, e somente aterrada a parte que lhe era necessária, e bem assim a casa contígua para residência provisória dos padres. Esse aterro prolonga-se até atingir um estreito para dar entrada à velha ponte do Recife.

Em 1754 idealizaram os padres um aumento do seu convento, já agora com recursos mais amplos, em consequência do rendimento dos ensinos secundário e superior, e obtiveram, então por ordem régia, de 5 de dezembro, um terreno no sítio chamado do Lamarão, ficando porém uma parte reservada para os reparos das embarcações, caminhando este trecho para o Forte do Mato. Informa Pereira da Costa que deste terreno naturalmente vinham “uns chãos na rua e entrada do torreão do convento e porto dos cais do mesmo, da parte esquerda, arrendados e com benfeitorias pertencentes ao rendeiro”, como consta de um inventário da congregação, a que se procedeu em 1767.

⁴⁴ O mesmo que fachada principal.

TERCEIRO CAPÍTULO

Identificação, compatibilização e análise dos dados.

Por se tratar de uma intervenção de grande porte no sítio histórico do Bairro do Recife, utilizou-se na identificação, compatibilidade e análise dos dados, toda documentação existente: levantamento fotográfico, análise de documentos oficiais, literatura sobre arquitetura religiosa e entrevistas com os consultores do Projeto⁴⁵ para embasar a análise final.

Inicialmente, fora contratado para a prospecção das paredes, o arquiteto e Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes, quando surgiram estruturas arqueológicas. A partir deste momento, fez-se necessário a intervenção da arqueologia, para orientar o trabalho. De sorte que foi realizado um projeto de salvamento, solicitado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aos empreendedores da obra, que se viram compelidos a suspender a obra e contratar os serviços de uma equipe de arqueologia. Desse modo, a equipe formada pelos arqueólogos: Ana Nascimento, Suely Luna e Luiz Severino Silva Jr., do Instituto Ouricuri, elaborou a proposta de salvamento: “Alfândega do Recife: Resgate Patrimonial”, sendo a mesma equipe responsável pelo seu desenvolvimento. Constando, assim, de três etapas: levantamento documental histórico-cartográfico, sondagens e escavação. Durante apenas parte do trabalho arqueológico, as obras ficaram suspensas, uma vez que a obra e a pesquisa se desenvolviam paralelamente (Fig. 01).

Os dados arquitetônicos utilizados para análise, foram coletados do “Relatório Arqueológico” do Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes. Estes foram gerados a partir do levantamento arquitetônico, que se procedeu no edifício da Alfândega, com a finalidade de nele se projetar e instalar o Shopping Paço Alfândega. Os dados coletados, além de identificar inúmeros detalhes, que possivelmente, passariam despercebidos, possibilitaram a compreensão de cada uma das partes da construção (Fig.01). Ainda somou-se à análise deste trabalho, os croquis ilustrativos dos elementos de arquitetura executados pelo arquiteto Fernando Edgard Rieck, integrante da equipe de arqueologia.

O devido cuidado na fidedignidade dos dados poderão ser úteis em vários outros momentos. Segundo o Prof. Dr. José Luiz, “não houve a necessidade de retirar todos os

⁴⁵ Arquitetos José Luiz Mota Menezes e Luciana Menezes.

rebocos e ainda realizar prospecção em todos os ambientes. Em alguns desses estavam claras as informações”.

Assim, as observações foram feitas, ainda com a edificação com todos os rebocos das paredes e decorrentes de marcas perceptíveis das diversas intervenções, dentro da metodologia utilizada para a investigação. O edifício foi dividido em ambientes e desenhado de acordo com a norma da ABNT para o desenho arquitetônico. Posteriormente, esses desenhos foram digitalizados. Convencionou-se chamar A, B, C e D; as quatro vistas das paredes, respectivamente, dos ambientes.

O registro da pesquisa arqueológica teve como etapas indispensáveis e complementares: croquis e fotografias dos níveis, perfis, objetos e estruturas, segundo a sua evidenciação. Sendo toda seqüência da escavação registrada no diário de campo e em fichas de levantamento. Todos os vestígios arqueológicos encontrados foram identificados segundo a sua quadrícula de origem e nível plani-altimétrico, sendo em seguida acondicionados de acordo com a sua categoria de material.⁴⁶ Porém, estes não fizeram parte da análise do objeto desta pesquisa, mas, complementarão às futuras pesquisas.

Assim, o ponto de partida inicial, foi a localização das trincheiras e das sondagens na planta baixa do levantamento arquitetônico original (Fig. 02). Foram definidas e direcionadas de acordo com a probabilidade de resolução dos problemas de pesquisa enfocada pela equipe.

Para a formação do gride de escavação foi utilizado o sistema alfa-numérico para a localização das quadrículas, que foram estabelecidas com o tamanho de 2,0 X 2,0 m, de modo compatibilizar achados e escalas dos desenhos. Em função da implantação do próprio prédio, que coincidiu com os pontos cardeais, e a partir do pátio central, os ambientes foram assim denominados: ala sul, ala oeste, pátio central, ala norte e ala leste. O gride da escavação incorporou os ambientes denominados, assim, conforme a localização dos componentes do programa conventual: ala sul, ala oeste, pátio central e galpão central e torre sudoeste.

⁴⁶ Formando tanto um acervo do achados arqueológicos para mostra permanente como base de dados para dissertações e monografias disponibilizadas no laboratório da UFRPE e do Instituto Oricuri firmaram convênio acadêmico visando a implementação de ações conjuntas ligadas à pesquisa, proteção e valorização do patrimônio.

Foram analisados os desenhos das quadrículas⁴⁷ (2,00m x 2,00m) em papel milimetrado na escala de 1/10, executados na escavação, com a perfeita legibilidade e qualidade gráfica de claros e escuros, texturas e hachuras, textos e legendas, que permitiram o trabalho de identificação das estruturas arqueológicas. Aqui, ressalta-se a importância do desenho em campo, acompanhada com o caderno de campo, digitalizado, onde o registro se faz imprescindível na pesquisa arqueológica. A escala escolhida e definida foi estudada anteriormente, pois permitiu que os desenhos das quadrículas fossem scaneados, no formato de imagens, no programa Adobe photoshop, com extensão *.tif ou *.jpg, foram armazenados em cd, para serem trabalhados em qualquer programa compatível.

Os dados arqueológicos da escavação, agora digitalizados, foram trabalhados em Cad 2005, e sintetizados em CorelDraw 11, para melhor visualização e o favorecimento nas plantas cronológicas ou outros fins, que expliquem da melhor forma, a hipótese implantada na pesquisa. A compatibilização dos dados de arquitetura como os dados arqueológicos, foi a base que fundamentou a metodologia da mesma.

Do Convento dos Padres de São Filipe Néri restam os dois torreões, denominados para análise, como antigos mirantes, na parte do sul – sudeste e sudoeste, os quais perderam cada um, o último pavimento. Os torreões, nordeste e noroeste, não serão analisados, por não se tratar de construção conventual e sim como da alfândega, de acordo com a documentação e registros iconográficos. Um desses torreões, o sudeste, tem nos vãos, embora entaipados, as cercaduras de pedra e é, sem dúvida, o mais antigo do convento, que pode ser visto na aquarela de Gonsalves da Fonseca, citada no início do trabalho.

Historicamente, sabemos que as construções de pedra foram usadas desde os primeiros tempos da colonização, e eram desejadas por serem mais duráveis, embora mais difíceis de executar. Em geral, as construções de pedra e cal restringiram-se, no início, à região litorânea, onde o material necessário, a pedra, e especialmente, a cal, eram mais fáceis de se obter. É importante lembrar que durante todo o período colonial que os portugueses praticamente extraíam a cal apenas de conchas marinhas, ignorando às outras fontes, como as pedras calcárias; isso fazia com que o produto final - quando o material cochífero, não era, suficientemente, bem lavado, fosse de má qualidade, pois, quando era

⁴⁷ Os desenhos foram elaborados pela equipe e estagiários do Instituto Oricuri. Os croquis ilustrativos dos elementos de arquitetura foram executados pelo arquiteto Fernando Riek.

infectado do cloreto de sódio e adquiria qualidades higroscópicas, deixando as paredes permanentemente úmidas.

As pedras utilizadas - no sentido de facilitar a execução e diminuir os custos da obra - eram as do local onde se construía. Assim, na região Nordeste, onde abundavam calcários e arenitos, pedras brandas, mais fácil de trabalhar, as fachadas adquiriram características artísticas próprias (VASCONCELLOS, 1968, p. 98).

Nos primeiros séculos da colonização eram ainda usadas “as pedras importadas do reino”, trazidas “como lastro nos navios”, entre as quais se salienta o lioz português. Essa pedra - um calcário da região de Lisboa de coloração variando entre o bege e o rosado - foi muito empregada em ornatos, tais como ombreiras e vergas de porta, base e capitéis de pilastras, pias batismais e a partir do século XIX foi muito aplicado como piso de vias públicas, como na calçada da Igreja da Madre e nas primitivas calçadas da rua do Bom Jesus. O arenito foi usado também aparente, empregada nas ombreiras e vergas de janelas e portas e nos embasamentos das edificações, e algumas vezes, nos cunhais, proporcionando um partido próprio.

Entre os elementos arquiteturais conventuais, destacamos, além do que lhe é pertinente ao programa de necessidades funcional de um convento (alas, claustro, dormitórios, cozinha, biblioteca, etc), os elementos construtivos do Convento dos Oratorianos, puderam ser organizados de acordo com as evidências da análise arquitetônica e das estruturas arqueológicas evidenciadas:

- **As aberturas**

No Convento dos Oratorianos, as janelas e portas conventuais apresentam ombreiras, vergas, peitoril em cantaria de arenito. (Fig. 04 a 14) Elas possuem dois furos, em um dos lados, indicando as dobradiças na lateral. Na parte interna, vemos dois furos de secção quadrada, possivelmente, de uma madeira entarugada, fazendo um contraventamento, ou ainda, uma tranca ou uma trave para estabilizar os vãos das janelas. Há, também, vestígios da provável trava, marcado pela pigmentação na cor vermelha, como madeira, com a espessura de aproximadamente 2,5 centímetros. (Fig.03 a Fig.05) Ainda hoje, observa-se os elementos em cantaria dos seus antigos cunhais e as cercaduras dos vãos de portas e janelas. (Fig. 06 a Fig. 09)

Na fachada voltada para o Sul, hoje, ainda há as cercaduras, mas essas não são do Convento, visto que na ala sul, toda a parede do equivalente primeiro piso, é de alvenaria e não de pedra. (Fig. 05)

De maneira contrária, no pátio, vãos de cantaria são vistos em parte da fachada interna da ala leste, da Rua da Madre de Deus. (Fig.03, 04 e Fig. 14). Algumas cercaduras de vãos de portas e janelas, em arenito, encontram-se bem conservadas, apesar de pintadas, algumas à cal. Foram, estrategicamente, evidenciadas no hall do Shopping. (Fig.10, 12 e 13) Apesar das diversas ocupações, nos séculos XIX e XX, terem promovido acréscimos e subtrações, também identifica-se vestígios de antigas arcadas (Fig.21, 22, 23 e Fig.24) que deveria compor um pátio, ou claustro, sem dúvida, aquele ao qual os documentos fazem referências o Convento dos padres Oratorianos.

As fundações das construções em pedra eram, invariavelmente, edificadas em vala corrida, uma certa continuidade entre estas e as alvenarias; o sistema escalonado das fundações, desde o fundo até a base (comum no continente europeu, era pouco adotado no período colonial). Em geral, o que se notava era que as fundações apenas eram mais largas, do que as alvenarias das paredes, mantendo a mesma espessura ao longo da profundidade. No caso do segundo mirante, sudoeste, o escalonamento das fundações eram bastante acentuados.

Segundo a bibliografia consultada, os alicerces eram muitas vezes de pedra e barro, poucas vezes com argamassa de cal, e, depois de escavados e a pedra assentada, costumava-se usar a calda, um barro liquefeito jogado por cima e por efeito de gravidade preenchia os interstícios da alvenaria da fundação. Não foi esse o caso do Convento dos Oratorianos, que usou apenas areia e a cal. “O dimensionamento dos alicerces modificava-se naturalmente, em função dos volumes que devem suportar, aprofundando-se e alargando-se à medida que as paredes suportadas se alteiam. Alteram-se, ainda, em função do tempo, sendo menos profundos quando mais recentes”.⁴⁸ A alternativa construtiva, adotada no convento, foi a utilização de um rico conjunto de arcos.

O sistema de fundações isoladas algumas vezes aparece em construções cercadas de arcadas ou porticadas. Para essas fundações, são feitas as escavações de seção quadrada, sensivelmente, maiores, do que as bases das colunas que sustentam, e seguem os mesmos princípios de escavação, “até que se encontrasse solo firme”. Havia a necessidade de um encaixe para incrementar a amarração da coluna com o topo da

⁴⁸ Citação de Leon Batista Alberti, no livro de Conservação e Restauro. Braga, Márcia. 2003, p. 70.

fundação, fosse esta coluna de pedra, tijolo ou mesmo um pilar de madeira (Fig.09). (VASCONCELLOS, 1968, p.103)

A forma mais adequada de se vencer um vão é através de um arco. É sabido que a pedra é um material de construção que resiste bem aos esforços de compressão e resiste mal aos esforços de tração e de flexão, o que torna inconveniente a sua utilização nas lajes ou nos blocos monolíticos de pedra em vergas de portas e janelas que suportem o peso dessas alvenarias.

Já o sistema do arco, como se sabe, faz com que os segmentos de pedra que o compõem - as aduelas⁴⁹ - trabalhem comprimidas entre si para resistir aos esforços, especialmente, depois que o arco é fechado com a chave ou fecho, que é a aduela central e de topo e que entra encaixada e sob pressão, estruturando o arco e permitindo que o cimbre⁵⁰ seja desmontado. Vê-se por esse procedimento que era necessário uma arte que explicasse com precisão o corte da pedra nos canteiros, em especial, daquelas que seriam utilizadas nos arcos e abóbadas, e uma mão-de-obra especializada e muito cara. Essa arte desenvolveu-se através dos chamados princípios da estereotomia⁵¹ e do aparelho⁵².

As colunas são os fortes indicadores do módulo estrutural de uma construção. E pode-se determinar uma ordem arquitetônica clássica de acordo com a sua proporção e desenho peculiar. As colunas compõem-se de base, fuste e capitel. (Fig.17 e Fig. 18)

As arcadas do Convento dos Oratorianos são de alvenaria, somente dois arcos em cantaria com aduela (Fig.17 e Fig. 18) foram os que indicavam as entradas do Convento. Chamamos de arcadas a disposição de arcos, fila ininterrupta de arcos sobre pilastra ou colunas, mas também é um corredor com um dos lados ou os dois abertos por vários arcos (pórticos) (KOCH, 2001, p. 104).

Os arcos de pedra podia ser obtidos através de pelo menos quatro processos distintos: pelo atrito entre as peças; por argamassa de ligação; através de ensablagem (peças com entalhes e recortes) ou através de grampos metálicos. Os dois primeiros processos são os mais usuais e significativos. As cantarias que se utilizam apenas do aparelho, ou seja, do atrito, para a união entre elas, precisam ter sua execução orientada dentro de alguns princípios fundamentais. Em geral, podemos observar, uma técnica mais

⁴⁹ Diz-se aduela, cada uma das pedras que formam um arco ou abobada de cantaria.

⁵⁰ Armação provisória de madeira ou outros que servem de molde ou suporte dos materiais e pessoal durante a construção de um arco ou abóbada.

⁵¹ Estereotomia significa a arte de cortar a pedra ou outro corpo sólido segundo um traçado geométrico cotado.

⁵² Diz-se do modo de dispor tijolos.

simples, utilizada nos arremates das ombreiras e cunhais⁵³ das colunas e arcos, como o original assentamento de topo ou de cutelo. (Fig. 19 e Fig.20).

No caso dos cunhais, as pedras aparelhadas efetivamente participavam do sistema de amarração das paredes, como pode ser visto na marcação das quinas. Os cunhais, eram os locais onde a boa técnica exigia uma amarração cuidadosa das paredes que ali se encontravam, a qual era feita intercalando-se sucessivamente peças provenientes dos dois planos distintos de alvenaria que o compunham.

O cunhal do Convento dos oratorianos, observado na fachada interna da ala leste, até hoje visível no Paço Alfândega, é forte indicador da delimitação do volume do primeiro bloco voltado para a Rua Madre de Deus. (Fig. 21 e Fig. 22)

As paredes conventuais, as janelas e arcos, entaipados, ainda quando presentes, aparecem nas marcações da cantaria nos panos de alvenaria da fachada interna da ala leste. A participação da pedra aparelhada nunca era a de um simples revestimento em uma parede de pedras; tratava-se sempre de blocos maciços (peças) que eram inseridos no conjunto da alvenaria, integrando-se à mesma. Nota-se a presença de vestígios de ombreiras, em pedra, de possíveis janelas entaipadas na parede da fachada da ala leste. Demonstra uma técnica altamente especializada na reforma desta parede, quando foi feita, com vigamento e amarração “em arcos” na nova configuração da parede.

Segundo Rieck, foram encontradas, estas mesmas peças, com dimensões e medidas semelhantes na remoção da terra, nas escavações do piso, como se fosse “entulho” no assentamento de pisos anteriores.

Ainda são incipientes as informações arquitetônicas para definir o volume e as diversas etapas construtivas da edificação do Convento dos padres da Congregação de São Filipe Néri, visto que a essa sofreu inúmeras intervenções para usos diferenciados.

Recorremos então, à pesquisa arqueológica, na busca de identificar quais são as estruturas conventuais restantes e como se deu a evolução do antigo convento da Congregação do Oratório antes do volume do atual Paço Alfândega. Estas unidades segregadas pela pesquisa arqueológicas⁵⁴ que são:

⁵³ Definido como “conjunto de pedras nos cantos das paredes de construções, usualmente colocadas de modo que suas faces, sejam alternadamente longas e curtas.

⁵⁴ NASCIMENTO, Ana, LUNA, Suely & SILVA JR., Luiz. Alfândega do Recife: Relatório Alfândega do Recife: Resgate Patrimonial. Recife: Instituto Ouricuri, 2001.

- As paredes e seus ornamentos: paredes completas, paredes parcialmente complementadas, paredes mistas e os embasamentos de paredes demolidas (fundações);
- Pisos: completos (piso de Lioz, pisos de tijolos e negativos de pisos retirados);
- Canaletas: de pedra e de alvenaria;
- Pacotes Sedimentares: Níveis de ocupação, níveis de aterro e Camadas sedimentares.

A partir destas unidades de análise arqueológicas (Fig. 25) passamos a descrever as atuais estruturas remanescentes que formavam o Convento dos Oratorianos em suas distintas fases. Para tanto, efetuaremos essa descrição pelas quatro alas que formam o lote (quarteirão) do prédio pesquisado, ou seja, as alas: Norte, Leste, Sul e por fim a Ala Oeste. A partir disso foi possível observar:

- ALA NORTE – As paredes conventuais desta ala, são paredes complementadas pelas obras de construção da Alfândega do século XIX. Estão localizadas, efetivamente, no Mirante Nordeste; em partes da fachada interna (porção mediana e embasamento da própria ala norte), e, no Mirante Noroeste, apenas em sua parede leste. Quanto aos pisos, eram todos remanescentes da alfândega. Os pisos de Lioz eram remanescentes de fins do século XIX e primeira década do século XX, ele estava localizado apenas nos dois mirantes (Nordeste e Noroeste) e no cômodo lateral ao mirante Nordeste. O piso restante desta ala era formado por ladrilhos florais que estava localizado no vão da escada de madeira, que dava acesso ao primeiro pavimento. Esta área era um aterro elevado a um metro e meio do nível da rua da Alfândega. Já o pacote sedimentar desta ala foi destruído pela terraplanagem e reaterro da área em função das obras de reconstrução levada a efeito após o incêndio do início do século XX, quando o prédio ganhou feições neogóticas. Nesta área, só foi encontrado um pacote sedimentar formado por tijolos e um nível sedimentar totalmente queimado. (Fig.27 a Fig.29)
- ALA LESTE – Do ponto de vista das estruturas arquitetônicas, esta é a ala com maior número de estruturas conventuais. As paredes desta ala são paredes completas, desde a base ao topo, alcançando inclusive o segundo pavimento. Esta situação ocorre nas duas fachadas, interna e externa. No entanto, estas paredes

foram alvo das várias intervenções em seus mais de duzentos anos de existência. Nelas estão localizados os maiores conjuntos de ornatos de pedra do atual prédio. São vistos em parte da fachada interna da ala leste, da Rua da Madre de Deus. (Fig.03, 04 e Fig. 14) as cercaduras de arenito, de vergas retas e de arco abatido, caracterizando serem da época do convento. Ao contrario das aberturas ogivais nas janelas, já pertencentes a outro período que não é o da alfândega. O cunhal do convento dos oratorianos, observado na fachada interna da ala leste, até hoje visível no Paço Alfândega, é forte indicador da delimitação do volume do primeiro bloco voltado para a Rua Madre de Deus. Quanto aos pisos, a partir do torreão Nordeste, que faz interface com esta ala, temos o Lioz (de fins do século XIX início do XX). Já no restante do vão, temos, ambientes revestidos, no nível superficial, por ladrilhos com desenho geométrico e também por cimentado. Abaixo destes pisos, foi encontrado em apenas um ambiente um vestígios de piso de tijoleira. Este piso de tijoleira lacrava pacote sedimentar que tiveram função de aterro, e por isso estavam dispostos retilíneos. Estes pacotes com restos orgânicos eram formados, eminentemente, por restos ossos de animais que foram consumidos. Esse fato, fica claro pelo fato dos maiores ossos estarem quase sempre cerrados nas extremidades.

- ALA SUL – Formada pelas torres Sudeste e Sudoeste, esta ala é a mais pura, uma vez que, é a ala que possui menos intervenções posteriores. Portanto, fica claro que, a última e grande intervenção sofrida foi efetuada no período da Alfândega. A ala é formada por duas fachadas (interna e externa) de paredes completas, de alvenaria, com arcadas entaipadas na fachada interna e abertas na fachada externa, formando na ala um verdadeiro peristilo⁵⁵. Sobre esta parede conventual, as obras da Alfândega ampliaram a ala assentando, sobre o topo da parede, mais dois pavimentos. Além disto, implantou o piso de lioz em toda a sua extensão. Este piso, lacrava camadas de aterros retilíneos, formados efetivamente por sedimento arenoso e camadas de demolições. Estas camadas de demolições eram compostas por: reboco; argamassa; fragmentos de arenito; fragmentos de telha e de tijolos. Ainda neste ala, temos arco de pedra que constituía uma porta, cuja soleira possui bossel voltado para a ala oeste. Essa soleira evidência ainda, o sentido do trânsito dos religiosos, que desciam para o nível da ala oeste. Esta situação do piso, no

⁵⁵ TACLA, Zake, pág. 337.

vão, repetiu-se no mirante sudoeste, onde ficou evidenciada a sua fundação escalonada. No entanto, o mirante sudeste, que faz interface com a ala anterior (leste), não possuía piso de lioz e a camada sedimentar, que foi destruída por tubulações de esgotamento sanitário. Este mirante, foi o primeiro a ser construído, nele se encontra, do lado da rua da Madre de Deus, uma portada de pedra ornada com volutas e aduela ornada em concha. Esse arco em pedra, com a aduela e ornato, dá uma hierarquia a porta, visto que a cantaria era muito caro. Condiz com a categoria de porta principal do convento.

- ALA OESTE - As linhas de uma suposta fundação da parede conventual: aparecem e desaparecem ao longo da escavação feita. Contudo, pode-se dizer que (visto em planta baixa) (Fig.25 e Fig. 26), o alinhamento e inclinação são o mesmo ao observarmos da parede da torre Noroeste, demonstrando a continuidade da parede do antigo convento, e indicando ainda, que foi aproveitada, quando houve a abertura da rua da alfândega (Fig.47). Algum trecho segue desaparecendo, mas denuncia o paralelismo com a antiga parede que divide o espaço central com a ala oeste que configurava o fechamento do possível claustro com ala leste. Como já citamos, o arco da porta, todo em pedra (Fig.44), inclusive seu arco abatido, revela ser o acesso lateral do exterior (rua), para o interior do prédio. Esta consideração é feita, devido a análise, a partir da descoberta da marcação da argamassa de um suposto piso, configurando e confirmando o piso externo de rua ou calçada. Este piso apresentava inclinação para o rio. (Fig.38), bem como a descoberta da soleira (Fig.45) neste possível acesso ao Convento. Por estas considerações, nos leva a crer, mais uma vez, que a arcada com o arco abatido em pedra, tem fortes indícios de ser uma passagem lateral, pela circulação conforme croqui. (Fig. 23 e 24)

- Área da pesquisa arqueológica
- Área da prospecção arquitetônica

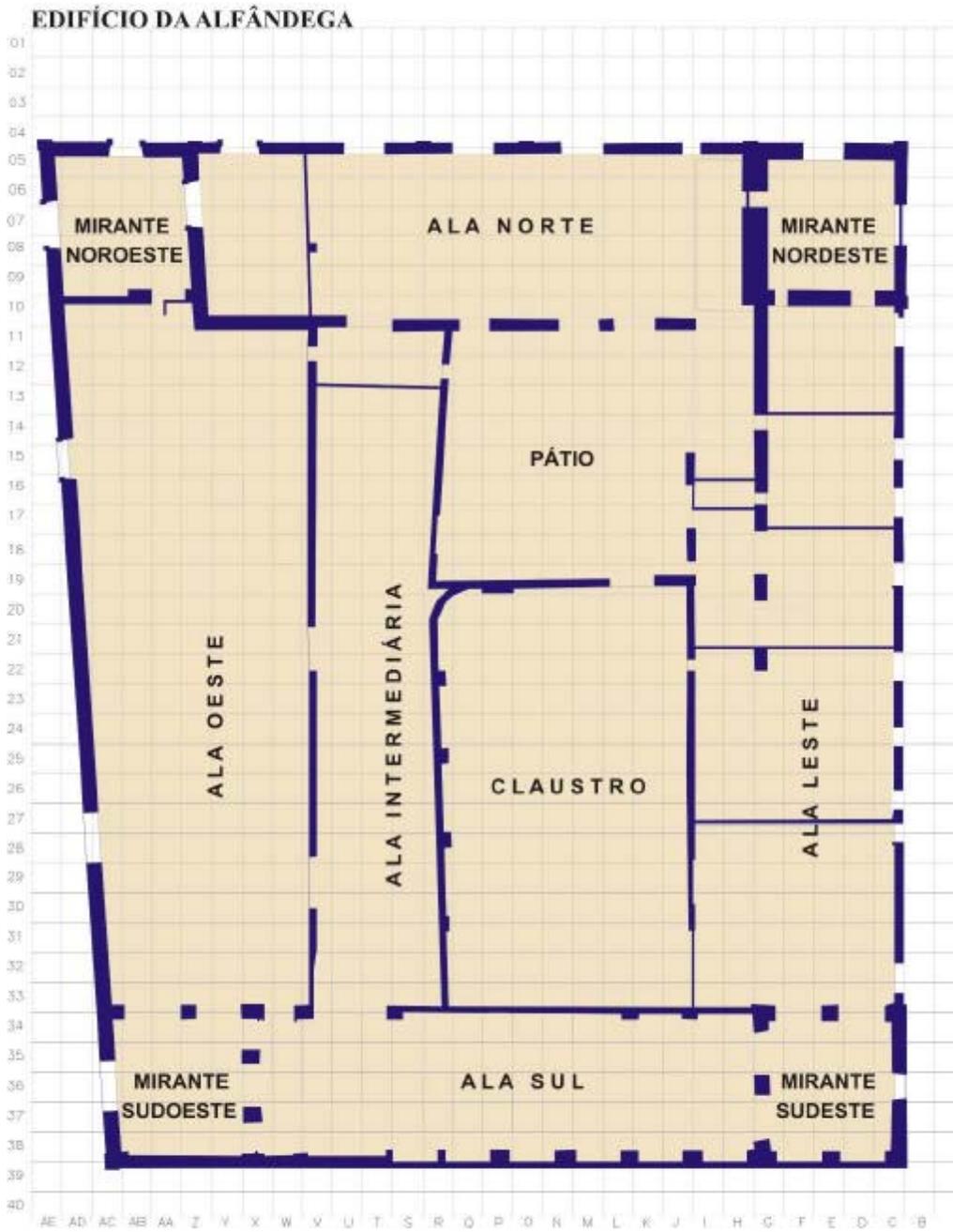


FIGURA 01
 Compatibilização dos dados da pesquisa.
FONTE: Elaborado pela autora.

LEGENDA

- Localização das trincheiras - GRIDE
- Áreas destruídas pelas obras anteriores
- Pacotes sedimentares / sondagem
- Valas feitas pela equipe de engenharia
- Trilhos

EDIFÍCIO DA ALFÂNDEGA



FIGURA 02
Plano geral da pesquisa arqueológica
FONTE: Elaborado pela autora.



FIGURA 03
Elevação, corte e detalhe das janelas conventuais da ala leste.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck

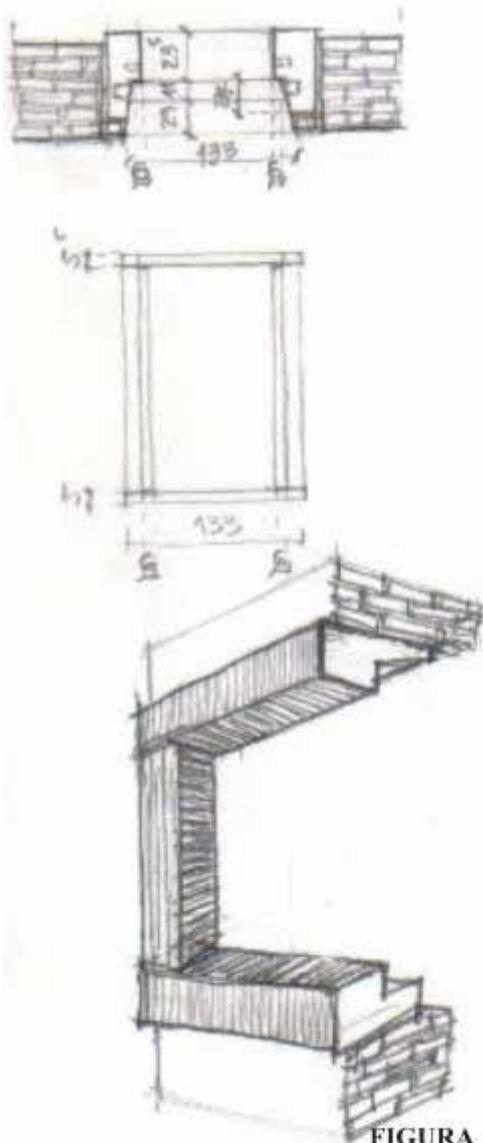


FIGURA 04
Planta baixa, elevação, detalhe das janelas conventuais em perspectiva.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck



FIGURA 05
Janela conventual da ala sul.
FONTE: Instituto Ouricuri.

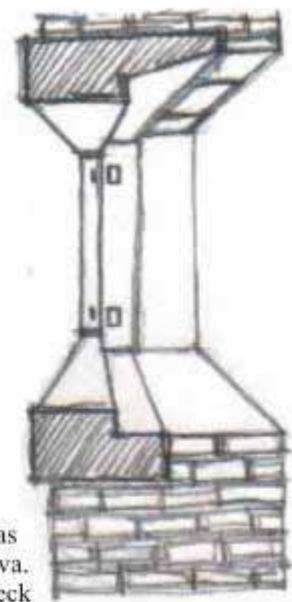




FIGURA 06
Detalhe da janela conventual.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 07
Parede conventual - Ala Leste.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 08
Parede conventual - Ala Leste
Ver cercaduras entaipadas.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 09
Parede conventual - Ala Leste
Ver cercaduras em arcos entaipadas.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 10
Parede conventual - Ala Leste
Provável claustro - Foto durante a obra.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 11
Cercaduras entaipadas na fachada Sul
entre mirantes - Foto antes da obra.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 12
Cercaduras na ala Leste.
Foto durante a obra.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 13
Cercaduras portas e janelas na
ala Leste - Foto durante a obra.
FONTE: Instituto Ouricuri.

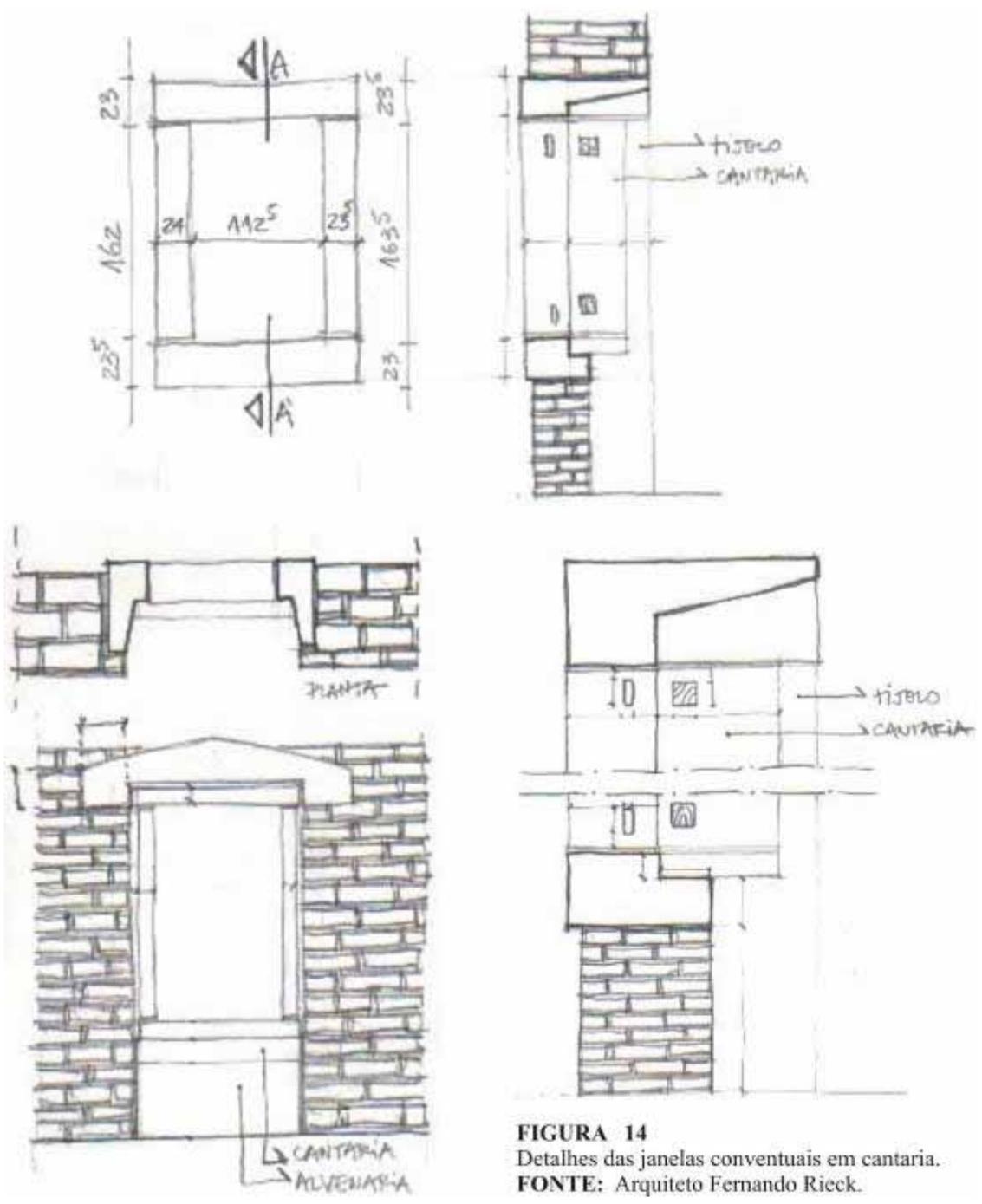


FIGURA 14
 Detalhes das janelas conventuais em cantaria.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck.



FIGURA 15
Arco de pedra durante a pesquisa arqueológica.
Mirante Sudoeste - Vista interna.
FONTE: Instituto Ouricuri



FIGURA 16
Arco de pedra durante a obra.
Mirante Sudoeste - Vista interna.
FONTE: Instituto Ouricuri



FIGURA 17
Detalhe da aduela com ornamentação.
FONTE: Instituto Ouricuri



FIGURA 18
Elevação e detalhe dos adornos.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck

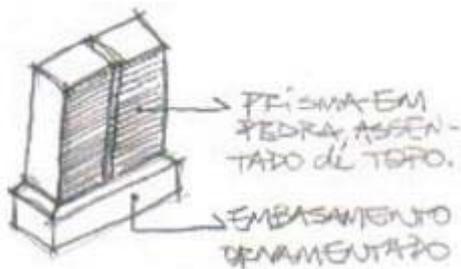


FIGURA 19
Detalhe do assentamento de cantaria de topo e embasamento da coluna.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck.



FIGURA 20
Detalhe do assentamento de cantaria de topo e cutelo.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck.

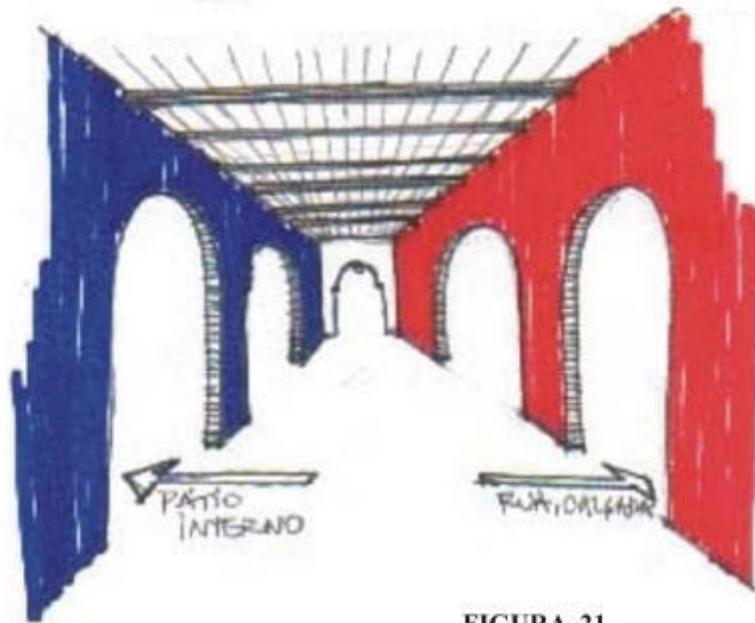


FIGURA 21
Croqui da circulação com arcada.
FONTE: Arquiteto Fernando Riek

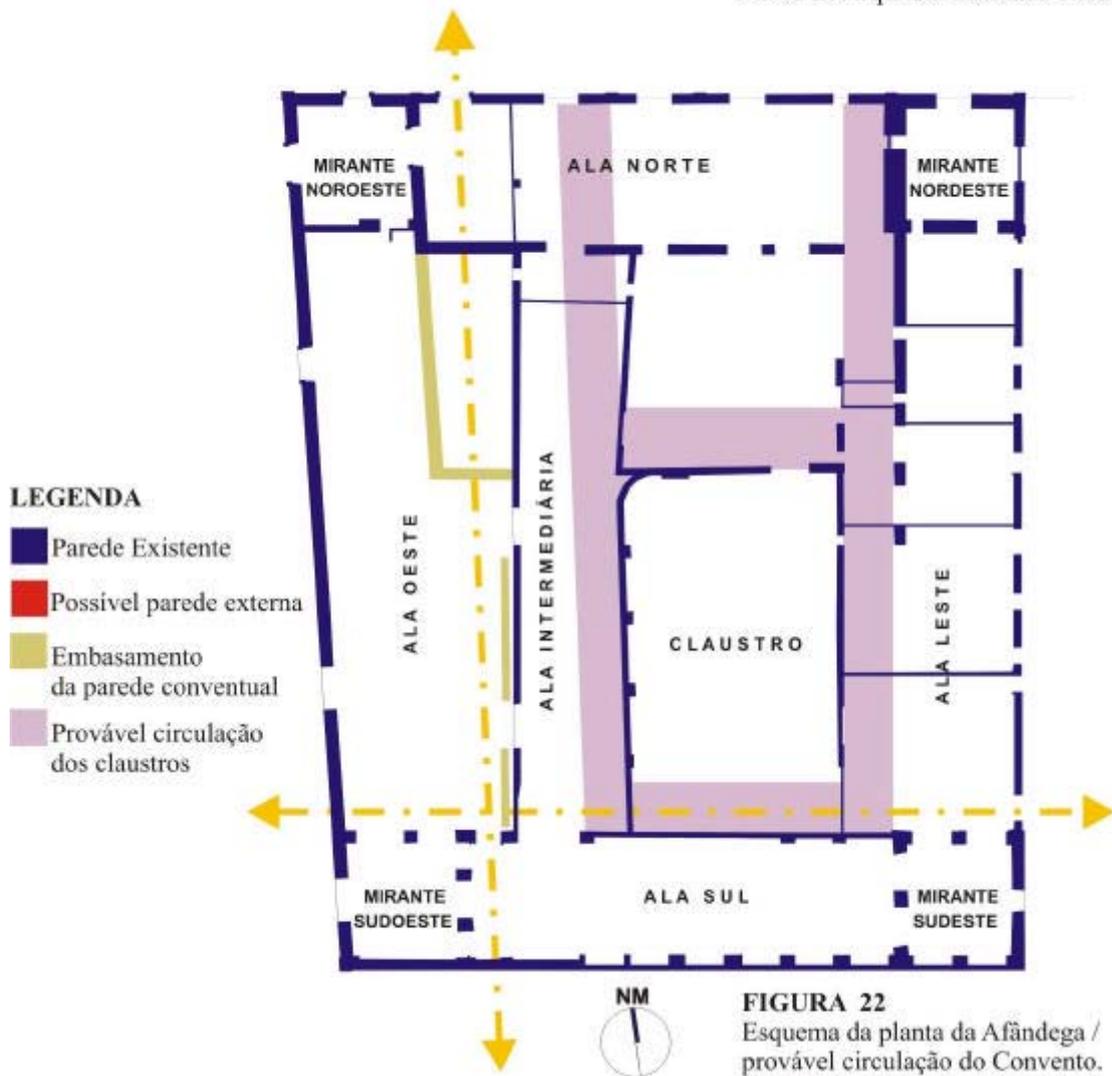


FIGURA 22
Esquema da planta da Afândega /
provável circulação do Convento.
FONTE: Elaborado pela a autora.

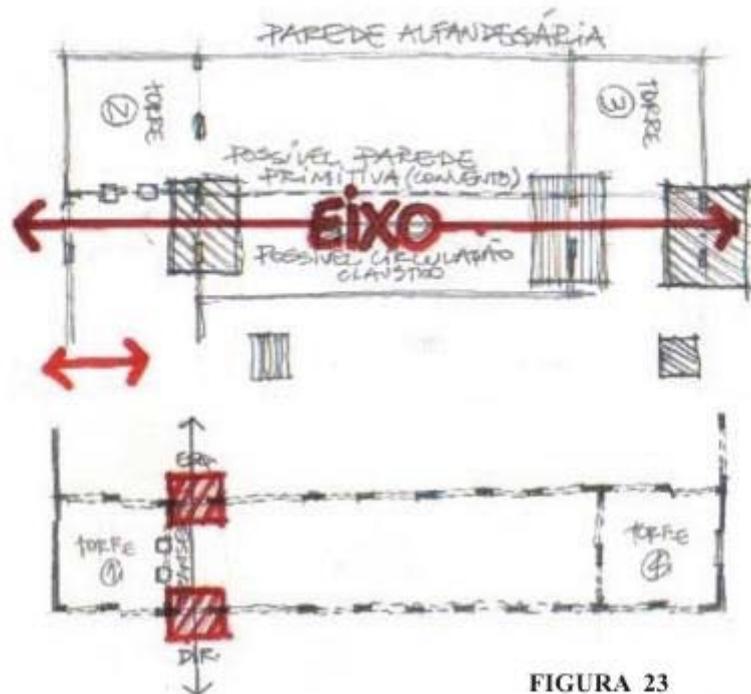
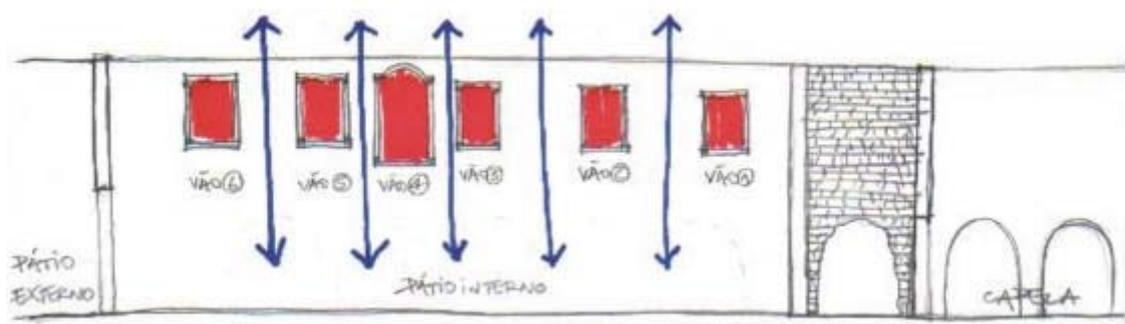


FIGURA 23
 Croqui eixo dos arcos.
 FONTE: Arquiteto Fernando Rieck.



LEGENDA
 ■ Parede Existente
 ■ Possível parede externa

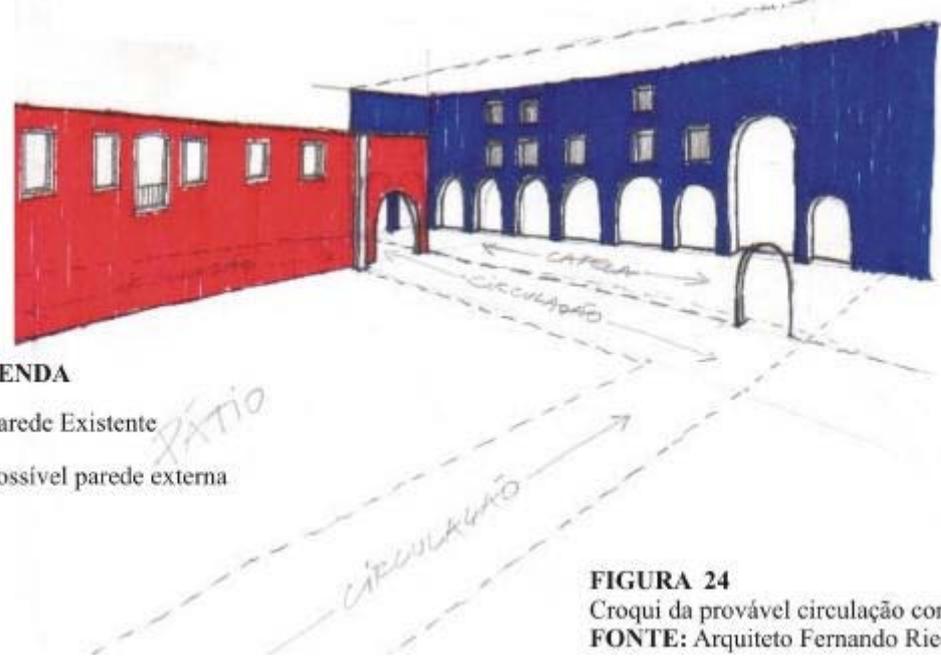


FIGURA 24
 Croqui da provável circulação conventual.
 FONTE: Arquiteto Fernando Rieck.

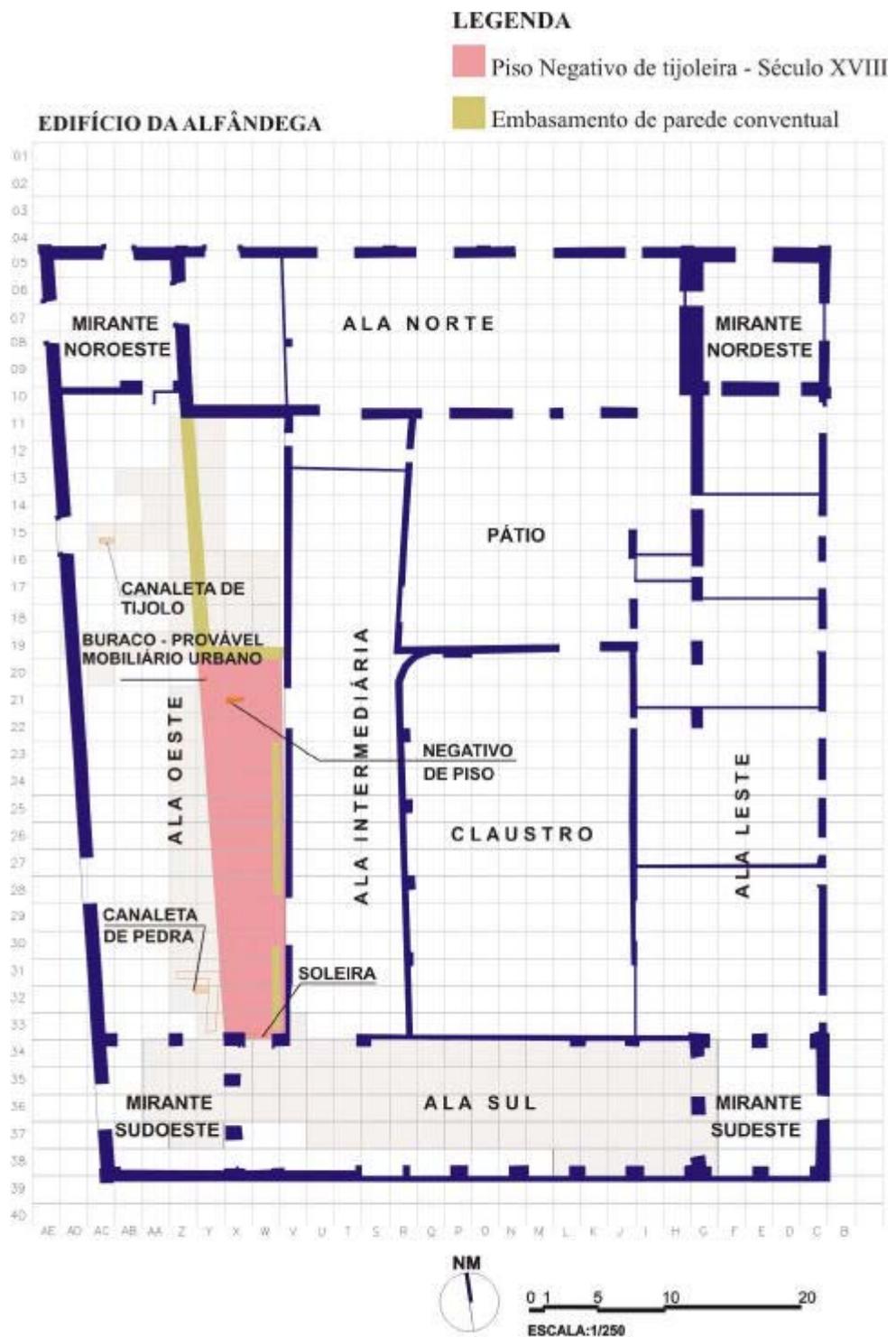


FIGURA 25
 Mapa da Alfândega - indicadores da pesquisa arqueológica.
FONTE: Elaborado pela autora.



FIGURA 26
Foto da ala Oeste durante a pesquisa arqueológica.
FONTE: Instituto Ouricuri.

EDIFÍCIO DA ALFÂNDEGA



FIGURA 27

Situação antes da pesquisa arqueológica

FONTE: Elaborado pela autora.



0 1 5 10 20
ESCALA:1/250



FIGURA 28

Ver espessura do concreto e alvenaria do colchão de areia.

FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 29

Ver piso em concreto e lioz abaixo da camada do colchão de areia.

FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 31
Piso do século XIX - Pedra lioz.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 32
Pedra lioz com ferragem.
FONTE: Instituto Ouricuri

EDIFÍCIO DA ALFÂNDEGA



FIGURA 30
Piso do século XIX - Pedra lioz.
FONTE: Elaborado pela autora.



FIGURA 33
Piso do século XIX - Pedra lioz - Ver arranjos de assentamentos.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 34
Piso do século XIX - Pedra lioz - Ver arranjos de assentamentos diferenciados de pedras.
FONTE: Instituto Ouricuri.

EDIFÍCIO DA ALFÂNDEGA

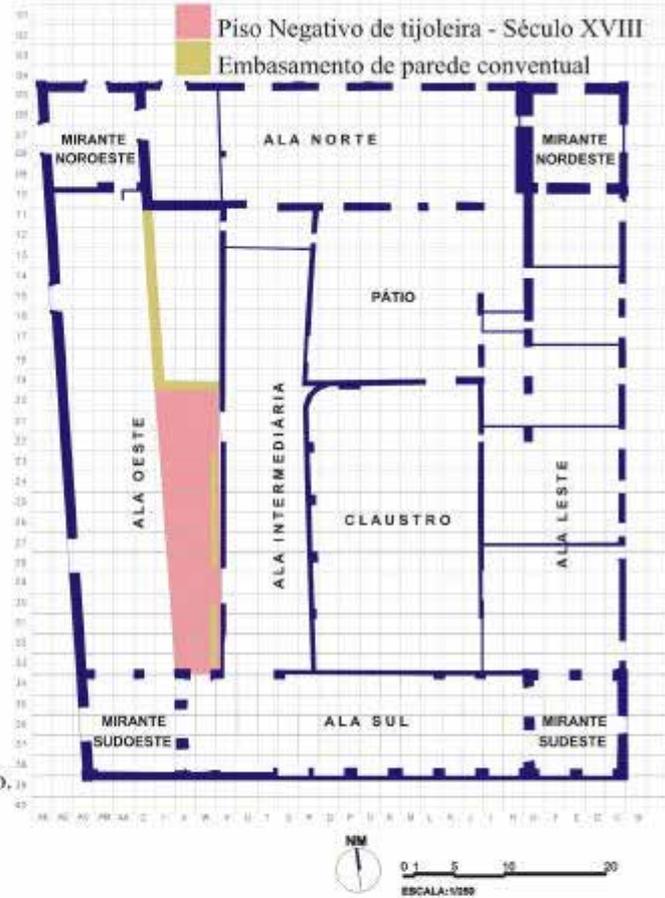


FIGURA 35
Piso do século XVIII - piso negativo.
FONTE: Elaborado pela autora.



FIGURA 36
Foto do Piso - Negativo do século XVIII.
FONTE: Elaborado pela autora.



FIGURA 37
Piso do séc. XVIII
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 38
Detalhe do piso do séc. XVIII.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 39
Vista superior - Canaleta de escoamento em pedra.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 40
Vista Lateral - Canaleta de escoamento em pedra.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 41
Canaleta de escoamento em tijolos.
FONTE: Instituto Ouricuri.

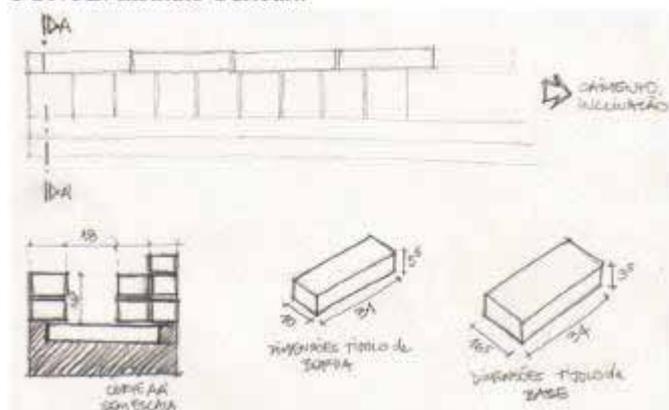


FIGURA 42
Elevação, corte e detalhe da canaleta de tijolo.
FONTE: Arquiteto Fernando Rieck.



FIGURA 43
Canaleta de escoamento em tijolos.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 44
Arco da torre sudoeste - provável acesso do Convento.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 45
Arco da torre sudoeste - ver o negativo da tijoleira e soleira no acesso.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 46
Embasamento da parede conventual - Ver diferentes níveis dos
pisos interno e externo.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 47
Embasamento da parede conventual.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 48
Aterro retilínio demonstrando construção programada.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 49
Aterro retilínio demonstrando construção programada.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 50
Aterro retilinio demonstrando
construção programada.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 51
Aterro retilinio demonstrando
construção programada.
FONTE: Instituto Ouricuri.



FIGURA 55
Embasamento escalonado do mirante Sudoeste.
Ver o último aterro natural - lama do mangue.
FONTE: Instituto Ouricuri.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, a Vila do Recife, após a saída dos holandeses, apresentava exigüidade espacial e alto índice demográfico, cujo processo de desenvolvimento só ocorreu a partir de sucessivos aterros. Neste sentido desenvolveu-se a presente investigação, escolhendo o Bairro do Recife, como o contexto histórico da Edificação do Shopping Paço Alfândega, a construção histórica, e a reconstituição volumétrica das etapas construtivas do antigo Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri. Em busca deste entendimento, limitou-se as representações cartográficas da reocupação colonial depois da saída dos holandeses, em 1648, até o ano 1733, quando se estabeleceu o maior crescimento da ilha.

Na construção do Convento dos Oratorianos realizada no sul da península em terras aproveitadas e aterradas do rio, observou-se uma seqüência estruturadora para evidenciar a descrição das etapas construtivas, que seriam determinantes na formação em aterros sucessivos.

As projeções volumétricas da edificação foram baseadas e definidas nas estruturas arqueológicas encontradas na ala oeste. Elas deram as diretrizes das configurações espaciais bastante semelhantes aos dos momentos das etapas construtivas, com isso, aproximou-se à forma das ilustrações conhecidas, tais como, os desenhos de Gonsalves da Fonseca e de R. Schmidt, identificando os elementos do convento, tais como o seu dimensionamento e seu limite com o rio. Registrou-se a presença de fundação de parede que se estendia no sentido norte e sul, e alguns trechos apresentou-se interrompida devido a intervenções posteriores. Essas fundações, de quase 1,10 m abaixo do piso de lioz do século XIX, foi inferida como o embasamento de uma parede conventual, devido ao seu traçado e posicionamento. Na análise final, contudo, tiveram peso os diferentes pisos, soleira, e o pacote sedimentar. Foi também evidenciado, o reconhecimento da estrutura do antigo cais, calhas de escoamentos e o piso do calçamento existente do século XVIII.

Como foi visto, sabe-se que o lado da quadra, que forma parte da Rua da Madre de Deus para o Sul e no seu extremo foi erguido com um único um mirante, visto em

aquarela de José Gonsalves Fonseca datada de 1766⁵⁶. Esta fase, chamamos de primeira etapa, (Fig.01) quando o convento foi construído ao lado da igreja, prolongando-se no sentido norte ao sul. A volumetria projetada mostra, esquematicamente, a configuração deste momento. (Fig.04) Evidencia-se o cunhal na fachada do rio, para que possamos explicar a finalização da construção. Depois, a nova edificação seguiu para o oeste e então foi construído um segundo mirante, visto em aquarela e aquatinta de 1826.⁵⁷ Esta fase construtiva, condiz com a projeção volumétrica da segunda etapa construtiva, (Fig.02) na adição do outro mirante, torre sudoeste, e quando acrescenta-se o volume anexo a igreja da Madre de Deus, fecha-se um claustro com a parede lateral da igreja. Do lado sul, configura-se um pátio aberto e descoberto (Fig.05). A terceira etapa construtiva é o fechamento deste pátio, conforme observação da perspectiva volumétrica desta fase. (Fig.06), e verificação em planta baixa do segundo claustro formado (Fig.03), ampliando as alas e provavelmente, a circulação em torno delas. Este volume, final, foi definido pelos indicativos da pesquisa arqueológica, que limitaram a edificação. Esclareceu-se as dimensões de um dos lados, a parte sul do convento, complementando-se com os dados arqueológicos, a constituição das paredes, os prováveis acessos e circulação interna.

Desde modo, os dados arqueológicos corrigem, acrescentam, e fornecem subsídios para a análise dos estudos do Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes, ao fazer a constatação cartográfica, do Convento dos Oratorianos neste trecho, com o mapa de José Fernandes Portugal.

Conclui-se a pesquisa, mas, a investigação foi parcial, pois o fechamento das informações só poderão ser válidas com as novas prospecções arqueológicas, na rua da Alfândega e a Igreja da Madre de Deus. Embora que, o que se obteve, dentro da perspectiva de uma operação de salvamento, a leitura e a análise dos registros, foi satisfatória, para um melhor entendimento, da evolução do Bairro do Recife, e acrescentou-se uma reflexão dos critérios de intervenção e a ação referente aos valores do nosso Patrimônio Cultural. O Comitê da UNESCO de Proteção ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural é bastante rigoroso na análise dos processos, além de possuir critérios aos quais está associada à idéia de valores. Dentre os critérios existentes, dois deles são considerados fundamentais: o critério de valor universal e o critério de autenticidade. O critério de autenticidade é de difícil comprovação.

⁵⁶ Ver nas figura 02 e 03, na introdução desse trabalho.

⁵⁷ Ver nas figuras 04 a 07, na introdução desse trabalho.

Estes aspectos explicam a importância de determinadas edificações para a preservação. Necessitam, obrigatoriamente, de pesquisa arqueológica histórica no escopo dos trabalhos em sítios históricos, bem como os de restauração de monumentos. Devem passar a ser executado de forma integrada, de modo a permitir um verdadeiro intercâmbio de conhecimento e de informações, que conduzam a detecção de um conjunto bastante amplo e objetivo de informações indispensáveis às intervenções em sítios históricos.

A presente investigação demonstrou também, que intervenção do patrimônio de um sítio histórico existem os pontos de interesses em comum e devem ser destacados na adoção das políticas oficiais. O bem cultural imóvel arquitetônico é o que apresenta maior complexidade no momento da elaboração do projeto de intervenção. Nesse caso, a conservação física soma-se uma gama de fatores que nela interferem, e pelo que determinam suas diretrizes. A começar pela sua condição de patrimônio cultural, e seu entorno dotado de significados e representações, passando por sua utilização - a adequação dos espaços antigos a novos usos -, pela necessidade de atualização estrutural ou de introdução de novas instalações prediais, que garantam a segurança e a possibilidade do novo uso atual, até a definição de materiais e de técnicas atuais adequadas, e compatíveis aos novos materiais presentes no edifício, como foi o caso do Paço Alfândega. Além dos fatores relativos ao programa de necessidades e às técnicas construtivas, depara-se, também e principalmente, com fatores históricos e teóricos: o critério da intervenção.

Como garantir a manutenção da autenticidade do bem e a atualidade da intervenção proposta? Como preservar a representação da memória coletiva atendendo a interesses individuais? Como eleger o que deve, ou não, ser mantido e preservado? Enfim, todas essas questões, entre outras, permeiam o projeto de conservação/restauração do bem imóvel.

Tudo isso para dizer que os projetos de conservação e/ou restauração arquitetônica e/ou urbanística são projetos de grande complexidade, e devem, portanto, ser objetos de trabalho de equipes multidisciplinares, formadas por profissionais de várias áreas de conhecimento, como de arquitetura e urbanismo, de arte, de engenharia, de arqueologia, de história, de ciências sociais, etc.

Mas, é para o espaço que todas as informações convergem e materializam-se a partir do trabalho do arquiteto e do arqueólogo. Cabe a eles, a decisão e a condução da intervenção. O Paço Alfândega torna-se um excelente exemplo da intervenção onde o

equilíbrio do novo e o antigo coadunam no empreendimento. No entanto, algumas intervenções presentes denotam a presença de detalhes desnecessários a essência do projeto, como por exemplo, o desenho gratuito da porta que dá para o cais da Alfândega, que não harmoniza com as linhas da Alfândega, e nem acrescenta valores ao significado cultural do monumento. Essa condição de detentor de poder é, muitas vezes, sinistra ao arquiteto, que acaba por querer imprimir sua marca, colocando em risco a soberania do passado. A intervenção no bem cultural requer discrição e honestidade. Os personagens principais são o passado, o presente e o futuro reunidos na história e representados na memória.

O que se tem notado com o envelhecimento das cidades é que, cada vez mais, o olhar preservacionista deve ser aplicado, seja pelos que preservam os testemunhos do passado, seja pelos que constroem o presente e planejam o futuro. Cada imóvel, cada canto de cidade, seja ele recente ou antigo, deve ser visto sob um olhar preservacionista, seja para manter, seja para eliminar, seja para modificar ou para introduzir o novo em qualquer contexto. A tarefa de preservar o passado, construir o presente e planejar o futuro, tecendo o fio da história, coloca os planejadores e executores das cidades na condição de missionários, tal como foram os oratorianos na contribuição cultural para Pernambuco.

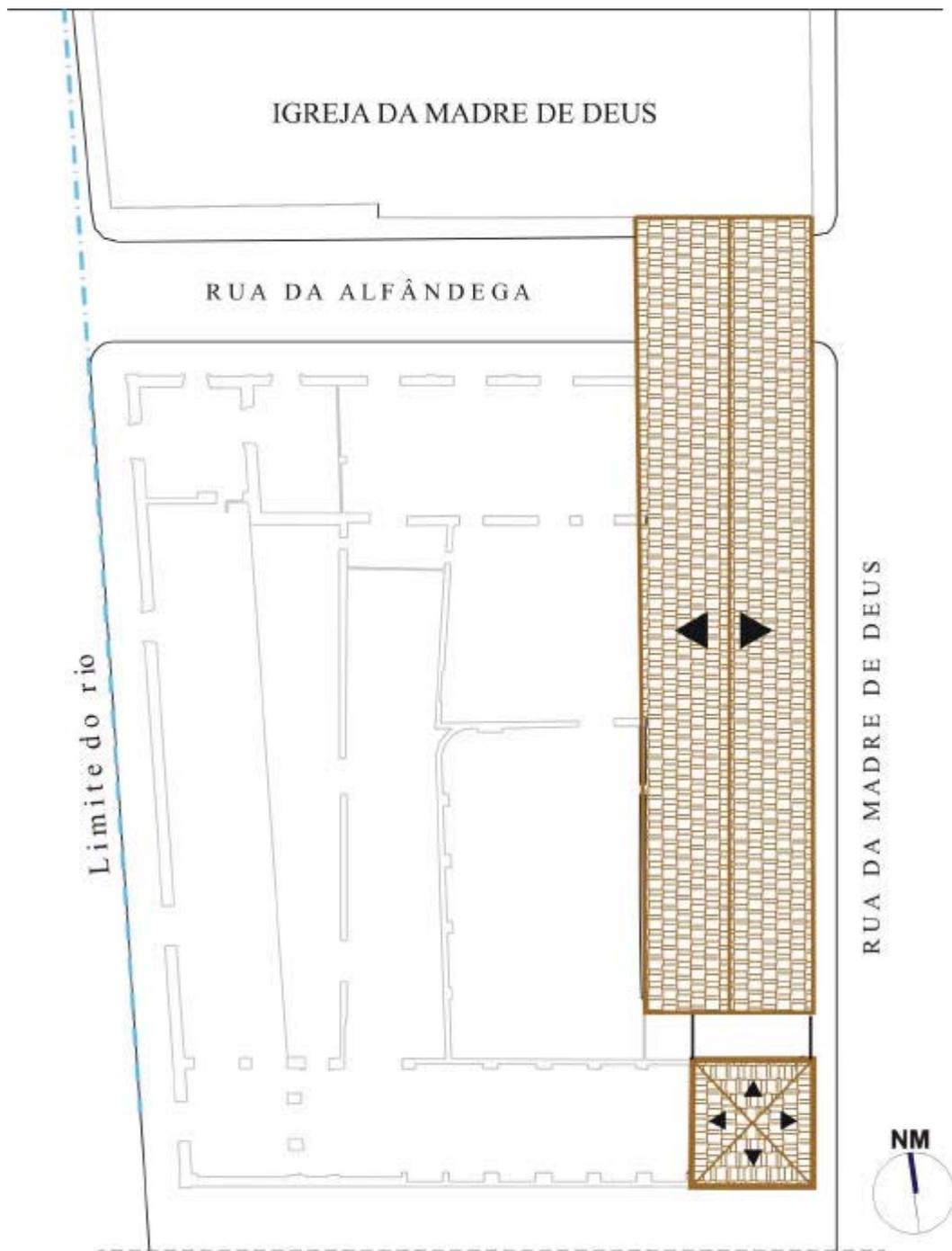


FIGURA 01
 1ª Etapa Construtiva do Convento dos Oratorianos
 01 volume colado a igreja e 01 mirante.
FONTE: Elaborado pela autora.

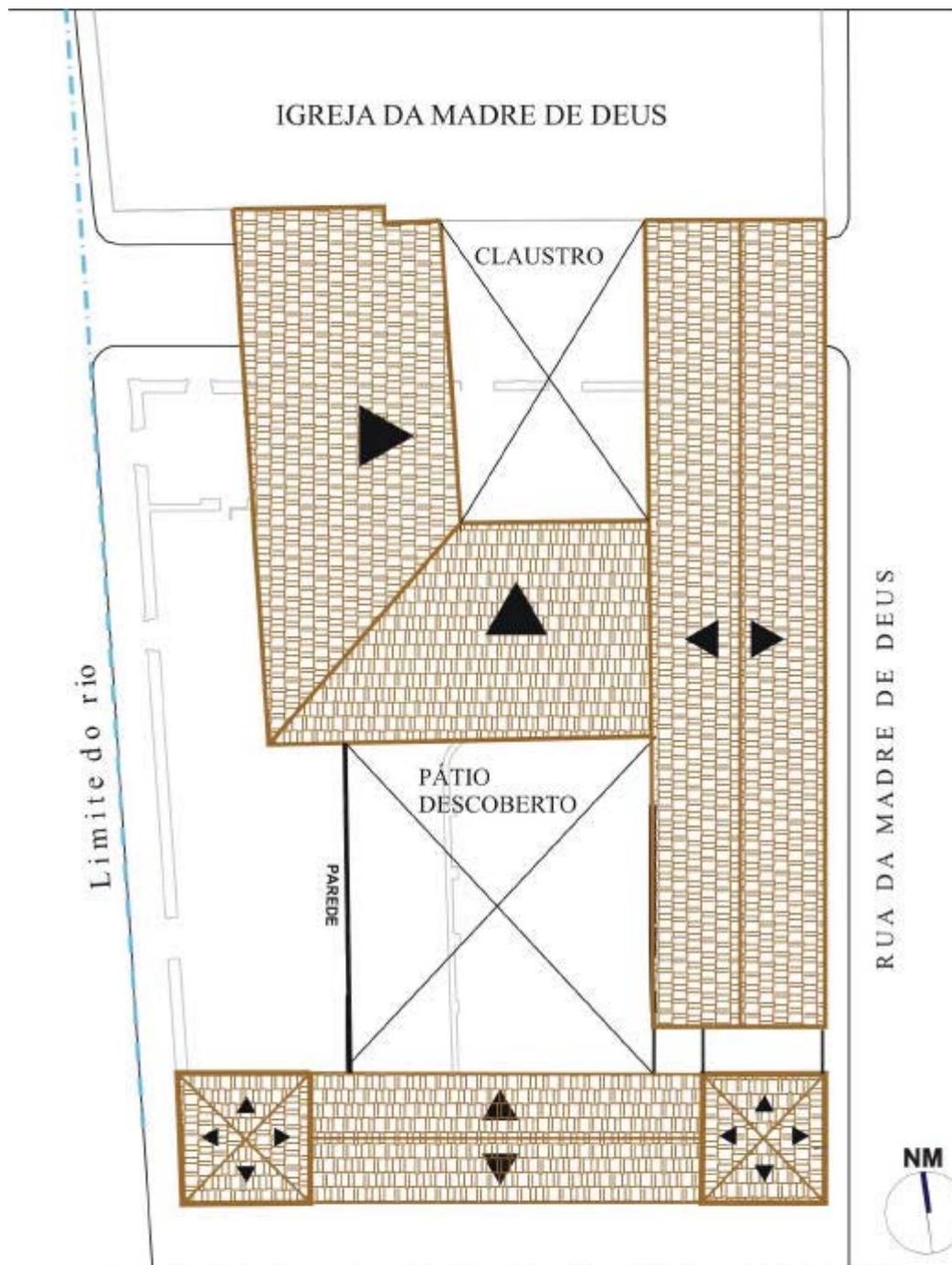


FIGURA 02

2ª Etapa Construtiva do Convento dos Oratorianos.

02 volumes colados a igreja formando um claustro e 02 mirantes.

FONTE: Elaborado pela autora.

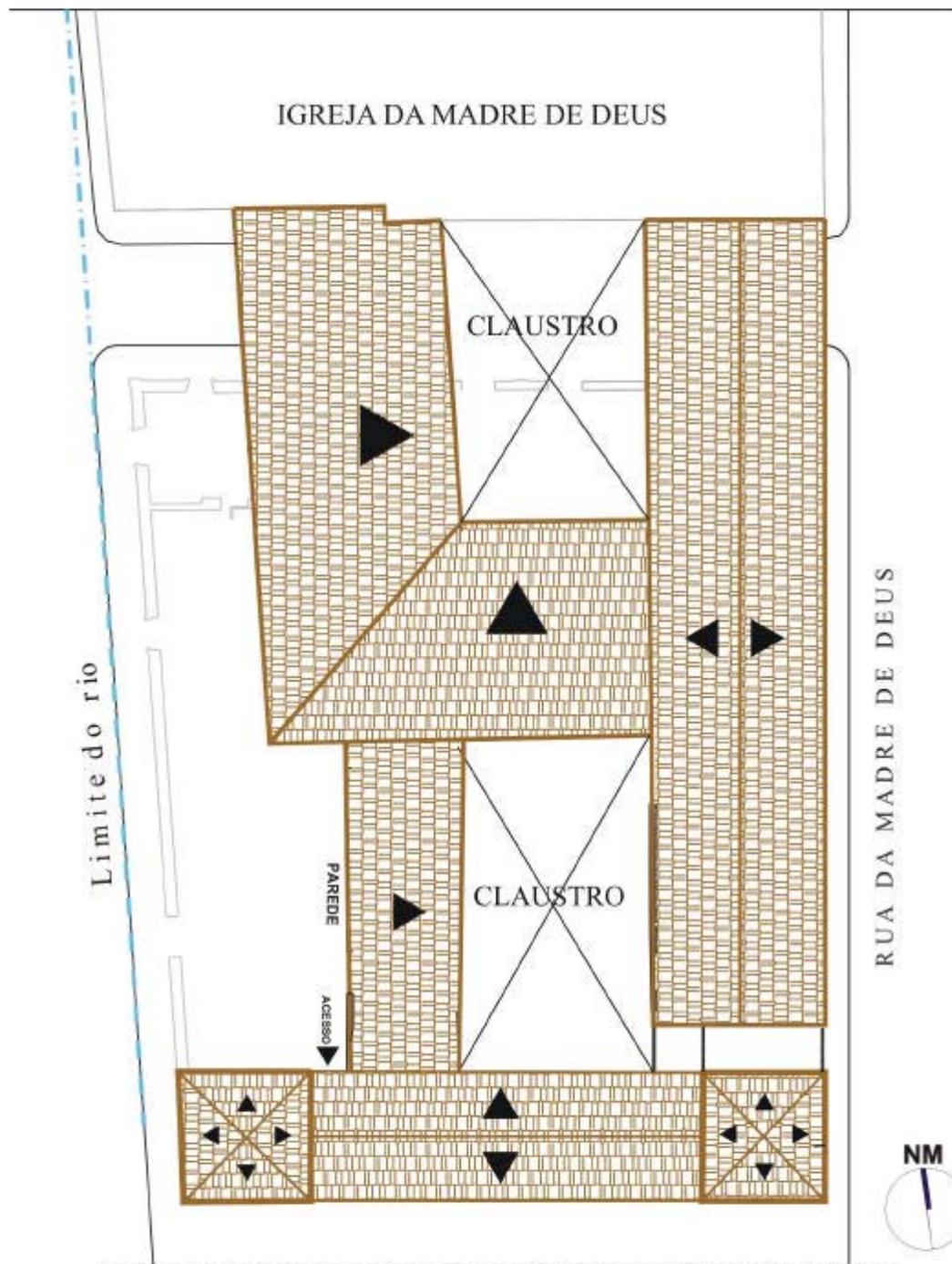
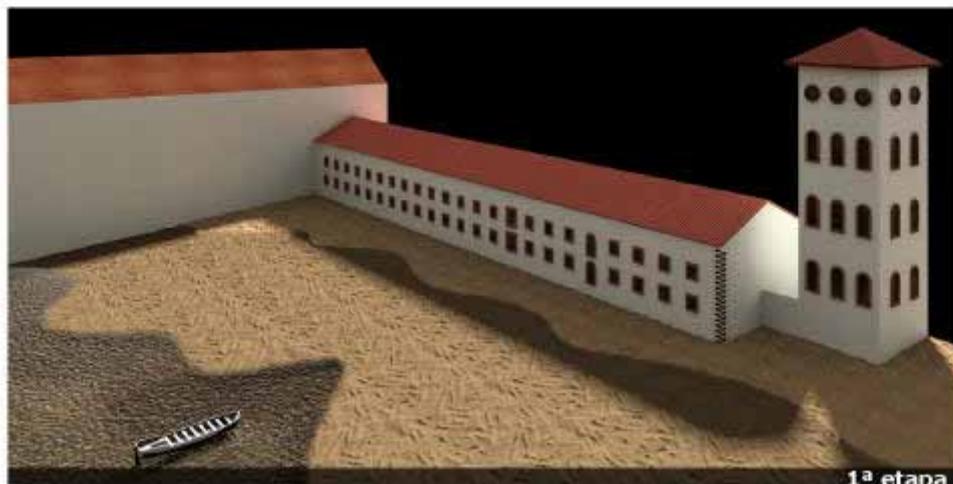


FIGURA 03
 3ª Etapa Construtiva do Convento dos Oratorianos.
 01 volume fechando o pátio formando outro claustro.
FONTE: Elaborado pela autora.



1^a etapa



2^a etapa



3^a etapa

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA; Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Pro Editores. 1998. Vol. I

ANDRADE, Manoel Correia de. **O mundo que o Português criou**. Recife: Artelivro, 2003.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Recife, uma trajetória secular**. Recife: CNPQ/ Fjn, 1998.

ANSON, Peter F.: **A Construção de igrejas**. Departamento de Teologia da Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro. Vol.10, Rio de Janeiro: Renes, 1969.

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

BINFORD, Lewis R. Decifrando el registro arqueológico in: **Em busca del pasado**. Barcelona: Crítica, 1994.

BRAGA, Márcia. **Conservação e restauro. Arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. **O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2001.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio** São Paulo: UNESP, 2000.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasil. IPHAN. Rio de Janeiro. 2000.

FERREZ, Gilberto. **Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife (1755 - 1855)**. Rio de Janeiro: FUNDARPE, 1984.

GUERRA, Flávio. **Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a historia de Pernambuco Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1969.

_____. **Uma construção portuguesa do século XVIII. Alfândega de Pernambuco**. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara. Recife: Pool Editorial, 1983.

_____. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** 3.ed. Recife: Itinerário, 1978.

HARRIS, Edward C. **Princípios de Estratigrafia Arqueológica.** Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

HESTER, Thomas R., HEIZER F. Robert y GRAHAM, John A. Métodos de campo en arqueología. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

HOLANDA, Sergio Buarque de.. **A época colonial.** 7.ed. São Paulo: Difel, 1976.

JOHNSON, Matthew. **Teoría arqueológica. Una introducción.** Barcelona: Ariel, 2000.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEMOS, Carlos A . **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINEZ, Victor M. Fernández. Los dados: dónde estan y cómo se recuperan. In **Teoria y método de la arqueologia.** Madrid: Editorial Sintesis, 1990.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Os oratorianos de Pernambuco:** uma congregação a serviço do estado português. Recife: UFPE, 1981

MELLO, J. A. Gonsalves de. A Congregação do Oratório de São Filipe Néri em Pernambuco, in **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano,** Recife Volume LVII, 1984.

_____. **Antonio Fernandes de Matos (1671-1701).** Recife: edições dos amigos do D.P.H.N, 1957.

_____. **Tempo dos Flamengos:** influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 3.ed. Recife: Massangana, 1987.

MENEZES, José Luiz Mota. (org) **Atlas histórico- cartográfico do Recife.** Recife: Massangana, 1988.

_____. **Relatório arqueológico:** Prospecção Arqueológica no Edifício do Paço –Alfândega. Recife, 2000

MENEZES, José Luiz Mota. CAVALCANTI, Sylvia Tigre de Holanda. FIGUEIREDO, Jobson. **Recife- Cartão Postal :** A construção da imagem. Recife Gráfica editora S/A, 2001.

MUELLER, Bonifácio. **O convento de Santo Antonio do Recife**. Fundação de Cultura Cidade do Recife, Coleção Monumentos do Brasil, 1984.

MUMFORD, Lewis: **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Ana, LUNA, Suely & SILVA JR., Luiz. Forte da Madre de Deus e São Paulo: resgate de uma História. In: **CLIO Arquelógica** n.º 16, Recife: UFPE, 2003. vol. 1

PEREIRA DA COSTA, F.A. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Publico Estadual, 1952, V. 9.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**: (re)elaboração da identidade étnicas nas vilas pombalinas – legislação, conflito negociação. Recife: UFPE, 2003.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil**. (1500/1720) São Paulo: EDUSP, 1968.

RENFREW, Colin e BAHN, Paul. **Arqueologia Teorias, Métodos y Práticas**. Madrid: Ediciones AKAL. 1998.

SCHOENAUER, Norbert. **6.000 años de hábitat** – de los poblados primitivos a la vivienda urbana en las culturas de oriente y occidente. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

SILVA JR., Luiz Severino da. **Alfândega do Recife**: resgate patrimonial. Relatório da Pesquisa Histórica. Recife: Instituto Ouricuri, 2002.

SILVA, Regina Pinheiro da. MORLEY, Edna. SILVA, Catarina Ferreira da. A Pesquisa Arqueológica. In – **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – Nº 20/1984.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus/ ELSEVIER, 2005.

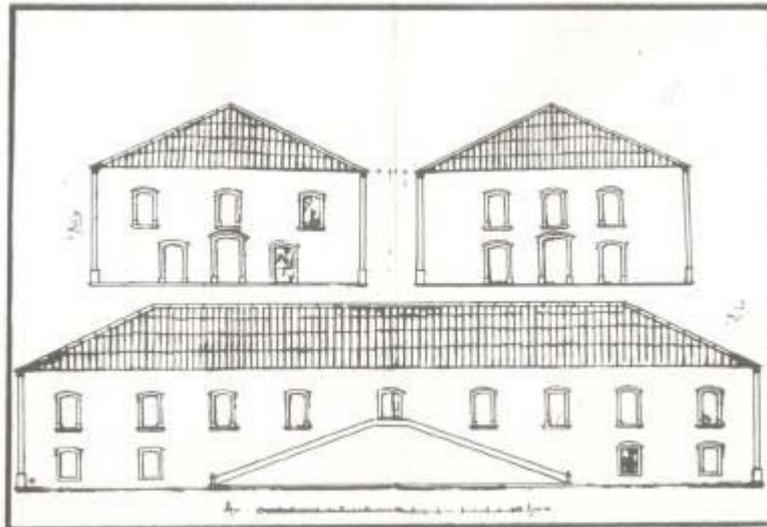
TACLA, Zake. **O Livro da Arte de Construir**. São Paulo: Unipress Ed., 1984.

VALLE, Sarah Maranhão. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no Século XIX. Recife: UFPE, 1992.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: Edições Escola de Arquitetura, 1958.

_____. **Arquitetura. Dois estudos**. Cadernos do Rio Grande. Secretaria de Educação e Cultura. Instituto Estadual do Livro, 1960.

ZANINI, Walter. Org. **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Sales, 1983.



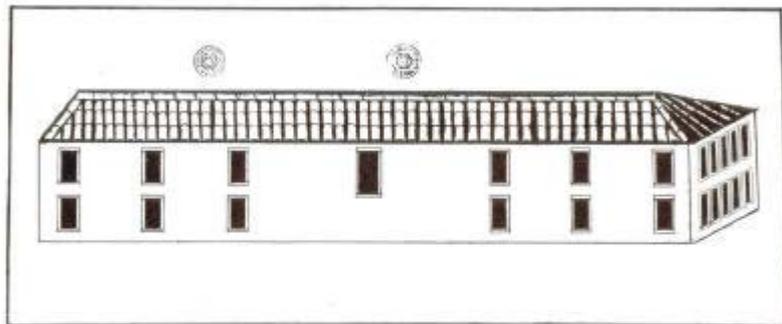
[Cenário arquitetônico (fazenda parte do Forno do Moinho e do prédio da Alfândega de Pernambuco).
Nº 1. Papel de 100 palmos.

APÊNDICE 01

FONTE: GUERRA, Flávio. **Uma construção portuguesa do século XVIII.**

Alfândega de Pernambuco. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara.

Recife: Pool Editorial, 1983.



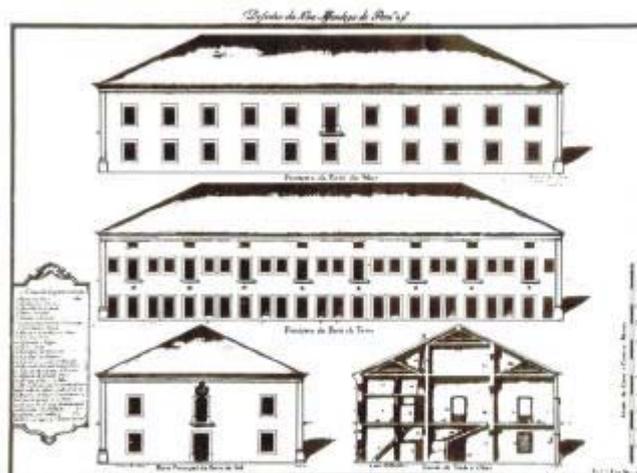
[Cenário arquitetônico (fazenda parte do Forno do Moinho e do prédio da Alfândega de Pernambuco).]

APÊNDICE 02

FONTE: GUERRA, Flávio. **Uma construção portuguesa do século XVIII.**

Alfândega de Pernambuco. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara.

Recife: Pool Editorial, 1983.



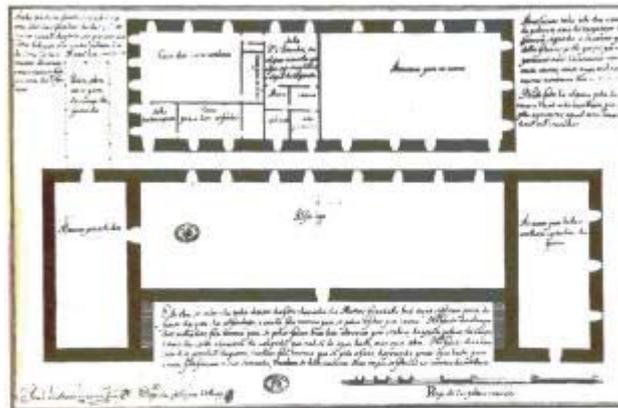
Desenho da Nova Alfândega de Pernambuco. 2.º pa. / Freixo da Porta do Mar / Pórtico antigo e presente / muro azul em sua da entrada da Foz. / Freixo da Porta do Tiro / [Muro da] In. Escada para o 2.º pa. / Porta Principal da Foz do Sul / Casa para o 2.º pa. / Alvará de Tolo e Obra. / 1.º pa. / No exterior, a esquerda / Nos dos lugares numero / dos. / 1. Porta da Rua / 2. Grades para dar luz / 3. Janelas de a cima / 4. Sobre janelas / 5. Sola, e escada / 6. Corredor, e escada pa. o subterráneo / 7. Sobre Lago e Fogão / 8. Alvará, e Escada para o Fogão / 9. Vão do Sola / 10. Corredor, e fogão / 11. Sobre aia / 12. Casas de Chancel / 13. Escada principal / 14. Escada principal / 15. Segundo Lago e o 2.º pa. / 16. Vão de Armação, e Arcada / 17. Janelas de Grande Foz / 18. Da, que sobe pa. o Mar / 19. Porta de acesso ao andar de cima / 20. Janelas do acesso e sobe pa. o Norte / 21. Arcada do meio que sustenta o arco / 22. Escada e sobe pa. o Norte / 23. Arcada de cima e sustenta o sobe. Da / 24. Tercera de Tábua / 25. Trevas e arca / 26. Porta e portão por debaixo da /... / Por F. B. em Pa. 1788. Escudo de Coas e Castelo Palma.

APÊNDICE 03

FONTE: GUERRA, Flávio. **Uma construção portuguesa do século XVIII.**

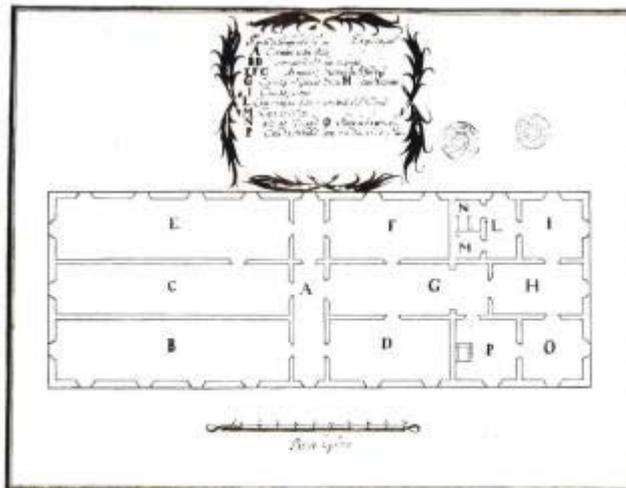
Alfândega de Pernambuco. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara.

Recife: Pool Editorial, 1983.



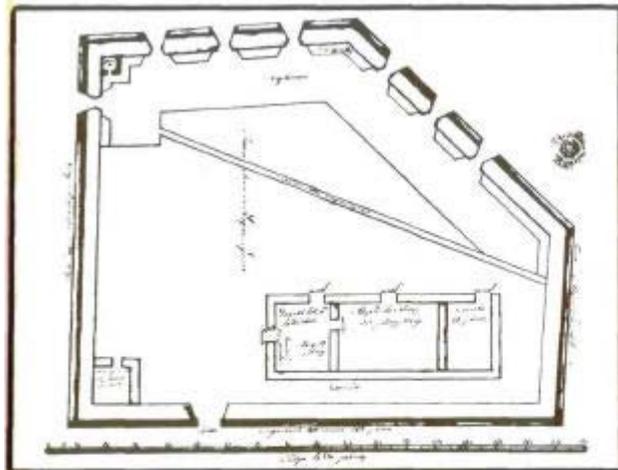
Plano de um edifício de 4 cômodos de Pernambuco, no fim do século XVIII. Mostra a planta que inclui o pátio central, a cozinha, a sala de jantar, a sala de estar e a sala de jantar. O edifício é construído em alvenaria e possui um telhado de telha portuguesa. A planta mostra a distribuição dos cômodos e a localização do pátio central. O edifício é construído em alvenaria e possui um telhado de telha portuguesa. A planta mostra a distribuição dos cômodos e a localização do pátio central.

APÊNDICE 07
FONTE: GUERRA, Flávio. Uma construção portuguesa do século XVIII. Alfândega de Pernambuco. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara. Recife: Pool Editorial, 1983.



Plano do edifício de Alfândega, Recife. A. Corredor de entrada; B. Armazém para açúcar; C. Armazém para café; D. Armazém para algodão; E. Armazém para fumo; F. Armazém para seda; G. Armazém para couro; H. Armazém para cera; I. Armazém para âmbar; J. Armazém para vidro; K. Armazém para vidro; L. Armazém para vidro; M. Armazém para vidro; N. Armazém para vidro; O. Armazém para vidro.

APÊNDICE 08
FONTE: GUERRA, Flávio. Uma construção portuguesa do século XVIII. Alfândega de Pernambuco. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara. Recife: Pool Editorial, 1983.



Plano de um edifício de 4 cômodos de Pernambuco, no fim do século XVIII. Mostra a planta que inclui o pátio central, a cozinha, a sala de jantar, a sala de estar e a sala de jantar. O edifício é construído em alvenaria e possui um telhado de telha portuguesa. A planta mostra a distribuição dos cômodos e a localização do pátio central.

APÊNDICE 09
FONTE: GUERRA, Flávio. Uma construção portuguesa do século XVIII. Alfândega de Pernambuco. Pref. de Marco Aurélio de Alcântara. Recife: Pool Editorial, 1983.